



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

ANGELA CRISTINA LAUCHZER

**GÊNERO E O MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS: A
INDEPENDÊNCIA FEMININA E OS IMPACTOS NAS CONCEPÇÕES DE
MASCULINIDADE DE SEUS PARES**

**CHAPECÓ
2023**

ANGELA CRISTINA LAUCHZER

**GÊNERO E O MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS: A
INDEPENDÊNCIA FEMININA E OS IMPACTOS NAS CONCEPÇÕES DE
MASCULINIDADE DE SEUS PARES**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em História sob a orientação da Prof^a Dra. Monica Hass.

CHAPECÓ
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E
Centro, Chapecó, SC - Brasil
Caixa Postal 181
CEP 89802-112

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Lauchzer, Angela Cristina
GÊNERO E O MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS: A
INDEPENDÊNCIA FEMININA E OS IMPACTOS NAS CONCEPÇÕES DE
MASCULINIDADE DE SEUS PARES / Angela Cristina Lauchzer.
-- 2023.
125 f.:il.

Orientadora: Doutora Monica Hass

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História,
Chapecó, SC, 2023.

1. Violências de gênero. 2. Movimento das Mulheres
Camponesas. 3. Relações de gênero. 4. Masculinidades. 5.
História oral.. I. Hass, Monica, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ANGELA CRISTINA LAUCHZER

**GÊNERO E O MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS: A
INDEPENDÊNCIA FEMININA E OS IMPACTOS NAS CONCEPÇÕES DE
MASCULINIDADE DE SEUS PARES**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre
em História, defendido em banca examinadora em 16/06/2023.

Aprovado em: 16/06/2023

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Monica Hass – UFFS
Presidente da banca/orientador



Prof. Dra. Marlene de Fáveri – UDESC
Membro titular externo



Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw – UFFS
Membro titular interno

Chapecó - Santa Catarina, junho de 2023.

À Ritta Ighes (*in memoriam*), bisavó com quem tive o prazer de conviver por 21 anos e que foi minha inspiração de vida. À minha avó, Ivone, por todo carinho expresso ao longo da minha vida e pelos ensinamentos compartilhados. À minha mãe, Silvana, que é a mulher mais corajosa que eu conheço e a todas as mulheres que resistiram e ainda resistem contra um mundo que nos teme.

AGRADECIMENTOS

Iniciar um trabalho expressando gratidão não é tarefa fácil, especialmente quando esse trabalho chegou em minha vida durante um período tão desafiador quanto a pandemia. Este foi um momento extremamente confuso e incerto em minha vida, e, justamente por estar aqui hoje, gostaria de expressar minha profunda gratidão.

Gostaria de expressar minha gratidão a todas as pessoas que generosamente me apoiaram, foram pacientes e me deram inspiração ao longo destes mais de dois anos de caminhada.

Em primeiro lugar, sinto-me profundamente grata à minha mãe, Silvana, pela alegria que compartilha comigo ao me ver concluir esta missão. Ela sempre compreendeu e incentivou minha jornada acadêmica, dedicando-se incansavelmente para tornar essa possibilidade uma realidade em minha vida. Agradeço de todo o coração por todo o apoio e amor que me concedeu.

Gostaria de expressar minha gratidão de todo coração ao meu pai, Jorge, meu irmão, Jhonatan e a minha madrinha, Lourdes. Embora talvez não compreendessem totalmente o que significa cursar um mestrado, sempre soube que podia contar com vocês. Seu apoio, amor e compreensão foram fundamentais em momentos em que precisava me desligar e voltar para o mundo real, trazendo-me de volta ao equilíbrio e me permitindo continuar minha jornada acadêmica. Agradeço por toda a paciência, incentivo e suporte que me concederam ao longo desse processo, e sinto-me imensamente afortunada por tê-los em minha vida.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e a todos os seus docentes e corpo técnico. Em especial, gostaria de agradecer minha orientadora, Monica, por sua compreensão, paciência e apoio durante todo o processo. Você foi fundamental para superar as dificuldades e tropeços que surgiram no caminho, acalmando-me e me fazendo ver que era possível alcançar um resultado que, por vezes, eu mesma não tinha tanta certeza. Seu comprometimento e dedicação com a minha formação acadêmica foram inestimáveis, e sou profundamente grata por todo o seu trabalho e orientação.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão à minha banca de qualificação, composta pela professora Dra. Joana Maria Pedro e pela professora Dra. Isabel

Rosa Gritti. Suas orientações e direcionamento foram fundamentais para que pudesse chegar até este momento, e sou profundamente grata por elas. Da mesma forma, gostaria de agradecer a minha banca de defesa, composta pela professora Dra. Marlene de Fáveri e pelo professor Dr. Antonio Marcos Myskiw, que desde o período em que cursava as disciplinas do PPGH, já me dava orientações importantes, contribuindo significativamente para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço de todo coração por todas as contribuições que enriqueceram esta pesquisa. Suas críticas, sugestões e ensinamentos foram fundamentais para que eu pudesse alcançar esta etapa tão importante em minha trajetória acadêmica. Agradeço também à coordenação do PPGH e aos demais professores do programa, que proporcionaram uma formação de qualidade e estímulo ao desenvolvimento da pesquisa histórica.

Gostaria de agradecer aos meus queridos amigos Larissa e Felipe, que têm sido minha companhia desde o 6º ano e que sempre me apoiaram incondicionalmente, mesmo quando não pude estar presente em vários momentos. Essa amizade é um presente valioso que a vida me deu, e sou imensamente grato por tê-los em minha vida. Obrigada por fazerem parte da minha história e tornarem minha jornada mais especial!

Quero também agradecer a minha amiga Marília, que teve uma paciência infinita para compreender as minhas ausências e me acompanhar em momentos tão importantes. Suas palavras de incentivo e apoio foram essenciais para mim.

Não poderia deixar de agradecer à minha querida amiga Amanda, que o trabalho nos apresentou e cujos respectivos mestrados aproximaram ainda mais. Suas conversas, trocas de ideias e momentos de desabafo semanais foram um bálsamo para minha alma e me ajudaram a aguentar todo o processo. Muito obrigado por ser essa amiga maravilhosa.

Gostaria de expressar minha gratidão aos meus colegas da turma 2020.2, em especial ao Diego, Carlos e Letícia, que com sua amizade fizeram toda a diferença em minha jornada. Vocês tornaram essa trajetória mais leve, bonita e proveitosa, e por isso sou profundamente grato. Lembro-me com carinho dos momentos em que juntos lutamos para conseguir nossas bolsas de estudo e de todas as vezes que vocês me apoiaram e me proporcionaram momentos de descontração e revolta tão necessários. Muito obrigado por terem sido meus companheiros nessa caminhada!

Quero dedicar um agradecimento muito especial ao meu companheiro querido, Leonardo, por todo o cuidado, zelo e paciência que teve comigo durante todo esse processo. Agradeço do fundo do meu coração por compreender meus momentos de estresse, de desespero, e por ter sido sempre um ponto de equilíbrio e um porto seguro para mim. Sua presença amorosa e sua disposição para ouvir e apoiar me tornaram a vida muito mais leve e me ajudaram a superar os momentos mais difíceis. Agradeço por ser esse parceiro incrível e por caminhar ao meu lado nessa jornada!

Não tenho palavras para expressar toda a minha gratidão às mulheres maravilhosas que fazem parte do MMC. Vocês são verdadeiras guerreiras e sou muito grata por ter tido a oportunidade de conhecê-las, especialmente aquelas que se dispuseram a participar das entrevistas e compartilhar suas experiências comigo. A cada curso de formação que tive o privilégio de participar, fui inspirada por vocês e pelo incrível trabalho que fazem em prol da luta pelos direitos das mulheres. Quero fazer um agradecimento especial à Sirlei Gasparetto, que vibrou com a minha pesquisa desde o primeiro dia em que nos conhecemos. Seu exemplo de força, determinação e dedicação é uma inspiração constante para mim. Mais uma vez, agradeço do fundo do meu coração a todas as mulheres do MMC por tudo que têm feito e por me ensinarem tanto sobre a importância da luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Vocês são incríveis!

Quero agradecer a cada um que passou pela minha vida profissional, que me ensinou e me ajudou a crescer como educadora e como ser humano. Em especial, quero agradecer aos alunos da E.E.B Padre Antônio Vieira, que estiveram ao meu lado durante a maior parte do percurso e sempre me inspiraram com sua curiosidade, dedicação e vontade de aprender. Vocês foram meus parceiros e companheiros de jornada, e sem dúvida contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui. Mesmo sem saber, vocês foram grandes incentivadores da minha pesquisa e de todo o meu trabalho, sempre demonstrando interesse e valorizando cada pequena conquista. Quero que saibam que tenho um imenso carinho por cada um de vocês e que sinto muito orgulho de ter feito parte da vida de cada aluno que passou por mim. Vocês me ensinaram muito mais do que eu poderia ensinar, e por isso sou imensamente grata.

Quero expressar também minha sincera gratidão ao Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina - UNIEDU - pelo auxílio financeiro que me proporcionou durante todo o percurso de conclusão desta dissertação. Esse apoio foi fundamental para que eu pudesse me dedicar integralmente à pesquisa e concluir o mestrado com sucesso.

É especialmente importante destacar que, em um contexto em que a pesquisa brasileira vem sofrendo ataques e desvalorização, cada conquista é uma vitória e uma forma de resistência. Por isso, quero também deixar registrado aqui o meu respeito e admiração às Universidades Federais, que oferecem um ensino público e de qualidade a todos os brasileiros e brasileiras, contribuindo para o desenvolvimento do país. Viva as Universidades Federais e todos que lutam pela valorização da pesquisa e do ensino público!

As mulheres durante todos estes séculos serviram de espelhos possuindo o poder mágico e delicioso de refletirem uma imagem do homem com o dobro do seu tamanho natural. Sem esse poder, provavelmente, a Terra seria ainda pântano e selva. As glórias de todas as guerras seriam desconhecidas. Estaríamos ainda arranhando os contornos de cervos nos restos de ossos e trocando pederneiras por peles de carneiro ou qualquer outro ornamento simples que agradasse ao nosso gosto sem sofisticação. O Super Homem ou o Dedo do Destino nunca teriam existido. O Czar e o Kaiser nunca teriam portado suas coroas ou as perdido.

Qualquer que possa ser sua utilidade em sociedades civilizadas, espelhos são essenciais a toda ação violenta e heróica. Eis porque tanto Mussolini quanto Napoleão insistem tão enfaticamente na inferioridade das mulheres, pois se elas não fossem inferiores, eles pararariam de engrandecer-se. Isso serve para explicar, em parte, a indispensável necessidade que as mulheres tão frequentemente representam para os homens. E serve para explicar como eles ficam inquietos quando colocados sob a sua crítica, como é impossível para ela dizer-lhes que este livro é ruim, este quadro é fraco, ou o que quer que seja, sem causar mais dor ou despertar mais raiva que um homem que fizesse a mesma crítica. Pois, se ela começa a dizer a verdade, a figura no espelho encolhe, sua aptidão para a vida é diminuída. Como pode ele continuar a passar julgamentos, a civilizar nativos, a fazer leis, escrever livros, arrumar-se todo e discursar em banquetes, a menos que possa ver a si mesmo no café da manhã e no jantar com pelo menos o dobro do tamanho que realmente é?"

Virginia Woolf

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo investigar as violências de gênero dentro do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), com base nos relatos das próprias participantes. A pesquisa examina as relações de gênero dentro do movimento e busca identificar possíveis mudanças nas concepções de masculinidades, bem como as diferentes formas de violência presentes desde a fundação do MMC até os dias atuais. A metodologia adotada neste estudo é fundamentada nas contribuições do campo da história oral, utilizando os depoimentos das mulheres como fonte principal de análise, além de realizar análises das bibliografias produzidas por elas ou sobre elas ao longo dos últimos anos. Através dessa abordagem, pretende-se compreender as experiências vivenciadas pelas participantes, assim como as transformações ocorridas nas dinâmicas de gênero no âmbito familiar. Adicionalmente, busca-se analisar de que forma essas transformações serviram de base para a formação do Movimento das Mulheres Camponesas e para orientar suas lutas, com o objetivo de superar os obstáculos que impedem a conquista de uma sociedade justa e igualitária. A pesquisa visa contribuir para o entendimento das dinâmicas de gênero no MMC, considerando a autonomia e independência conquistadas pelas mulheres e como isso afeta as relações com seus familiares homens, especialmente companheiros e ex-companheiros. Essas análises ajudarão a compreender melhor as experiências das mulheres no movimento, elencando possíveis caminhos para superar alguns dos desafios enfrentados e a fortalecendo a luta por uma sociedade mais equitativa.

Palavras-chave: Violências de gênero. Movimento das Mulheres Camponesas. Relações de gênero. Masculinidades. História oral.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate gender violence within the Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), based on the reports of the participants themselves. The research examines gender relations within the movement and seeks to identify possible changes in masculinity conceptions, as well as the different forms of violence present since the founding of the MMC to the present day. The methodology adopted in this study is based on contributions from the field of oral history, using the women's testimonies as the main source of analysis, in addition to analyzing the bibliographies produced by them or about them over the last few years. Through this approach, it is intended to understand the experiences lived by the participants, as well as the transformations that occurred in gender dynamics within the family. Additionally, it seeks to analyze how these transformations served as a basis for the formation of the Peasant Women's Movement and to guide their struggles, with the objective of overcoming the obstacles that prevent the achievement of a just and egalitarian society. The research aims to contribute to the understanding of gender dynamics in MMC, considering the autonomy and independence conquered by women and how this affects relationships with their male family members, especially partners and ex-partners. These analyzes will help to better understand the experiences of women in the movement, listing possible ways to overcome some of the challenges faced and strengthening the fight for a more equitable society.

Keywords: Gender-based violence. Peasant Women's Movement. Gender relations. Masculinities. Oral history.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Oeste de Santa Catarina, região onde se deu início o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) e posterior Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)	52
Figura 2 - Quadro referente às decisões que as mulheres podiam tomar sem pedir autorização em 2002	70
Figura 3 - Para quem as mulheres normalmente pediam licença para saírem de casa?	71
Figura 4 - Qual a maior forma de violência que uma mulher pode sofrer?.....	72
Figura 5 - Qual a maior violência que você enfrenta?.....	73
Figura 6 - Fotografia do resultado da mística realizada no 1º encontro do curso de formação Semeando Conhecimentos realizado no dia 11 de fevereiro de 2023 na cidade de Chapecó, SC.....	108

LISTA DE SIGLAS

AIMTR-Sul – Articulação das Instâncias de Trabalhadoras Rurais do Sul.

AMMTR-Sul – Articulação dos Movimentos das Mulheres Trabalhadoras Rurais.

ANMTR – Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

CLOC - Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

DEAM - Delegacias Especializada de Atendimento à Mulheres

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MMA – Movimento das Mulheres Agricultoras.

MMC – Movimento das Mulheres Camponesas.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

PCB – Partido Comunista Brasileiro.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	MULHER, MULHERES E GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE	22
2.1	A HISTÓRIA DAS MULHERES E A HISTORIOGRAFIA.....	22
2.2	CONCEITUANDO GÊNERO.....	28
2.3	AS RELAÇÕES DE GÊNERO E AS MASCULINIDADES.....	36
3	AS MULHERES CAMPONESAS E SEUS DEBATES: GÊNERO, PODER E VIOLÊNCIAS	45
3.1	“NÓS NÃO QUEREMOS FAVORES, NOSSA HISTÓRIA A GENTE FAZ”	45
3.2	AS CONDIÇÕES DE VIDA NO CAMPO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES	56
3.3	PATRIARCADO, VIOLÊNCIAS E MASCULINIDADES: A RELAÇÃO TÓXICA ENTRE PODER E DOMINADORES	64
4	EXISTIMOS PORQUE RESISTIMOS.....	76
4.1	VOZES DA LUTA: A UTILIZAÇÃO DA HISTÓRIA ORAL COMO METODOLOGIA PARA COMPREENDEREMOS AS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES CAMPONESAS	76
4.2	O QUE AS MULHERES CAMPONESAS NOS DIZEM: RELATOS E REFLEXÕES A PARTIR DE ENTREVISTAS	80
4.3	QUANDO A MASCULINIDADE É FRÁGIL: RELATOS E REFLEXÕES SOBRE OS COMPANHEIROS DAS MULHERES CAMPONESAS	94
4.4	FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR: UMA ALTERNATIVA NA LUTA CONTRA AS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO	103
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
	REFERÊNCIAS.....	117
	APÊNDICES A – Questionário.....	124
	ANEXO A – Link das entrevistas.....	125

1 INTRODUÇÃO

Imagine viver em um mundo em que as mulheres são consideradas tão menores, tão inferiores, tão confinadas ao espaço doméstico, tão irrelevantes, que não merecem ser estudadas. Um mundo em que as mulheres não são dignas de ter sua própria história contada. Assustador, não é? Pois vivíamos exatamente nesse mundo até poucas décadas atrás. E, se essa condição tem mudado, é graças à luta feminina.¹

A reflexão citada acima faz parte do prefácio da obra *A criação do patriarcado*, de autoria de Gerda Lerner, publicado em 1986 e, apesar de possuir quase 40 anos de distanciamento com o presente momento, ainda se faz muito pertinente para pensarmos nos papéis que as mulheres ocupam nos trabalhos acadêmicos e na gênese de vários movimentos sociais que as colocam em primeiro plano.

A história das mulheres tem sido objeto de estudo e reflexão desde o final do século XX, quando o movimento feminista questionou a ausência das mulheres na historiografia e nos estudos sociais em geral. Nesse sentido, a história das mulheres pode ser vista como uma narrativa de resistência e luta por direitos e igualdade de gênero, principalmente no que tange às mulheres da América-Latina, uma vez que estas sofrem consideravelmente mais os impactos do eurocentrismo. O conceito de gênero passou a ser uma das principais ferramentas conceituais utilizadas na análise dessas questões, permitindo-nos compreender as relações de poder entre homens e mulheres, bem como as formas como essas relações são construídas e reproduzidas socialmente. No contexto das relações de gênero, as masculinidades desempenham um papel fundamental na compreensão do patriarcado e da violência de gênero. Logo, vários movimentos sociais e feministas já existentes e outros recém-formados começaram a fazer uso dessas pautas. Um destes movimentos é o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), que têm se destacado como um importante agente de transformação social, promovendo a independência feminina e desafiando as concepções tradicionais de masculinidade no campo.

O MMC-SC, inicialmente Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC), foi fundado oficialmente em 1983, e seu surgimento

¹ Prefácio da obra *A criação do patriarcado*. LERNER, 2019, p.19.

está relacionado às mobilizações políticas do novo sindicalismo, promovidas por setores da Igreja Católica vinculados à Teologia da Libertação. A partir dessa organização inicial, tornou-se perceptível a falta de acesso aos direitos sociais como consequência do não reconhecimento de seu trabalho e de sua profissão como agricultoras. Nos anos seguintes, organizaram diversas caravanas a Brasília em busca de direitos como o reconhecimento da profissão de “trabalhadoras rurais/ agricultoras” e a documentação. Adentrar no espaço dos sindicatos permitiu a essas mulheres perceber que suas dificuldades não se relacionavam simplesmente à falta de uma identidade profissional, mas que eram discriminadas pelo fato de serem mulheres (SANTOS; BETTO, 2021, p.8)

As mulheres organizadas no MMA sentiram a necessidade de mais liberdade para expandir suas interpretações sobre suas lutas no final da década de 1980. Buscaram ampliar a articulação com outros movimentos de mulheres e mistos, resultando na criação da Articulação ANMTR em 1995, que gerou maior articulação entre mulheres trabalhadoras rurais e a consolidação dos eixos centrais de suas lutas (gênero e classe) como indissociáveis.

Já o MMC passou a ser compreendido dessa forma oficialmente em 2004,

momento em que a articulação de mulheres rurais na esfera nacional (ANMTR) deixa de existir. No mesmo ano ocorreu a 4ª Conferência da Via Campesina no Brasil, organização que o MMC passa a compor. Diante dessa nacionalização, as antigas categorias “trabalhadora rural” e “agricultura” foram substituídas pela designação “camponesa”, o que representa uma das mudanças mais significativas dessa reconfiguração. Para os movimentos da Via Campesina, a identidade “camponesa” também carrega conotação política, perspectiva em que as mulheres do campo são sujeitas ativas tanto na agricultura como politicamente, pois elas cooperam para construir um modelo de agricultura que estimula o enfrentamento ao projeto neoliberal (SANTOS; BETTO, 2021, p.9).

Por meio de suas lutas, as mulheres camponesas têm questionado e desestabilizado as normas de gênero estabelecidas, bem como a hierarquia social baseada no gênero.

Logo, o estudo das relações de gênero

abrange um campo de pesquisa acadêmica interdisciplinar que procura compreender as relações entre os gêneros - masculino e feminino - na cultura e na sociedade humanas. É uma compreensão que passa pelos homens e pelas mulheres, diferentes uns em relação aos/às outros/as e entre si, e compreensíveis em uma perspectiva relacional. Considera-se ainda que essas relações são construídas historicamente, marcadas pela cultura e pelas relações de poder que fundamentam uma hierarquia e uma assimetria social entre homens e mulheres (NASCIMENTO, 2019, p. 630).

No Brasil, a visibilidade dos estudos das relações de gênero foi ampliada com a tradução e publicação do trabalho da historiadora norte-americana Joan Scott,

intitulado "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", em 1990. De acordo com Scott (1995, p.86), "o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais que se baseia nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primordial de significar as relações de poder". Assim, a compreensão das relações de gênero requer a rejeição da noção de fixidez e permanência das oposições binárias e a historicização e desconstrução dos termos da diferença.

Pode-se afirmar ainda que os estudos sobre as relações de gênero surgiram como uma forma de questionar e desconstruir as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres na sociedade, fundamentadas no patriarcado. O patriarcado, em sua definição mais ampla,

significa a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. A definição sugere que homens têm o poder em todas as instituições importantes da sociedade e que mulheres são privadas de acesso a esse poder (LERNER, 2019, p.322).

O poder é uma questão central no patriarcado, pois é por meio do poder que os homens conseguem manter o controle sobre as mulheres. O poder pode ser exercido de diversas maneiras, desde a violência física até a manipulação psicológica, e é utilizado para manter a posição privilegiada dos homens na sociedade. Ele está presente em todas as esferas da vida social, desde a família até o Estado, e é exercido por meio de uma série de práticas e instituições que reforçam a posição dominante dos homens.

Conforme a perspectiva de Michel Foucault, o poder não pode ser compreendido como uma mera ferramenta que alguns indivíduos ou organizações utilizam para dominar e subjugar outros, mas sim como uma força que permeia todas as relações sociais e é exercida e contestada de forma contínua. Segundo esse autor, o poder é produzido por meio de práticas discursivas, ou seja, através da linguagem e do conhecimento que produzimos e compartilhamos.

Para ele,

o exercício do poder não é simplesmente uma relação entre "parceiros" individuais ou coletivos, é um modo de ação de alguns sobre outros. O que quer dizer, certamente, que não há algo como o "poder" ou "do poder" que existiria globalmente, maciçamente ou em estado difuso, concentrado ou distribuído: só há poder exercido por "uns" sobre os "outros"; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparso que se apoia sobre estruturas permanentes (DREYFUS;

RABINOW, 1995, p.242)

Dessa forma, ele propõe que as relações de poder não são exclusivas do Estado ou de outras instituições formalmente estabelecidas, mas se manifestam em todos os aspectos da vida social, como nas interações cotidianas entre indivíduos. Ele também destaca que essas práticas discursivas não são neutras e objetivas, mas carregam consigo interesses e valores que muitas vezes são ocultados ou naturalizados na sociedade.

Nesse contexto, o patriarcado é um exemplo de como o poder opera através das relações sociais. Ele se baseia na crença na superioridade masculina e na subordinação feminina, o que permite que os homens exerçam um poder opressivo sobre as mulheres em diferentes esferas da vida, como na política, economia e cultura. O patriarcado é reforçado e naturalizado por meio de práticas discursivas, como a linguagem e a produção de conhecimento, que reforçam estereótipos e papéis de gênero rigidamente definidos, criando uma hierarquia entre os sexos.

Portanto, Foucault mostra que o poder é algo muito mais amplo do que a simples relação de dominação entre indivíduos ou instituições, mas sim uma força que é produzida e reproduzida constantemente nas relações sociais e pode ser contestada e transformada a partir de uma reflexão crítica sobre as práticas discursivas que a sustentam.

Cabe destacar que, ao submeter este trabalho para o processo seletivo no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, tínhamos a intenção de estimular uma reflexão crítica ao dar voz às mulheres camponesas, mas também queríamos ouvir seus companheiros e membros de sua família, a fim de obter uma compreensão mais abrangente sobre os impactos que o Movimento causou nas masculinidades desses homens e como isso poderia mexer com as estruturas de poder em que estão inseridos. Uma vez que estudos de gênero não se limitam apenas à pesquisa sobre mulheres, mas abrangem concomitantemente os estudos sobre homens e masculinidades, decidimos levar essa ideia até o comitê de ética da Instituição e, embora tenhamos obtido a aprovação para a pesquisa, encontramos uma barreira inesperada: os próprios homens, que mesmo afirmando em conversas informais que não são machistas e nada possuem contra o MMC, preferiram não responder a perguntas que poderiam

revelar as suas verdadeiras experiências².

Após o desapontamento, reformulamos nossas estratégias e seguimos tentando alcançar algumas respostas e preencher lacunas que já existem desde a produção de meu trabalho de conclusão de curso, realizado nesta mesma instituição e intitulado “Gênero no Movimento das Mulheres Camponesas: a questão da masculinidade e da violência em um movimento feminino”.

Essa temática foi pensada pois

cada vez mais, vêm se destacando articulações entre masculinidade e violência, com uma inflexão tão acentuada a ponto de a segunda expressão ser entendida como uma pertença à primeira, de uma forma quase que naturalizada. Nesse sentido, o fato de homens expressarem formas de violência poderia ser visto como um pleonasma do exercício da masculinidade. No senso comum, ainda persistem tanto atitudes que desculpam ou licenciam comportamentos violentos masculinos quanto àquelas que cobram certo grau de violência nas condutas masculinas para que os atores dessas condutas recebam o atestado de ser homem. Nesse cenário de associação mecânica entre o ser masculino e o ser violento, as relações de gênero podem ser construídas e reproduzidas a partir de uma lógica de que a violência seria a referência para se diferenciar o homem da mulher (GOMES, 2008, p.240).

Uma das principais motivações desta dissertação era a análise do problema das violências de gênero presentes no MMC a partir do depoimento dos companheiros das mulheres participantes do movimento. Apesar da frustração em relação à falta de depoimentos, o silêncio dos companheiros também é objeto de reflexão, uma vez que eles tendem a ter voz predominante nas questões familiares, mas não demonstraram coragem para revelar possíveis comportamentos negativos em relação às mulheres.

Uma vez que não conseguiríamos obter respostas sobre as masculinidades e possíveis causas das violências a partir dos homens, nos deslocamos para a produção e análise de entrevistas já planejadas anteriormente com as integrantes do MMC, adentrando o campo metodológico da História Oral pois

trabalhar com história oral é, acima de tudo, não querer uma história totalizante, nem tão pouco provar uma verdade absoluta, pois, apesar de sempre atual, a memória não apresenta exatidão, pode não ter um dado preciso, mas possui dados que, às vezes, um documento escrito não possui. Segundo Alessandro Portelli (1998) as fontes orais revelam as

²Apenas um indivíduo do sexo masculino, o Sr. Roberto, participou e apresentou algumas respostas quando inquirido, embora sua participação tenha ocorrido de forma não intencional. O Sr. Roberto estava presente em casa durante a entrevista, ao lado de sua companheira, Dona Aurélia, e interveio em alguns momentos que julgou necessários.

intenções dos feitos, suas crenças, mentalidades, imaginário e pensamentos referentes às experiências vividas. Ela se impõe como primordial para compreensão e estudo do tempo presente, pois só através dela podemos conhecer os sonhos, anseios, crenças e lembranças do passado de pessoas anônimas, simples, sem nenhum status político ou econômico, mas que viveram os acontecimentos de sua época (ALVES, 2016, p. 57).

Conforme dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) referentes a 2018, 486 mulheres foram vítimas de diferentes formas de violência - como tortura, agressão, tentativa de homicídio, aborto, intimidação, entre outras - em conflitos no campo. Embora alarmante, essas violências são frequentemente invisibilizadas, já que os grandes veículos de mídia nacionais raramente abordam o que ocorre no meio rural do país, muito menos o contexto em que as mulheres rurais vivem. Para CHEHAB e CARVALHO “isso demonstra haver um grande – e deliberado –silenciamento das vozes que vêm do campo, principalmente se elas forem de mulheres, o qual precisa ser enfrentado (2020, p.166).

Segundo Gerda Lerner

A História das Mulheres é uma história de exclusão, de apagamentos, de sabotagens, de desvalorizações. Para se atacar a luta das mulheres, que historicamente leva o nome de feminismo, é preciso que nosso protagonismo seja negado. É preciso fingir que nunca lutamos. Por isso é tão relevante conhecer a nossa história (2020, p.18).

E foi através dessa perspectiva que esse trabalho foi elaborado. O propósito dele consiste em examinar as relações de gênero, as eventuais modificações nas concepções de masculinidades e as formas de violência presentes no Movimento das Mulheres Camponesas desde a sua fundação até os dias atuais. Com base no objetivo geral, foram estabelecidos objetivos específicos, como refletir sobre as vivências das mulheres que optaram por se engajar no MMC nas cidades de Chapecó (SC)³, onde o movimento iniciou, e Xaxim (SC)⁴, onde resido; investigar como as identidades, lutas no campo e organizações públicas e privadas das mulheres camponesas se desenvolvem; examinar as desconstruções de papéis de gênero nas famílias das militantes e compreender as formas de violência

³ Chapecó é um município brasileiro localizado na região oeste do estado de Santa Catarina, na região Sul do Brasil, distante 557 km da capital estadual, Florianópolis. Sua população em 2022, conforme estimativas do IBGE, era de 254.781 habitantes.

⁴ Xaxim também é um município brasileiro localizado na região oeste do estado de Santa Catarina, na região Sul do Brasil, distante 533 km da capital estadual, Florianópolis. Sua população em 2022, conforme estimativas do IBGE, era de 31.918 habitantes.

enfrentadas pelas ativistas do movimento e outros indivíduos inseridos em seu contexto familiar. Esses objetivos podem ser justificados por sua contribuição para o desenvolvimento de estratégias mais efetivas para envolver homens no combate à violência de gênero, para entender melhor como a luta por seus direitos afeta as relações pessoais e sociais das mulheres camponesas, para promover relações mais equitativas e menos violentas dentro e fora do movimento, e para identificar as principais formas de violência de gênero no meio rural e desenvolver ações mais efetivas para enfrentá-las.

A presente dissertação encontra-se estruturada em três partes. No primeiro capítulo, são apresentadas reflexões acerca da história das mulheres e do uso da categoria de gênero como uma ferramenta de análise para compreender as desigualdades sociais entre homens e mulheres. Para tanto, ele apresenta um panorama histórico da inserção das mulheres no campo historiográfico a partir do século XX, abordando como as reviravoltas feministas contestaram a escrita da História e permitiram que as mulheres se tornassem não só sujeitos, mas também objeto de estudo. Ao longo deste capítulo, discutimos também a transição das categorias mulher, mulheres e gênero, refletindo sobre as diversas formas que a condição feminina assumiu ao longo do tempo e como as relações de gênero influenciaram a construção da identidade feminina. Acreditamos que essa reflexão é fundamental para compreender as desigualdades sociais existentes entre homens e mulheres e para identificar os desafios enfrentados pelas mulheres ao longo da história.

No segundo capítulo, direcionamos nossa atenção para as mulheres camponesas e suas reflexões sobre questões relacionadas ao gênero, poder, violência e feminismo. Para isso, exploramos as condições de vida no campo, as políticas públicas voltadas para as mulheres e os conceitos de patriarcado, violência e masculinidades, visando compreender a relação tóxica entre poder e opressores. Logo, esse capítulo dedica-se especialmente a temas fundamentais para compreender o surgimento e consolidação do Movimento das Mulheres Camponesas, já que buscamos entender como essas mulheres se mobilizam e resistem diante de estruturas sociais que historicamente as subjugam em situações de desigualdade e violência.

No terceiro capítulo, iremos abordar a metodologia e as fontes utilizadas nesta pesquisa, com destaque para a história oral como uma ferramenta fundamental para entender as vivências das mulheres camponesas. Nesse sentido, serão apresentados relatos e reflexões obtidas a partir das entrevistas realizadas com as mulheres camponesas. Além disso, buscaremos entender os motivos que levam os homens a apresentarem comportamentos violentos, considerando as expectativas sociais relacionadas à masculinidade hegemônica. Com isso, examinaremos se o feminismo camponês popular pode ser uma alternativa na luta contra as violências de gênero, com base nas experiências vividas durante um curso de formação das mulheres camponesas ao qual a pesquisadora participou. Dessa forma, este capítulo é fundamental para entender como as narrativas das mulheres camponesas, em conjunto com estudos anteriores realizados pelo Movimento, podem contribuir para a compreensão das experiências de violência e para a construção de alternativas para combatê-las.

Trabalhar com a História das Mulheres e os debates sobre gênero revela lacunas a serem preenchidas, mesmo com o crescente número de pesquisas, mas o uso de entrevistas nos abriu diversas possibilidades de reflexão e a pesquisa buscou contribuir para estratégias efetivas no combate à violência de gênero e para compreender como a luta por direitos afeta as mulheres camponesas.

Embora o contexto da pandemia tenha limitado as entrevistas, foi possível identificar diferentes formas de violência ao longo do tempo e seu impacto nas dinâmicas familiares, perpassando pelas violências psicológica, política, física, entre outras e revelando situações tristes, porém reais, de quem enfrenta o patriarcado diariamente com a esperança de um futuro equitativo e sem medos.

2. MULHER, MULHERES E GÊNERO COMO CATEGORIAS DE ANÁLISE

Este capítulo aborda alguns debates fundamentais para compreender a inserção das mulheres no campo historiográfico do século XX em diante, abordando como as reviravoltas feministas contestaram a escrita da História, fazendo com que as mulheres adentrassem nela não somente como sujeito, mas também como uma categoria de estudo. Além disso, buscamos dialogar sobre a transição entre o surgimento das categorias mulher, mulheres e gênero, refletindo acerca das relações de gênero e das inúmeras variantes da condição feminina ao longo do tempo.

2.1 A HISTÓRIA DAS MULHERES E A HISTORIOGRAFIA

A produção de uma História das Mulheres é uma tarefa de suma importância para a construção da historiografia, pois reafirma a ideia de que as mulheres possuem uma história própria, são agentes históricos e não estão fadadas apenas à reprodução ou a papéis secundários na sociedade. A adoção dessa perspectiva na escrita da história implica em uma consideração séria desse tema, assim como sugere a existência de outras leituras possíveis além das universais que predominavam até pouco tempo atrás.

No contexto ocidental, a pesquisa específica sobre as mulheres é predominantemente um resultado do século XX. Como consequência, é comum observar que pesquisadoras passaram a incorporar gradualmente a palavra "mulher" nos títulos de seus estudos. Entretanto, a ausência desses estudos na historiografia até o século XIX gerou lacunas no campo, uma vez que pouco foi feito para incluir as mulheres nos relatos históricos. As mulheres que eventualmente apareciam na literatura eram descritas quase exclusivamente por sua beleza, virtude, heroísmo ou por terem vidas escandalosas e/ou que representavam perigos à sociedade.

Depois das transformações da própria História no século XIX, pudemos visualizar um dos primeiros homens que trouxe o relato de mulheres em suas obras: Jules Michelet. Em *“La Sorcière”* e *“Les femmes et la Révolution française”*, ele reservou um lugar de relevância para as mulheres e levantou a possibilidade de que a relação entre os sexos é um dos motores da História. Entretanto, reproduzindo a

ideologia de sua época, o historiador francês associou as mulheres à natureza e os homens à cultura⁵.

No entanto, ele foi um dos precursores a levar a sério a relação entre os sexos, que até então era recusada pelos positivistas. Além disso, ele não ignorou o papel das mulheres de sua época, como relembra a também historiadora francesa Michelle Perrot: “As mulheres, que poder!, dizia ele em seu livro, dedicando-lhes frases substanciais em suas aulas, que elas, num auditório apaixonado e silencioso, vêm escutar em massa” (PERROT, 2005 apud SOIHET; COSTA, 2008, p.32). Mas apesar disto, o historiador não deixou de aceitar as representações e os papéis sociais de seu tempo, associando as mulheres à maternidade e os homens à racionalidade. Ideias como essas se mantiveram por muito tempo e em diferentes espaços, sendo efetivamente só ao longo do século XIX que o poder social das mulheres começou a avançar. E o avanço veio principalmente no continente europeu com o crescimento da imprensa feminina e com o surgimento de suas associações de mulheres.

Durante a década de 30 do século subsequente, a Escola dos Annales iniciou um movimento que ameaçava romper com a abordagem tradicional da história em relação às mulheres. No entanto, os planos de análise mais relevantes de Marc Bloch, Lucien Febvre e seus sucessores, Ernest Labrousse e Fernand Braudel, focaram nas áreas econômica e social. Ao propor uma aproximação com as Ciências Sociais, essa escola abriu espaço para a problematização de diversos aspectos da condição humana. Apesar de não se preocupar com a história das mulheres especificamente, esse movimento contribuiu para a incorporação da temática de gênero à História algumas décadas depois. Foi somente com a Nouvelle Histoire, a partir dos anos 1970, que a dimensão sexuada dentro da evolução histórico-temporal foi considerada.

Não obstante, é possível constatar que a gênese da historiografia contemporânea surgiu de outras disciplinas, em especial da Sociologia e da Antropologia. Segundo Michelle Perrot:

a Sociologia foi pioneira graças aos trabalhos de Evelyne Sullerot, Madeleine Guilbert e Andrée Michel, ainda que muito diferentes entre si. Deve-se, à primeira, pesquisas inovadoras acerca da imprensa feminina. Próxima do marxismo, a segunda se interessou pelas desigualdades das mulheres no trabalho e no movimento operário. Ligada a Simone de Beauvoir, Andrée Michel era a mais radical, apoiando Christine Delphy na

⁵ Respectivamente, “A bruxa” e “As mulheres na Revolução Francesa”

sua crítica ao patriarcado, "o principal inimigo". Muito importante para as mulheres historiadoras, essas pesquisas pouco repercutiram entre os historiadores, que foram muito mais atenciosos com a Antropologia, em boa parte por causa da obra de Lévi-Strauss. Ora, a Antropologia colocava em primeiro plano suas preocupações com o estudo da família enquanto grupo humano fundamental e, conseqüentemente, a formação do casal, as relações pais-filhos, o parentesco, etc...(1995, p.16).

Durante muito tempo, a figura feminina era associada ao campo privado e essa visão foi fortalecida pela forte influência de Philippe Ariès e Georges Duby em sua época. Ao explorar a vida privada de uma sociedade, como as famílias, a história individual e a sexualidade, novas preocupações e indivíduos foram introduzidos como objeto de análise na História.

Michelle Perrot observa que o surgimento dos estudos das mulheres e da História das Mulheres não é limitado à França, mas ocorreu em todo o mundo ocidental. Devido aos acontecimentos do século XX, os Estados Unidos foram pioneiros nesses estudos, utilizando elementos desenvolvidos pelos pesquisadores europeus que muitas vezes foram ignorados ou não receberam grande destaque após sua publicação.

Na década de 1970, diversas disciplinas se reuniram nos Estados Unidos e difundiram pelo mundo a noção de estudos das mulheres, que por muito tempo se confundiu com a chamada segunda onda feminista. Tanto no Novo Mundo quanto no Velho Mundo, o objeto de estudo "mulheres" adquiriu sua conotação plural e atravessou disciplinas, circulando entre Filosofia, História, Sociologia e Literatura, permitindo que fosse abordado em conjunto por essas áreas, o que confirmou seu caráter interdisciplinar⁶.

Desta forma, questões relacionadas às mulheres e ao feminismo estimularam o surgimento, nos anos 1970 nos Estados Unidos e nos anos 1980 na França, do campo de estudos de gênero. Como consequência disso,

noções que estarão presentes no movimento por direitos e cidadania, desencadeado pelas lutas feministas, expressam, cada vez mais, a complexidade das relações de sexos, vistas nas interseções de outras relações sociais: não mais restrito à oposição homem versus mulher, nem tampouco às oposições de sexos e classes, como nas abordagens feministas de corte marxista, os estudos de gênero inauguram a chamada para revisões desse mesmo campo (SOIHET; COSTA, 2008, p.30).

Segundo itinerário traçado na apresentação da obra *Minha história das mulheres* de Michelle Perrot, a historiadora brasileira Carla Bassanezi Pinsky

⁶ A partir daqui, o termo "mulheres" aparecerá sem a utilização de aspas.

demonstra qual é o caminho sugerido pela autora quanto aos desdobramentos do período:

primeiro, a ruptura dos silêncios, depois, os tratos “do corpo, como algo que tem historicidade [...], desconstruindo as idades da vida, as aparências [...], o sexo, a maternidade e a submissão (repressões, estupros coletivos e ‘institucionalizados’, prostituição, assédio sexual, violência doméstica)”. A preocupação com a “alma vem depois – a religião, a cultura, a educação, o acesso ao saber, a criação, trazendo à tona hereges, santas, feiticeiras, leitoras e escritoras, artistas, sábias e criadoras”. Tudo isso é examinado na vida pessoal e pública das mulheres, no campo e na cidade. Esse itinerário sugere a montagem do projeto que se tornará o campo dos estudos da história das mulheres e dos estudos de gênero. Esse projeto faz-se no calor das lutas feministas e, desde sempre, objetiva a retirada das mulheres de áreas de invisibilidade (2007, p. 9-11, apud SOIHET; COSTA, 2008, p.33).

Já no Brasil e em outros países do Cone Sul, os estudos sobre gênero tiveram uma trajetória diferente da vivenciada na América do Norte e na França. Aqui, devido aos extensos períodos ditatoriais e as conseqüentes disputas políticas, “a categoria gênero foi, muitas vezes, pensada como distante do feminismo e da história das mulheres” (PEDRO, 2011, p. 271). Todavia, apesar de todo o contexto latino-americano, no Brasil, mais especificamente, obras com a temática feminina começaram a surgir em meados dos anos 1970 com as historiadoras Maria Odila Leite da Silva Dias e com Rachel Soihet.

Nesse sentido, para a historiadora Joana Maria Pedro, no Cone Sul, as peculiaridades e as trajetórias da historiografia são caracterizadas por deslocamentos lineares e ao longo de várias décadas da segunda metade do século XX são vistas novas categorias de análise emergirem. Assim,

nos anos 1970, a categoria seria a de “mulher”, pensada como a que identificaria a unidade, a irmandade, e ligada ao feminismo radical. Os anos 1980 seriam aqueles identificados com a emergência da categoria “mulheres”, resultado da crítica das feministas negras e do Terceiro Mundo. O feminismo dos 1990 seria o da categoria “relações de gênero”, resultado da virada linguística e, portanto, ligada ao pós-estruturalismo e, por fim, à própria crítica a essa categoria, encabeçada por Judith Butler (Ibidem).

Ainda na mesma década, em 1978, enquanto a categoria mulher ganhava força, foi publicado no Brasil a obra *A mulher no Brasil* da historiadora brasilianista June Hahner, assim como a obra *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* da socióloga Heleieth Saffioti. Já durante a década seguinte, enquanto os estudos se expandiram para a categoria mulheres, no Cone Sul a mulher continuava com força, destacando-se as publicações da brasileira Mary Del Priore com a sua obra *A mulher na história do Brasil* (1988) e publicações dos demais países, como a obra

organizada pela chilena Lucia Santa Cruz, “*Tres ensayos sobre la mujer chilena: siglos XVIII-XIX-XX*”⁷ e pela boliviana Beatris Rossells intitulada “*La mujer: una ilusion. Ideologías e imágenes de la mujer en Bolivia en el siglo XIX*”⁸.

Ademais, a publicação em português dos cinco volumes da coleção *História das mulheres no Ocidente*, em 1993, contribuiu para dar mais destaque às mulheres no cenário latino-americano⁹. No Brasil, uma das primeiras obras genuinamente brasileiras foi a *História das mulheres no Brasil* de Mary Del Priore (1997)¹⁰, e esse processo se estendeu pelo Cone Sul. Na Argentina, em 2000, foi publicada a obra *Historia de las mujeres en la Argentina*, e na Espanha, a coleção de quatro volumes publicados em 2006 trouxe à tona a questão latino-americana ao refletir sobre as mulheres hispano-americanas, com a obra *Historia de las mujeres en España y América Latina*¹¹.

Outra característica importante da região do Cone Sul foi não se limitar às marcas temporais das chamadas "ondas feministas", permitindo diálogos sobre os mais diversos debates em diferentes temporalidades e discutindo categorias distintas simultaneamente. No âmbito global, a categoria gênero explodiu juntamente com os trabalhos da historiadora Joan Scott, especialmente na década de 1990. Segundo Joana Maria Pedro, essa ruptura foi impulsionada pela publicação de um artigo nos Estados Unidos em 1986, que, após ser traduzido para o francês, chegou ao Brasil em 1990 com o título "Gênero, uma categoria útil de análise histórica"¹².

Neste artigo,

a autora salienta que a disciplina História não era apenas o registro, e sim a forma como os sexos se organizavam e dividiam tarefas e funções através do tempo. A história era, ela mesma, responsável pela “produção da

⁷ Em tradução livre, “Três ensaios sobre a mulher chilena: séculos XVIII-XIX-XX”

⁸ Em tradução livre, “A mulher: uma ilusão. Ideologias e imagens de mulheres na Bolívia no século XIX”.

⁹ PERROT, Michelle; DUBY Georges. **História das mulheres no Ocidente**. Porto, 1993.

¹⁰ Vale ressaltar que, em 1832, Nísia Floresta (pseudônimo para Dionísia Gonçalves Pinto, 1810-1885), já havia publicado a obra “*Direitos das mulheres e injustiça dos homens*”. Tal obra foi considerada uma tradução livre de “*A Vindication of the rights of woman*” de Mary Wollstonecraft (1759-1797), autora inglesa que se tornou o principal nome em defesa dos direitos das mulheres no século XIX. No entanto, tratava-se da tradução de “*Woman not inferior to man*” de Mary Wortley Montagu (1689-1762), destacando-se como uma das poucas mulheres letradas de sua época e uma das primeiras a trazer a temática para nosso país. No entanto, não conseguimos acesso à obra original e a nenhuma nova publicação da mesma até o momento de publicação dessa dissertação.

¹¹ Em tradução livre, “História das mulheres na Espanha e na América Latina”.

¹² O artigo foi publicado inicialmente no Brasil na Revista Educação & Realidade da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

diferença sexual”, pois uma narrativa histórica nunca é neutra e, quando apenas relata fatos em que homens estiveram envolvidos, constrói, no presente, o gênero. A história, nesse caso, é uma narrativa sobre o sexo masculino e constitui o gênero ao definir que somente, ou principalmente, os homens fazem história. Além disso, falar de gênero significava deixar de focalizar a “mulher” ou as “mulheres”; tratava-se de relações entre homens e mulheres, mas também entre mulheres e entre homens. Nessas relações, o gênero se constituiria (PEDRO, 2011, p. 273).

Uma outra obra de grande importância em nível global que agregou a esses debates foi publicada em 1990 por uma jovem filósofa estadunidense. Com sua obra "*Gender Trouble*"¹³, Judith Butler tornou-se uma das maiores referências no que diz respeito a gênero e feminismos¹⁴. Sua obra transcendeu o universo acadêmico, e seu principal ponto de inflexão foi a exposição da noção de que:

o gênero é "praticável", trazendo existência as identidades por meio de ações repetitivas, em vez de serem a expressão de uma realidade preexistente. Na abordagem de Butler, o radicalismo de gênero consiste não na mobilização em torno de uma identidade como “mulher”, mas em ações que subvertam as identidades, quebrando a dicotomia de gênero e deslocando as normas do gênero (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 141).

Com a chegada do novo século, uma nova articulação surgiu nos estudos feministas do Cone Sul, decorrente de todos os debates promovidos até então, enfocando as relações entre gênero e pós-colonialismo. A consequência desse movimento é a concepção de que seria mais simples observar as realidades de todas as mulheres, não apenas daquelas situadas no "centro". Visto isso, a “crítica pós-colonial reconsidera a história a partir dos colonizados, e tenta recuperar as vozes baixas da história. Questiona os estatutos assumidos pela historiografia ocidental, suas omissões e suas perspectivas” (PEDRO, 2011, p. 275).

Além disso, no contexto brasileiro, a escrita da História das Mulheres demandou mudanças significativas na documentação histórica utilizada pelos historiadores, que passaram a valorizar fontes além dos arquivos públicos e da história política. Foi necessário dar voz aos arquivos que retratam a vida cotidiana da população, principalmente os registros das Igrejas. De acordo com Maria Beatriz Nizza da Silva:

a utilização desta nova documentação teve como consequência a passagem

¹³ Em tradução livre, “Problemas de Gênero”.

¹⁴ O conceito de gênero e seus desdobramentos serão analisados na sequência.

de uma história ao nível do macrosocial para uma outra que dava preferência ao microssocial, além de homens e mulheres atraírem simultaneamente as atenções. Ao contrário do que ocorria com as chamadas fontes políticas, essas apresentavam a vantagem dos dois sexos serem igualmente importantes do ponto de vista do historiador, que não mais podia estudar um sem levar o outro em consideração (SILVA, 1987, p. 81).

Após essa mudança de perspectiva, a História das Mulheres passou a adotar uma abordagem mais inclusiva, considerando todas as mulheres, sem exceção. Como resultado, os estudos sobre mulheres e gênero na historiografia brasileira se expandiram, descentralizando-se para diversas regiões do país e ganhando destaque em áreas mais distantes dos grandes centros urbanos. Alguns exemplos notáveis incluem a Revista Estudos Feministas e o Projeto Fazendo Gênero, desenvolvidos na Universidade Federal de Santa Catarina em Florianópolis; o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM); o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia em Salvador, e o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu e a revista Cadernos Pagu, desenvolvidos na UNICAMP em Campinas. Esses locais são atualmente alguns dos principais produtores de pesquisas sobre esses temas no Brasil.

De maneira ampla, pode-se afirmar que diversas personalidades foram responsáveis por estabelecer essas categorias como um campo de estudo dentro das ciências humanas, especialmente na historiografia. No plano internacional, dentre inúmeros nomes, destacam-se Michelle Perrot, Georges Duby, Françoise Thébaud, Joan Scott, June Hanner e Natalie Zemon Davis. No âmbito nacional, há muitos nomes igualmente importantes, como Maria Odila da Silva Dias, Margareth Rago, Miriam Moreira Leite, Rachel Soihet, Mary Del Priore, Eni de Mesquita Sâmara, Leila Algranti, Paula Figueiredo, Maria Lucia de Barros Mott e Joana Maria Pedro.

2.2 CONCEITUANDO GÊNERO

Atualmente, é frequente a utilização do termo "gênero" como sinônimo de "mulheres". Muitas produções internacionais que abordam a história das mulheres substituíram gradualmente o termo "mulheres" por "gênero" em seus títulos. Essa

escolha se dá, em geral, pela associação do termo "gênero" com uma conotação mais objetiva e neutra, desvinculada da imagem negativa que muitos atribuem ao feminismo e não implicando necessariamente na defesa de uma posição sobre as questões relacionadas ao tema. Em contrapartida, a utilização do termo "história das mulheres" carrega uma posição política ao afirmar que as mulheres são sujeitos históricos. Em outras palavras, a utilização de "gênero" inclui as mulheres, mas não as nomeia especificamente, resultando em um panorama menos enfático.

Na língua portuguesa, o termo gênero é usado para

designar se um objeto ou pessoa é feminino ou masculino nas línguas latinas, mas em outras línguas existe também o gênero neutro, expresso pelo pronome "it" em inglês, por exemplo, ou "das" em alemão. No sentido em que tem sido usado recentemente, como uma categoria teórico-metodológica nas ciências humanas e sociais, seu uso remonta a 1968, quando o psicólogo Robert Stoller empregou o termo para diferenciar a "identidade sexual" construída por pessoas que hoje seriam chamadas de transexuais ou intersex, de sua "identidade anatômica" (WOLF; SALDANHA, 2015, p. 35).

Do ponto de vista gramatical, quando se considera o gênero de uma palavra, a maioria das pessoas pensa em termos de masculino ou feminino, uma vez que o português não possui uma linguagem neutra. Como afirma Joana Maria Pedro:

em português, como na maioria das línguas, todos os seres animados e inanimados têm gênero. Entretanto, somente alguns seres vivos têm sexo. Nem todas as espécies se reproduzem de forma sexuada; mesmo assim, as palavras que as designam, na nossa língua, lhes atribuem um gênero. E era justamente pelo fato de que as palavras na maioria das línguas têm gênero mas não têm sexo, que os movimentos feministas e de mulheres, nos anos oitenta, passaram a usar esta palavra "gênero" no lugar de "sexo". Buscavam, desta forma, reforçar a ideia de que as diferenças que se constataavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do "sexo" como questão biológica, mas sim eram definidos pelo "gênero" e, portanto, ligadas à cultura. O uso da palavra "gênero", como já dissemos, tem uma história que é tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas. Tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito (PEDRO, 2005, p.77-78).

A explicação fornecida pela historiadora tornou-se amplamente conhecida e popular no Brasil após a publicação do artigo "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", de autoria de Joan Scott, divulgado na revista Educação e Sociedade em 1990. Segundo Scott, o termo "gênero" surgiu inicialmente no movimento feminista norte-americano, que defendia que as diferenças baseadas no sexo biológico eram construções sociais. A partir da luta pelo sufrágio, surgiu uma nova categoria de

análise histórica: a mulher, e para reivindicar seus direitos políticos, as mulheres precisaram fazer muito barulho para mostrar que também eram sujeitos históricos. Nessa mesma linha, na década de 1970, Natalie Davis afirmava que:

deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres, e que não deveríamos tratar somente do sexo sujeitado, assim como um historiador de classe não pode fixar seu olhar apenas sobre os camponeses. Nosso objetivo é compreender a importância dos sexos, isto é, dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, e encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la (DAVIS, 1975 apud SCOTT, 1995, p. 72).

Nesse contexto, a historiadora em questão destaca a importância da utilização do termo gênero para evitar a criação de campos de estudo separados para a história das mulheres e a história dos homens, uma vez que ambos se referem à mesma área de pesquisa. Além disso, à medida que o assunto foi sendo discutido, o debate gramatical em torno do termo permaneceu em pé em várias línguas. Conforme a análise de Connell e Pearse:

nas línguas indo-europeias e semitas, os substantivos, adjetivos e pronomes podem se diferenciar como femininos, masculinos, neutros ou do gênero comum. Não apenas as palavras para espécies que se reproduzem sexualmente podem ser genericadas, mas também as palavras para objetos, conceitos e estados mentais (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 45).

Nesse sentido, as autoras concluem que a língua importa, mas não é o suficiente para fornecer tudo o que precisamos para compreendermos o gênero.

O alemão, por exemplo, tem o *die Frau* (a mulher) como artigo definido feminino, mas ao dizer *das Mädchen* (a garota), é utilizado o artigo neutro, porque todas as palavras com diminutivo são neutras. O “terror” é feminino em francês, mas masculino em alemão (*der Terror*). Outras línguas, incluindo chinês, japonês e iorubá, não fazem nenhum tipo de distinção de gênero na forma das palavras. Muito disso depende de como a língua é usada. Uma língua relativamente não genericada ainda pode ser utilizada para nomear posições de gênero e expressar opiniões sobre questões relativas ao gênero. Ao mesmo tempo, a comunidades essas palavras ou todo igual são vistos como pertencendo específica e às vezes exclusivamente homens ou mulheres ou como forma de expressar a masculinidade ou feminilidade do falante (CONNELL; PEARSE, 2015, p.45-46).

É importante lembrar que a língua é um fenômeno social e, como tal, está em constante mudança. Segundo a pensadora Heleieth Saffioti, “é interessante criar palavras que eliminem o sexismo”¹⁵. Apesar de todas essas reflexões, a maioria das

¹⁵ SAFFIOTI, 2015, p. 51.

tentativas das pesquisadoras para teorizar sobre o gênero ficou presa aos parâmetros tradicionais das ciências humanas, utilizando explicações criadas há séculos e baseadas em causas universais. Essa abordagem limita a expansão das teorias, generalizando e simplificando um processo de construções sociais e culturais que é muito mais complexo do que inicialmente se pensava.

Atualmente, os estudos sobre gênero têm ampliado seu alcance para todas as áreas das ciências humanas. O que antes era exclusivo dos estudos feministas, agora é um tema presente em diversos campos, desde a pesquisa sobre mulheres até a política, economia e sociedade, entre outros. O número de pesquisadoras que incorporam as diferenças de gênero em suas análises tem aumentado significativamente, permitindo observar os impactos dos eventos sobre homens e mulheres. Segundo Joana Maria Pedro, historiadores renomados, como Eric Hobsbawm e Roger Chartier, afirmam que a Revolução das Mulheres foi um dos grandes eventos do século XX e que a dominação de gênero permeia as relações sociais (PEDRO, 2011, p.70).

É importante salientar que o conceito de gênero é usado para descrever as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita as explicações biológicas que tentam reforçar a ideia de subordinação feminina, expressando noções como a de que as mulheres só podem dar à luz enquanto os homens têm força muscular muito superior. Dessa forma, o termo indica uma série de construções sociais e culturais que impõem definições e categorizações sobre corpos sexuados, sendo extremamente útil “pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens” (SCOTT, 1995, p.75).

A partir do final do século XX, o termo gênero começou a ser empregado pelas feministas para designar a organização social entre os sexos. O objetivo era destacar o caráter social das distinções sexuais, rejeitando o determinismo biológico presente no termo sexo. Embora existam diferenças biológicas entre homens e mulheres, entende-se que a organização social é um dos fatores mais influentes na construção das identidades de gênero. Na historiografia, o termo gênero passou a ser amplamente utilizado em estudos que exploram as relações entre os sexos, como os que tratam das mulheres, crianças e famílias. Entretanto, na época em que o termo surgiu nas ciências, pouco se sabia sobre como essas relações eram construídas, como funcionavam ou se alteravam. Além disso, o conceito de gênero

estava estreitamente ligado aos estudos sobre as mulheres, o que dificultou o trabalho das historiadoras que tentavam questionar os paradigmas existentes. Apesar das lutas para que as reflexões sobre gênero fossem incorporadas de forma interdisciplinar, o debate ainda enfrenta desafios em relação à sua ampla aceitação e aplicação, pois

o campo historiográfico tem sido um dos mais resistentes. A acusação de ser uma “história militante”, portanto, não “científica”, continua a assombrar, mesmo quando há muito já se abandonou a certeza da neutralidade. É ainda interessante refletir como, da mesma forma, outras categorias como “classe”, “raça/etnia”, “geração” também são tributárias de movimentos sociais e, obviamente, ligadas a contextos específicos; no entanto, não parecem sofrer a mesma “desconfiança” e desqualificação (PEDRO, 2011, p.270).

Na tentativa de explicar de maneira simplificada o que perpassa os estudos de gênero e os motivos de serem relevantes para a historiografia, Cristina Scheibe Wolff e Rafael Araújo Saldanha afirmaram que:

1. O gênero faz parte das relações sociais, assim como classe, raça, geração e outras categorias. Ele não pretende ser o único aspecto significativo das relações sociais, mas também não pode ser ignorado como um importante aspecto na configuração das sociedades contemporâneas e passadas. 2. O gênero é construção, ou seja, ele não é algo que venha da natureza, ele não está pré-determinado quando a pessoa nasce, embora haja expectativas sociais que relacionam o gênero ao sexo. 3. O gênero está relacionado à cultura, à história e à forma social, ou seja, os aspectos que são considerados femininos, masculinos ou mesmo neutros, dependem de cada cultura, de cada sociedade e do tempo histórico e, portanto, podem ser modificados, transformados, repensados. 4. Não se deve falar “os gêneros”, como se fosse equivalente a “os sexos”, pois não há “um gênero masculino” por si só, ou um “feminino”, mas um sistema relacional de classificação social e cultural no qual certos comportamentos e características, roupas, maneiras, atividades, são consideradas femininas, masculinas ou neutras, dependendo de onde e quando estamos nos referindo. 5. Gênero é poder, é hierarquia. As sociedades estabelecem lugares sociais que são demarcados em termos de gênero, classe, raça, geração, religião, entre outros. Mas o gênero tem sido, nas sociedades que conhecemos, o primeiro desses critérios, aquele que estabelece, desde que a pessoa nasce e é identificada a partir de características sexuais com papéis esperados de gênero, que atividades ela poderá exercer em sua vida, e quanto poder terá em suas relações. Nas sociedades que conhecemos, esta hierarquia é de tipo “patriarcal”, ou seja, são as pessoas identificadas com o gênero masculino que detêm a maior parte do poder (WOLF; SALDANHA, 2015, p. 35-36).

Assim sendo, o gênero é uma categoria que possui uma dimensão histórica e pode ser observado em símbolos culturais, organizações e instituições sociais. Apesar das variações existentes, há um consenso de que o gênero representa a

construção social dos papéis masculino e feminino. Embora o conceito não defina explicitamente a existência de desigualdades entre homens e mulheres, a maioria das feministas argumenta que ele carrega implicitamente uma hierarquia em sua utilização, a qual pode ser identificada em todas as épocas históricas. Em geral

pensa-se ter havido primazia masculina no passado remoto, o que significa, e isto é verbalizado oralmente e por escrito, que as desigualdades atuais entre homens e mulheres são resquícios de um *patriarcado* não mais existente ou em seus últimos estertores. De fato, como os demais fenômenos sociais, também o *patriarcado* está em permanente transformação. Se, na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos, hoje tal poder não mais existe, no plano *de jure*. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requintes de crueldade (SAFFIOTI, 2004, p.45-46).

Segundo Joan Scott:

[...] a definição de gênero tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. Assim, diferentemente do que Robert Stoller tinha proposto – ou seja, de que gênero era o sexo social/cultural e sexo se referia à biologia –, para Joan Scott gênero é constituído por relações sociais: estas estavam baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, por sua vez, constituíam-se no interior de relações de poder (PEDRO, 2005, p.83).

Em um artigo de 1988, Scott explica como chegou à definição da categoria de gênero. Ela argumenta que os usos e significados desse termo são resultantes de uma disputa política e, além disso, são meios pelos quais as relações de poder, sejam elas de dominação ou subordinação, são construídas. Scott enfatiza que a noção de gênero não pressupõe diferenças fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim um conhecimento responsável por estabelecer significados para as diferenças nos corpos. Por sua vez, a História é responsável pela produção das diferenças sexuais, visto que a narrativa histórica nunca foi - e nunca será - neutra, relatando principalmente fatos em que apenas homens estavam envolvidos, resultando em uma narrativa histórica extensamente voltada para o sexo masculino (SCOTT, 1988 apud PEDRO, 2005, p.84).

Considerando que o gênero é uma construção social e o sujeito é também uma construção, surge a questão: quem é o responsável por construir o sujeito? Ao examinar o gênero e a categoria de sexo contida nesse conceito, é necessário considerar as atribuições que qualificam os seres humanos. Judith Butler, uma filósofa pós-estruturalista americana, oferece um exemplo elucidativo a respeito desse tema:

consideremos o caso da interpelação médica que (apesar de o surgimento da ultrassonografia ser recente) desloca uma criança de “bebê” para “menina” ou para “menino” e, nessa nomeação, a menina é “feminilizada” por essa denominação que a introduz no terreno da linguagem e do parentesco por meio da interpelação de gênero. Mas essa “feminilização” da menina não termina aí; pelo contrário, essa interpelação fundacional é reiterada por várias autoridades e ao longo de vários intervalos de tempo que reforçam ou contestam esse efeito naturalizado. A denominação é ao mesmo tempo um modo de configurar um limite e também de inculcar repetidamente uma norma. Tais atribuições ou interpelações contribuem para o campo de discurso e poder que orchestra, delimita e sustenta aquilo que qualifica como “ser humano” (BUTLER, Judith. 2020, pp. 23-25).

O gênero é uma dimensão crucial na vida das pessoas, nas relações sociais e na cultura. As pesquisas contemporâneas sobre esse tema foram impulsionadas pelo movimento feminista em busca da igualdade de gênero. Essa ênfase na questão de gênero é justificada por uma razão simples: a desigualdade e a opressão de gênero são fenômenos generalizados que afetam a vida de inúmeras pessoas, principalmente mulheres, em todo o mundo. A análise crítica do papel do gênero nas estruturas sociais é, portanto, fundamental para a compreensão dessas questões e para o desenvolvimento de soluções adequadas, uma vez que:

a maior parte das ordens de gênero ao redor do mundo privilegia os homens e confere desvantagens das mulheres. Por outro lado, os pormenores de isso não são tão simples. Há diferentes formas de privilégios e desvantagens, e a balança da desigualdade de gênero varia de lugar para lugar. Os custos do privilégio podem ser altos. Até mesmo a definição do que pode ser considerado homem ou mulher é passível de contestação (CONNELL; PEARSE, 2015, p.26).

É importante lembrar que os estudos de gênero não se limitam apenas às pesquisas sobre mulheres, mas também abrangem estudos sobre homens e masculinidades. Sendo assim, as características associadas a ser homem ou mulher são construções sociais moldadas pelas influências que recebemos ao longo da vida. Ao nascer com um determinado sexo biológico, a família e a comunidade tendem a direcionar o indivíduo a assumir o gênero esperado pela sociedade. Esse

processo de construção do gênero varia conforme o período histórico em questão e também de acordo com critérios como classe social, etnia e localização geográfica. Apesar de haver variações,

a identidade de gênero começa a ser desenvolvida de maneira quase universal. Tal identidade é percepção por parte do próprio indivíduo que pertence a um sexo e não a outro. Ainda durante a primeira infância, a pessoa recebe estímulos para reproduzir comportamentos culturalmente compatíveis com seu gênero. Se responde de maneira satisfatória, recebe a contrapartida afetiva. O contrário também é verdadeiro. Quando a criança não reproduz o comportamento considerado adequado pelo adulto, é repreendida (NADER; CAMINOTI, 2014, p. 3).

A construção da identidade de gênero é um processo contínuo, conforme assinalado pela filósofa francesa pioneira do feminismo, Simone de Beauvoir, na famosa citação: “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, v. 2, p. 9). O mesmo princípio se aplica aos homens, já que não se nasce masculino, mas se torna um homem. Dessa forma, a construção da identidade de gênero é um fenômeno social e cultural, como destacado por Beauvoir:

nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um outro (Ibidem, p. 9).

Além disso, segundo Sérgio Gomes da Silva:

Com a diversidade de culturas, crenças e a pluralidade de identidades psicológicas, sociais, de gênero e sexuais na contemporaneidade, é simplesmente impossível conceber uma hegemonia frente às nossas identidades, porque elas não são fixas, imutáveis, pelo contrário, elas estão constantemente sofrendo mudanças, e a cada década, podemos perceber que cada vez mais a cultura, os modos de vida, de se comportar, de ser e de estar, vão se alterando, adequando-se às exigências do próprio tempo (SILVA, 2000, p. 13).

O gênero, portanto, deve ser apreendido como uma estrutura social, uma forma organizacional nos nossos arranjos sociais. Trata-se de uma dimensão multidimensional que não se restringe exclusivamente ao âmbito do trabalho, do poder ou da sexualidade, mas, antes, abrange a totalidade desses aspectos de forma simultânea. Além disso,

padrões de gênero podem ser radicalmente diferentes entre contextos culturais distintos, e há certamente muita variedade entre as maneiras de pensá-los, mas ainda é possível pensar (e agir) entre culturas em relação ao gênero. O poder das estruturas na formação da ação individual faz com que o gênero quase sempre pareça não se transformar. No entanto, os arranjos de gênero estão sempre mudando, conforme as práticas humanas criam novas situações e as estruturas se desenvolvem tendendo a crises. Por fim,

o gênero teve um começo e pode ter um fim (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 49).

Logo, a biologia não é a principal determinante na definição do gênero. Na realidade, são as estruturas sociais as responsáveis por moldá-los e é a sociedade que consegue desconstruí-los. A existência do gênero é um elemento fundamental na sociedade contemporânea, que molda as nossas relações sociais e é uma forma de expressar as relações de poder simbólicas e não simbólicas, os vestígios do patriarcado e as influências das masculinidades que moldam tanto a vida das mulheres quanto a dos homens.

2.3 AS RELAÇÕES DE GÊNERO E AS MASCULINIDADES

Abordar o tema das masculinidades como objeto de estudo na historiografia nacional é uma perspectiva recente e inovadora. Seus conceitos e implicações para as ciências humanas gradualmente se estabeleceram na ideia da existência de uma hegemonia no termo, baseada na dominação e no poder patriarcal, o qual “trata, necessariamente, da relação de dominação material e simbólica dos homens sobre as mulheres” (AZEVEDO, 2017, p.1).

A palavra masculinidade teria surgido ainda no século XVIII na tentativa de encontrar critérios que conseguissem diferenciar o masculino do feminino, uma vez que o capitalismo industrial ganhava força e a diferenciação entre masculino e feminino poderia ser um dos fatores utilizados para distinguir os espaços e condições de homens e mulheres. Pouco tempo depois, ao longo do século XX e com todas as mudanças oriundas do período, formou-se o campo perfeito para questionar quais os efeitos de todas as mudanças ocorridas nas relações entre os gêneros.

Pode-se afirmar que a primeira tentativa relevante de estabelecer uma ciência social da masculinidade teve como foco a concepção de um papel específico para o sexo masculino. Conforme destacado por Raewyn Connell:

suas origens remontam aos debates do final do século XIX sobre a diferença de sexo, quando a resistência à emancipação das mulheres era reforçada por uma doutrina científica da diferença inata de sexo. A exclusão das mulheres das universidades, por exemplo, foi justificada pela alegação de que a mente feminina era delicadamente posicionada para lidar com os rigores do trabalho acadêmico. O distúrbio mental resultante seria ruim para suas capacidades de serem boas esposas e mães. A primeira geração de

mulheres que ingressou nas universidades de pesquisa norte-americanas não apenas violou essa doutrina. Elas também questionaram seus pressupostos, pesquisando as diferenças nas capacidades mentais entre homens e mulheres. E elas encontraram muito poucos (CONNELL, 2005, p.21¹⁶).

Como resultado dessas ideias equivocadas propagadas por décadas, várias pesquisas sobre diferenças sexuais surgiram durante as décadas de 1880 e 1890, resultando em elementos que permitiram o surgimento da abordagem da masculinidade em diversas disciplinas. No entanto, desde os estudos evolucionistas do século XIX, as masculinidades têm sido estudadas a partir de uma perspectiva sexual-biológica, na qual os naturalistas as entendiam como uma consequência biológica que se manifestaria na posse ou não de um órgão sexual específico, neste caso, o pênis.

Conforme esses discursos ganhavam força e se consolidavam, a concepção de que as atitudes e ações sociais dos homens seriam delimitadas graças a uma estrutura natural inquestionável, os discursos acadêmicos e científicos forneceram bases para a institucionalização dessa ideia. Foi somente com a ascensão da psicanálise e a tese freudiana do Complexo de Édipo que a noção naturalista foi questionada¹⁷. E apesar das críticas lançadas pelas feministas contra esta abordagem, uma vez que ela se baseia numa família heterossexual, monogâmica e nuclear, foi ela que deu o pontapé inicial para a problematização desses debates.

As relações entre homens e mulheres sofreram mudanças significativas nas últimas décadas, levando a um confronto com modelos considerados tradicionais e exigindo uma nova forma de ser para ambos os sexos. Nesse contexto, a crítica feminista surgiu na metade do século XX, questionando as concepções de sexualidade e defendendo a ideia de que os comportamentos sociais não eram determinados pelos sexos biológicos, mas sim pelos gêneros, que eram construções sociais moldadas por fatores culturais e históricos. Essa abordagem abriu espaço

¹⁶ (Tradução da autora).

¹⁷ O complexo de Édipo é um conceito que foi criado pelo psicanalista Sigmund Freud, que se refere a uma fase de desenvolvimento psicosssexual da criança, chamada fase fálica, em que ela começa a sentir desejo por sua mãe e ódio e ciúme de seu pai. Segundo Freud, a fase fálica acontece entre os 3 e 6 anos de idade, que é quando acontece uma mudança no comportamento da criança que faz com que idealize a sua mãe e desenvolva um sentimento de amor por ela. Para a psicanálise, esta é uma fase determinante para o seu comportamento na idade adulta, principalmente em relação à sua identidade e comportamento sexual.

para uma reflexão mais profunda sobre as relações entre homens e mulheres e para a problematização das desigualdades de gênero presentes na sociedade. Isso abriu espaço

para que se pensasse na construção social dos gêneros, questionando os papéis sexuais antes vistos como “naturais”. Tal diferenciação entre sexo e gênero é de fundamental importância para compreensão da masculinidade, uma vez que também a masculinidade passou a ser compreendida como uma construção social. A partir desse momento nega-se o argumento de que os comportamentos de gêneros se constroem naturalmente, visão defendida pelo discurso técnico-científico, agora percebido como defensor de uma posição político-ideológica (BOTTON, 2007, p.112).

No âmbito da História, a discussão acerca desses temas emergiu com a contribuição da historiadora Michelle Perrot, que percebeu que quando se referia à história das mulheres, a abordagem se limitava ao espaço público, negligenciando o estudo dos espaços privados, o que continuava a privilegiar a história dos homens. Em relação às masculinidades, Perrot optou por não problematizá-las a fundo, em virtude da posição dominante dos homens no campo historiográfico, que os colocava em um lugar de privilégio e, portanto, não os enquadrava como um grupo excluído.

De acordo com Oliveira, as indagações levantadas pelo movimento feminista evidenciaram a necessidade igualitária de os homens refletirem sobre seus comportamentos e posturas, os quais estavam intrinsecamente ligados a um determinado tipo de masculinidade. Esse processo de reflexão gerou diversas contradições e conflitos para a sociedade contemporânea da época, abrindo espaço para as problematizações que seguiriam (OLIVEIRA Apud LOPES, M.F et. al, 2004, p. 11).

A partir da década de 1970, os estudos acerca das masculinidades ganharam maior visibilidade, especialmente na Europa e na América do Norte. Com o aumento dessas pesquisas, surgiram questionamentos em relação à universalidade da supremacia masculina, tendo em vista que o conceito de "ser homem" é altamente variável nas diversas culturas e sociedades. Esses questionamentos deram origem a debates sobre a identidade masculina e uma possível crise da masculinidade, uma vez que “o homem estaria sendo colocado em ‘xeque’ porque estaria perdendo a noção de sua própria identidade, pois até então a identidade era vista como unívoca, delimitada pelas fronteiras biológicas” (LUZ, Milton Pereira da, 2009, p. 35).

Mas afinal, o que é ser um homem e o que é a masculinidade? De maneira simplificada e baseada em estereótipos comuns, costuma-se atribuir certas características ao homem, “como ser pai, provedor da família, rude, falar grosso, pareciam suficientes para ‘determinar’ corpos, mentes, práticas e orientação sexual do sujeito”. Tais atributos pareciam ser suficientes para definir os corpos, mentes, práticas e orientação sexual do sujeito. Já a masculinidade, em geral, “é concebida e legitimada com base numa universal capacidade produtiva, em que se espera do homem a plena realização da função de provedor material e financeiro do grupo em que está inserido” (LOPES, M.F et. al, 2004, p. 18).

A conceituação da masculinidade tem sido objeto de estudo no campo científico, que busca ir além das definições estabelecidas pelo senso comum. A pesquisadora Raewyn Connell (1995 apud LOPES, M.F et. al, 2004, p. 21) propõe que a masculinidade é uma posição nas relações de gênero, constituída por práticas que homens e mulheres adotam para ocupar esse lugar e geram efeitos físicos, pessoais e culturais. Para entender as diferentes concepções de masculinidade, Connell recorre a quatro correntes teóricas. A perspectiva essencialista, baseada na biologia, entende a masculinidade como algo universal. A corrente positivista, por sua vez, delimita a masculinidade como uma estrutura única, que não apresenta variações em diferentes grupos e locais. A perspectiva normativa vincula a masculinidade a uma identidade padrão que os homens devem seguir. Já a perspectiva semiótica entende a masculinidade como parte de um sistema de símbolos opostos, em que o masculino e o feminino são contrastantes (Ibidem, p. 23).

Aprofundando a análise no intuito de explicar o conceito de masculinidade, conforme Costa afirma, ela “não pode ser vista como a mera reformulação cultural de um dado natural, uma vez que ela é marcada por assimetrias (como heterossexual/homossexual) e hierarquias (de mais ou menos “masculino”)” (COSTA, 1998 Apud LOPES, M. F et. al, 2004, p. 6).

Assim, ao analisar a masculinidade, é imprescindível compreender que há uma diversidade de homens, o que nos obriga a considerar as suas distintas variações de classe social, idade, orientação sexual, raça, dentre outros aspectos relevantes.

A filósofa Elisabeth Badinter afirma, inclusive, que:

(...) a masculinidade precisa ser construída e conquistada, com intuito de provar que ela não é natural quanto se pretende. (...) a identidade masculina se adquire à custa de grandes sacrifícios, que incluem ritos de passagem, suportando dor e humilhação. (...) a masculinidade define-se principalmente através da afirmação da heterossexualidade, da negação do que é propriamente feminino, da homofobia e da dominação sobre as mulheres (BADINTER, 1998 Apud LOPES, M. F et. al, 2004, p.7).

Nesse contexto, adquirir a identidade masculina poderia ser considerada uma tarefa árdua, tendo em vista o modelo hegemônico presente em nossa sociedade. Segundo Freud, todos os meninos passariam pelo Complexo de Édipo, processo que envolve a construção de um conjunto de regras, símbolos, normas de conduta e modos de se comportar masculinos. Assim, o modelo masculino predominante estaria estruturado principalmente na anatomia masculina, o que pode tornar o processo de construção da identidade masculina um desafio cujo “modelo de perfeição estava representado na anatomia masculina, onde a regra fálica distinguia perfeitamente o domínio de superioridade e inferioridade masculina e feminina respectivamente” (SILVA, Sérgio Gomes da, 2000, p. 9).

Ao refletir sobre a noção de inferioridade perpetuada por alguns pensadores ao longo dos séculos XIX e XX, o sociólogo Pierre Bourdieu publicou em 1990 sua obra intitulada "A Dominação Masculina"¹⁸, complementando algumas constatações já feitas em seu trabalho anterior, "O Poder Simbólico"¹⁹. Por meio dessas obras, Bourdieu concluiu que as vantagens masculinas nas relações de gênero não se devem apenas à suposta força física, mas também às forças no campo do simbólico. De acordo com essa tese:

dentro do processo histórico humano se instituiu e se reproduziu determinadas relações de violência simbólica, compartilhadas consciente ou inconscientemente entre dominantes e dominados. Nesse aspecto, as relações entre gêneros são, por ele compreendidas, através do conceito de “trocas simbólicas” onde a mulher passa a ser – dentro das relações sociais – objeto de troca, determinado pelo interesse dos homens, reproduzindo o capital simbólico destes homens e sua dominação masculina (BOURDIEU, 2007, p.114).

No entanto, alguns estudiosos argumentam que a questão da masculinidade é marcada por dois lados opostos: um deles representa o homem que recorre à violência física ou simbólica, consciente ou inconscientemente, para manter sua posição de dominação; o outro lado é o homem que é vítima dos processos e rituais

¹⁸ Obra de 1998.

¹⁹ Obra de 1989.

pelos quais passou ao longo de sua vida na tentativa de construir sua masculinidade. É precisamente nesses dois lados opostos que se encontram os maiores debates sobre a masculinidade. Portanto, é possível concluir que as masculinidades devem ser analisadas com singularidade, subjetividade e multiplicidade, já que cada homem pode experimentar e expressar a masculinidade de maneira diferente, influenciado por diversos fatores sociais, culturais e históricos, visto que

não podemos falar em somente uma, mas em diversas masculinidades social-historicamente construídas, sendo uma delas a portadora de um status de “hegemônica” e as demais masculinidades periféricas, as concorrentes ou afirmadoras dessa (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p.116).

As singularidades que demandam análises específicas têm fomentado teorias, como a de Pedro Paulo Oliveira (1998), que argumenta que à medida que se desce na escala social, os traços distintivos proporcionados pela masculinidade tornam-se mais valorizados em sua forma mais grosseira e opressiva. Uma das justificativas para isso reside na possibilidade de haver uma necessidade de compensar a falta de poder que os homens dos estratos sociais mais marginalizados sentem em quase todas as esferas da vida social (OLIVEIRA, 1998, p. 98).

Todavia, essa ideia não reflete a totalidade da questão, uma vez que os malefícios da masculinidade podem ser vistos em todas as classes sociais. Inclusive, Sócrates Nolasco diz que o papel masculino é o grande responsável por essa “situação precária” das masculinidades e que isso se deve ao fato dos homens obedecerem cegamente a um modelo de comportamento que restringe suas subjetividades e os reduzem a um vazio existencial com angústias e tensões que eles têm que conviver o tempo inteiro. Segundo o autor, é necessária uma humanização deste papel social, que pode ser desenvolvido via um novo modelo de comportamento (NOLASCO, 1993, p. 56).

De maneira inconsciente, os homens muitas vezes seguem as ideologias machistas sem ao menos terem conhecimento do que essa ideologia representa. No entanto, eles não estão sozinhos nessa situação. Entre as mulheres que vivem em uma sociedade patriarcal, é comum a atribuição de qualidades positivas aos homens e negativas (embora nem sempre) às mulheres. Há poucas mulheres que não

adotam as ideologias dominantes de gênero, e, por isso, é comum observar mulheres que não questionam seu papel de inferioridade social. Essa é a razão pela qual inúmeras mulheres reproduz o machismo e o sexismo, que não são apenas ideologias, mas também estruturas de poder que prejudicam homens, mulheres e suas relações.

Tanto as masculinidades quanto as feminilidades são produtos da construção social e cultural, onde os fatores culturais determinam os papéis a serem desempenhados pelos gêneros masculino e feminino e as relações entre eles, sendo que tais papéis são frequentemente baseados no sexo biológico. No entanto, essas relações de gênero não são igualitárias, mas sim marcadas por relações de poder e dominação dos homens sobre as mulheres. Essa dinâmica é resultado de um processo histórico que se estendeu por séculos. Além disso,

ninguém nasce dotado de masculinidade ou feminilidade, aprende-se socialmente o que é ser dotado de tais atributos, aprendizado de modelos e códigos que nunca são internalizados ou obedecidos em sua inteireza, permitindo o surgimento de distintas maneiras de viver tanto a masculinidade quanto a feminilidade. Embora em cada sociedade e cultura humanas haja um modelo hegemônico ou prevalecente de masculinidade, essa não impede e até possibilita a existência de maneiras minoritárias e dissidentes de viver a masculinidade, embora essas nunca deixem de manter relações e atualizar regras e aspectos do modelo dominante. A masculinidade, portanto, não é estática, nem atemporal, é histórica; não é uma manifestação da natureza ou de uma essência psicológica interior, é um construto social e simbólico; não é uma mera ascensão à consciência de uma diferença de natureza biológica, mas é uma criação cultural a partir da observação dessa diferença, que foi, ao longo do tempo e em várias sociedades, transformada em princípio de desigualdade entre homens e mulheres (ALBUQUERQUE JR, 2019, p. 492)²⁰.

Além disso, somando-se a ideia das singularidades, podemos observar que “a masculinidade não é unívoca. O masculino é uma concepção genérica e não universal, ou seja, depende da sociedade em que está inserida” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, apud NADER; CAMINOTTI, 2014. p.1). Além disso, Robert W. Connell e James W. Messerschmid afirmam que:

em todos os grupos sociais existem a masculinidade hegemônica e as masculinidades subordinadas. “A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa”. Ou seja, a masculinidade hegemônica, apesar é virtualmente inatingível por qualquer homem, existe de maneira forte e consistente no plano discursivo e exerce sobre homens e

²⁰ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Masculino/Masculinidade. In: COLLING, Ana Maria Colling; TEDESCHI, Losandro Antônio. **Dicionário crítico de gênero**. 2. ed – Dourados, MS :Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019, p. 489-495.

mulheres um papel controlador (CONNELL; MESSERSCHMIDT, apud NADER; CAMINOTTI, 2014. p.1).

Um dos componentes fundamentais das masculinidades consiste na relação de poder entre um grupo dominante e um grupo dominado, neste caso, entre homens e mulheres. Todavia, o poder é uma relação que se estabelece entre duas pontas. Para que as relações de poder sejam estabelecidas, é necessário haver um meio que as conduza, seja ele ideológico, econômico ou coercitivo (utilização da força) (Ibidem, p. 9).

Dessa forma, ao abordarmos as questões de gênero, é pressuposto que o conceito de dominação seja relevante. Conforme a teoria de Weber, podemos afirmar que:

entre homens e mulheres, na maioria das vezes, a dominação é do tipo tradicional, legitimada pela crença cotidiana das tradições vigentes desde sempre. Apesar disso, em alguns momentos históricos, a dominação masculina foi amparada por bases racionais e legais (BOURDIEU apud NADER; MEDEIROS, 2014, p.6).

Conforme a visão de Bourdieu, o gênero masculino ainda exerce domínio sobre o feminino na atualidade. Tal dominação não se fundamenta primordialmente em força física, uso de armas ou dependência financeira, pois, mesmo que tais fatores possuam grande influência, caso fossem os únicos determinantes, supõe-se que as mulheres estariam livres caso não fossem afetadas por nenhuma dessas variáveis. Por esses motivos,

a dominação dos homens sobre as mulheres, via de regra, ocorre no campo do simbólico. O dominado (no caso, a mulher) adere a dominação de maneira irrefletida e passa a considerar que aquilo seja natural. A violência simbólica é fruto da exposição prolongada e precoce as estruturas de dominação (BOURDIEU apud NADER; CAMINOTTI, 2014, p. 6).

Assim, é possível perceber que as relações de gênero se caracterizam pelo exercício do poder masculino sobre as mulheres, legitimado pela sociedade e resultante de tradições e construções sociais impostas aos gêneros. Tal dominação pode ser acessada pelos dominadores quando julgarem necessário.

O poder, por sua vez, somente se estabelece em rede, e os sujeitos que estão inseridos nessa rede estão sempre em posição de exercer ou sofrer sua ação. É por meio do poder que os sujeitos se constituem enquanto tais, tornando seus corpos, gestos, discursos e desejos em manifestações concretas. O sujeito, portanto, “é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu

centro de transmissão. Desse modo, o poder passa através do sujeito que ele próprio constituiu” (SAFFIOTI, 2004, p. 45-46).

Contudo, embora os homens obtenham vantagens das desigualdades de gênero, estas não são experimentadas de forma homogênea entre eles. Homens que questionam a concepção dominante de masculinidade, assim como aqueles que a endossam, enfrentam consequências graves simplesmente por sua existência. Nesse contexto,

foi uma feminista maroquina que produziu a pesquisa pioneira mais interessante sobre a situação dos homens e as dinâmicas da masculinidade. *Beyond the veil* (Além do véu) (1975), de Fátima Mernissi, não é apenas uma etnografia, mas também uma notável proposição de um ponto de vista do gênero sob a ótica das relações sociais e um estudo pioneiro sobre os homens, que, por acaso, foi realizado em uma sociedade muçulmana (CONNELL, PEARSE, 2015, p. 136).

A adesão aos padrões de masculinidade acarreta consequências como tensões, inseguranças e violências, tanto para os outros quanto para si próprio. Conforme afirmado por Bourdieu,

o tão falado privilégio masculino não deixa de ser uma cilada, visto que, para a manutenção desse status quo de macho dominador, o homem se vê obrigado a confirmar socialmente a sua virilidade a todo o momento. Justamente nesse processo, é que esses atributos acabam se confundindo, pela necessidade de recorrência ao uso da força para que seus propósitos sejam garantidos, ainda que em detrimento de outros sentimentos mais elevados, que sua condição de macho não lhe permite expressar, quiçá cultivar (BOURDIEU, P, 1998, apud LUZ, Milton Pereira da. 2009, p. 37).

Considerando todos os pontos abordados, justifica-se a análise das relações de gênero no Movimento das Mulheres Camponesas, uma vez que não existem pesquisas sobre os homens que compõem seus grupos familiares e suas masculinidades, deixando lacunas a serem preenchidas. Embora os homens se beneficiem da opressão das mulheres, isso não significa que estejam em uma situação privilegiada, já que precisam seguir padrões específicos para evitar a repressão dentro de seus próprios grupos. Enquanto grupo, os homens não são oprimidos pelas relações de gênero, mas alguns indivíduos podem sentir-se ameaçados quando seus poderes e privilégios são questionados. Neste trabalho, será analisado o resultado desse sentimento de ameaça.

3 MULHERES CAMPONESAS: DEBATES SOBRE GÊNERO, PODER, FEMINISMO E VIOLÊNCIAS.

Neste capítulo, abordaremos temas como gênero, patriarcado, violências e políticas públicas, os quais estarão relacionados ao surgimento e consolidação do Movimento das Mulheres Camponesas. Nosso objetivo é compreender como as mulheres se mobilizam e resistem diante de estruturas sociais que, ao longo da história, as submetem a situações de desigualdade e violência.

3.1 NÓS NÃO QUEREMOS FAVORES, NOSSA HISTÓRIA A GENTE FAZ²¹

Durante a década de 1950, sob o governo de Juscelino Kubitschek, objetivando colocar o país em um patamar de modernidade, a agricultura tradicional foi substituída por áreas de desenvolvimento industrial. A concentração fundiária que se seguiu fez com que a terra, fonte de capital, fosse disputada por segmentos interessados em obter incentivos fiscais e o controle das fronteiras nacionais. Empresários, especuladores e banqueiros ambicionavam não tanto a potencialidade agrícola da região, mas o privilégio de dominar o setor, o que representava vantagens políticas

A substituição da agricultura tradicional por áreas de desenvolvimento industrial no Brasil ocorreu durante a década de 1950, sob o governo de Juscelino Kubitschek. Esse processo foi impulsionado pelo objetivo de modernizar o país e impulsionar seu crescimento econômico.

Para promover o desenvolvimento industrial, o governo implementou políticas e programas que incentivaram a industrialização e atraíram investimentos estrangeiros. Isso resultou na criação de zonas industriais, especialmente em áreas urbanas e regiões estrategicamente selecionadas. A expansão das atividades industriais acabou ocupando terras que antes eram utilizadas para a agricultura tradicional. Essa mudança foi motivada pelo pensamento de que a industrialização traria maior progresso econômico e avanços tecnológicos, impulsionando o país para

²¹ Grito de Ordem do Movimento das Mulheres Camponesas apud CONTE, Isaura Isabel; JANH, Elisiane de Fátima. 2011, p. 23.

a modernidade.

A substituição da agricultura tradicional por áreas de desenvolvimento industrial teve consequências significativas. Por um lado, contribuiu para o crescimento da indústria e para a diversificação da economia brasileira. Por outro lado, resultou na concentração de terras e no deslocamento de comunidades rurais que dependiam da agricultura como meio de subsistência. Essa transformação também gerou um impacto socioeconômico nas áreas rurais, uma vez que muitos trabalhadores rurais migraram para as cidades em busca de empregos nas indústrias em expansão. Essa transição rápida e desigual teve muitas consequências, impactando a distribuição de terras, a economia agrícola e as dinâmicas sociais.

Em decorrência desses acontecimentos, as Ligas Camponesas²², que já se organizavam desde 1945 em conjunto com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), intensificaram suas lutas e se tornaram um dos movimentos mais relevantes em prol da reforma agrária e da melhoria das condições de vida no campo. Porém, juntamente com a queda do presidente João Goulart após o golpe civil-militar de 1964, as Ligas Camponesas foram abafadas e silenciadas. Após esse período, muitos agricultores tiveram que conter suas lutas contra os processos que os espoliavam, especialmente os agricultores familiares, incluindo as famílias que posteriormente integrariam o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC).

Dessa maneira, os sindicatos, a resistência camponesa e os defensores da reforma agrária se viram obrigados a enfrentar diretamente um cenário de alianças conservadoras que se fortalecia, apoiado pelo próprio governo. Este utilizava a justificativa das reformas de base para defender o modelo conservador e, assim, desideologizar a reforma agrária, que era encarada com desconfiança pelos setores mais conservadores da sociedade. Nesse contexto, emergiu um novo aliado dos movimentos sociais do campo: o campesinato, cuja força e apoio se tornaram cada vez mais relevantes.

²² As ligas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente em Pernambuco e depois se estenderam para a Paraíba, Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do país

A partir da promulgação do Estatuto da Terra em 1964²³, cuja finalidade era assegurar o direito ao acesso à terra para aqueles que nela residissem e trabalhassem, bem como da criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)²⁴ em 1970, com a missão de efetivar a reforma agrária, manter o registro nacional de imóveis rurais e gerir as terras públicas pertencentes à União, foram estabelecidas estruturas de controle e mecanismos de policiamento da área rural. Essas medidas foram adotadas como estratégia para coibir os movimentos camponeses que se formaram durante o governo de João Goulart (1961-1964), gerando, como resultado, resistência social, solidariedade grupal e uma maior união dos movimentos sociais, que, vinculados às Igrejas da Teologia da Libertação²⁵, procuraram confrontar o sistema que os prejudicava.

Nesse contexto, os movimentos sociais do campo surgiram como uma contestação à tentativa do Estado de implementar um modelo de desenvolvimento voltado apenas para pequenas elites. O desenvolvimento, anteriormente associado ao crescimento econômico, desencadeou uma série de ações que visavam solucionar problemas sociais e ambientais, inaugurando um processo no país de efervescência das lutas em massa por diversos grupos do campo.

Em decorrência das ações mencionadas, na década de 1980, emergiu a Articulação dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais dos Cinco Estados do Sul, a qual, além de englobar os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais dos três estados da região sul, também incluía movimentos de São Paulo e Mato Grosso do Sul²⁶. As organizações que participaram dessa articulação foram: Organização de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina; Organização de Mulheres

²³ O Estatuto da Terra é a forma como legalmente se encontra disciplinado o uso, ocupação e relações fundiárias no Brasil. Conforme o Estatuto da Terra, criado em 1964, o Estado tem a obrigação de garantir o direito ao acesso à terra para quem nela vive e trabalha.

²⁴ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária é uma autarquia federal da Administração Pública brasileira criada pelo decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.

²⁵ A Teologia da Libertação é um movimento sócio-eclesial que surgiu dentro da Igreja Católica na década de 1960 e que, por meio de uma análise crítica da realidade social, buscou auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos. (CAMILO, Rodrigo Augusto Leão. **A Teologia da Libertação no Brasil**: das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade. II Seminário de pesquisas da faculdade de ciências sociais. Goiânia, 2011, p.1.)

²⁶ Apesar do nome escolhido na época, cabe lembrar que, geograficamente, os estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul compõem a região sul do país, enquanto São Paulo se encontra na região Sudeste e o Mato Grosso do Sul na região Centro-Oeste.

Agricultoras de Mato Grosso do Sul; Movimento de Mulheres do Movimento Sem Terra do Estado de São Paulo; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul e a Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores do Paraná (AMMTR-SUL, 1996, apud GADELHA, Renata R. et. al, 2017, p.189-190).

A Articulação dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais dos Cinco Estados do Sul teve objetivos multifacetados, tendo como um de seus primeiros objetivos a contribuição para discussões acerca da saúde feminina e previdência social, conforme abordado em sua cartilha "Não importa onde estiver, sempre mulher". A partir de 1982, as participantes do movimento começaram a questionar suas condições enquanto mulheres, desencadeando lutas específicas em prol de seus direitos. Dentre seus principais objetivos, destacam-se o reconhecimento profissional, a garantia de aposentadoria, direitos como cidadãs e mulheres, como educação e saúde, e a libertação em âmbitos familiares, comunitários e sociais (AMMTR-SUL, 1996, apud GADELHA, Renata R. et. al, 2017, p. 191).

Apesar das discussões ocorrerem em grupos mais amplos devido à amplitude das articulações, os grupos menores continuaram a debater questões regionais e enfrentar dificuldades específicas. Tanto é assim que, em maio de 1983, a primeira Assembleia das Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC) ocorreu em Nova Itaberaba, até então um distrito de Chapecó. O objetivo desta assembleia era refletir sobre os problemas cotidianos enfrentados pelas mulheres agricultoras, como a discriminação de gênero, a igualdade entre homens e mulheres e a necessidade de se organizarem como um coletivo.

Na ocasião, as trabalhadoras rurais reunidas estabeleceram como principais reivindicações a aposentadoria, a sindicalização, a saúde e o reconhecimento da profissão de agricultoras. Essas pautas foram combinadas com a busca por uma maior unidade com militantes de outros espaços. O lema "Mulheres unidas, jamais serão vencidas!" foi amplamente divulgado durante o Encontro Regional ocorrido em 08/03/1984, que contou com a participação de 500 mulheres de oito municípios do oeste catarinense. O objetivo central desse encontro foi a organização para construir um espaço próprio para suas lutas (PAIM, Elison Antonio; GASPARETTO, Sirlei Antoninha Kroth, 2007, p. 215-216).

A partir das discussões e encontros mencionados anteriormente, essas

mulheres, que antes haviam tido pouca participação além de seus municípios, passaram a liderar um movimento popular, camponês e feminista.

Ademais, nas eleições de 1987, houve um aumento do debate sobre a participação política das mulheres na sociedade, e as agricultoras perceberam a importância de concentrar seus esforços nessa questão. Elas se organizaram e apoiaram a candidatura de Luci Choinacki, uma camponesa que concorria ao cargo de deputada estadual. Após a eleição, Choinacki tornou-se a primeira mulher camponesa a ocupar um cargo na Assembleia Legislativa de Santa Catarina²⁷.

No mesmo ano ocorreu a 2ª Assembleia do Movimento, que teve como pauta a discussão sobre a organização interna do grupo e a sindicalização das militantes. No ano subsequente, na 3ª Assembleia com o lema "Semeando justiça, brotando liberdade", as integrantes intensificaram a necessidade de caracterizar o movimento como um movimento de classe, enfatizando a luta pelo reconhecimento do bloco de produtora rural, indispensável para comprovar sua profissão. Assim,

com apenas cinco anos de lutas as mulheres culminam 1988 como sendo um ano de conquistas. Entre elas, podemos destacar: conquista do espaço público (o sair de casa); a participação na política institucional (eleição da primeira camponesa para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina – Luci Choinacki- (líder do movimento); participação ativa pela conquista de direitos na Constituição de 1988; direito de sindicalização (PAIM, Elison Antonio; GASPARETTO, Sirlei Antoninha Kroth, 2007, p. 221-222).

Ainda em 1987, a Articulação de Mulheres Agricultoras mudou seu nome para Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR-Sul), restringindo-se às instâncias dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Posteriormente, em 1995, ocorreu a consolidação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), a partir do Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais, realizado em outubro desse mesmo ano (GADELHA, Renata R. et. al, 2017, p. 190).

²⁷ Luci Choinacki é uma mulher do campo, sem terra, militante da agroecologia e dos direitos das mulheres. Primeira agricultora do Brasil a ser deputada estadual e federal, depois de 20 anos com atuação destacada no Parlamento, voltou a viver no campo. Foi atuante nos anos 1980 com a Pastoral da Terra, no Oeste de Santa Catarina, participou do início do Movimento de Mulheres Agricultoras (hoje, MMC). Autora da lei que instituiu a aposentadoria para as donas de casa, Luci sempre esteve à frente de projetos para a melhoria da vida das mulheres, das condições de vida no campo e do meio ambiente. Além disso, foi a única mulher eleita em 1986 para a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e deputada estadual constituinte em 1987. Foi deputada à Câmara dos Deputados na 49ª legislatura (1991 — 1995), na 51ª legislatura (1999 — 2003), na 52ª legislatura (2003 — 2007) e na 54ª legislatura (2011 — 2015). Nas eleições de 2014, em 5 de outubro, não foi reeleita. Para quem interessar, atualmente está disponível na internet um documentário intitulado "Luci e a Terra", produzido pelo portal Catarinas, onde a vida de Luci é contemplada com maiores detalhes,

Na cidade de Chapecó, a 4ª Assembleia Estadual da Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR-Sul) ocorreu com o lema "Mulheres organizadas jamais serão pisadas". Realizada em ano eleitoral, as mulheres debateram novamente a participação política feminina na sociedade. Dessa vez, a organização elegeu Luci Choinacki como deputada federal, a fim de ter uma representante dos interesses das trabalhadoras rurais na câmara dos deputados. Essa estratégia deu resultados e, em 1992, após anos de luta, as primeiras aposentadorias de mulheres camponesas foram registradas, um fato de grande importância que serviu como incentivo para as militantes²⁸.

Após celebrar mais de uma década de luta, o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) organizou um mutirão em defesa de várias causas, incluindo salário maternidade, reforma agrária, saúde da mulher, fim da violência e participação política das mulheres na sociedade, sob o lema "Da luta não fujo, na luta continuaremos". Entretanto, a partir da década de 1990, o movimento enfrentou dificuldades na participação das lutas devido às mudanças na economia e política. Para enfrentar esses desafios, no início dos anos 2000, a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil (ANMTR-Brasil) lançou uma cartilha intitulada "Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documento", uma vez que muitos direitos almejados não eram obtidos devido à falta de documentação. Aproveitando essas lutas, a Articulação também buscou articular os movimentos de mulheres autônomas e coletivos de gênero de todos os movimentos sociais do campo.

A partir deste momento e com a expectativa de mudanças com o novo presidente da República²⁹, o Movimento das Mulheres Camponesas do Brasil reforçou a importância de discutir a desvalorização da mulher na sociedade e o papel dominante do homem, bem como explicar a finalidade de cada documento e onde poderiam ser obtidos, visando garantir os direitos trabalhistas, valorizar e reconhecer a profissão das agricultoras e combater a violência. As mulheres sabiam que, se na sociedade em geral ainda havia muitas dificuldades entre homens e mulheres, a situação no campo era ainda mais acentuada.

Por isso, durante a IX Assembleia Estadual do Movimento, realizada em

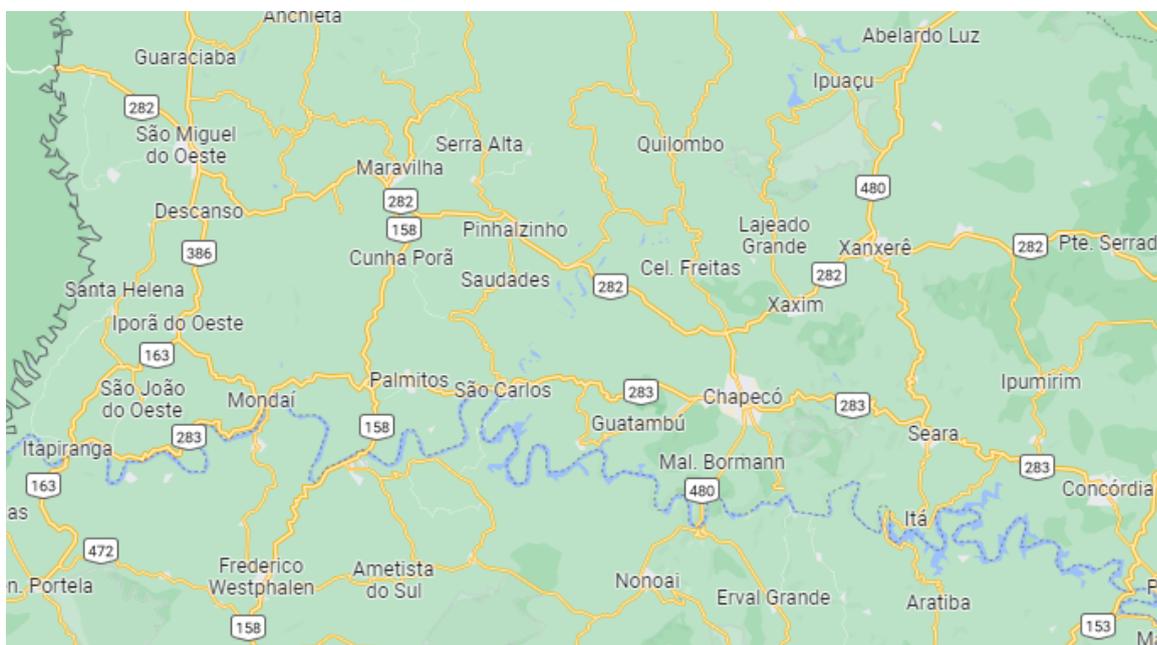
²⁸ Constituição Federal da República, em seu parágrafo 8º do artigo 195.

²⁹ Em 2002 ocorreu a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva.

novembro de 2004 no município de Itapiranga-SC, 700 mulheres agricultoras vindas de 74 municípios, organizadas em 14 regionais, ao discutirem a organização do Movimento e construir bases para o futuro, decidiram ser reconhecidas como Movimento das Mulheres Camponesas do Brasil. Além do debate teórico sobre o conceito de camponês, nesse mesmo encontro foram lembrados os 21 anos de história do movimento e deliberou-se, por meio de carta, que:

Somos o MMC/SC, pois compreendemos que, camponesas são todas aquelas mulheres que de uma ou de outra forma, produzem comida, são agricultoras, pequenas proprietárias, catadoras de pinhão, pescadoras artesanais, seringueiras, entre outras. Avançamos em nossas experiências de lutas nos Estados e gradativamente viemos construindo uma unidade nacional que hoje se expressa em nossa ferramenta de luta que é o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil. Nossa IX Assembleia Estadual de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina aconteceu num momento histórico importante para a luta de libertação das mulheres camponesas, pois neste ano consolidamos o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil – MMC/Brasil. Brasília 08/03/2004 – I Congresso Nacional do MMC/Brasil! Através do movimento aprendemos que nós mulheres descobrimos a agricultura e somos as guardiãs das sementes crioulas. Esta sabedoria, encontra sua referência na construção de um Projeto Popular de Agricultura, a agroecologia. Este aprendizado trouxe para nossos grupos de base, a certeza de que é possível construir novas relações entre os seres humanos e destes com a terra, com a água e com a natureza. O modelo de agricultura química, agronegócio, não serve para nós. Nosso caráter, enquanto movimento, continua sendo: autônomo, democrático e popular, de classe, de luta, socialista e construtor de novas relações de igualdade. Avaliamos nossa ação na sociedade. Reconhecemos a importância de nossa luta, entretanto percebemos que temos muitos desafios a assumir: Aprofundar nosso trabalho através da organização de base, da formação, das lutas de gênero e classe, reanimando nosso espírito de resistência, garra e coragem. Dar continuidade à luta para consolidar o Projeto Popular de Agricultura Agroecológica. Reafirmamos a continuidade das práticas de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças e a luta pelo crédito especial para as mulheres. Assumir as bandeiras de luta pela saúde, pelos direitos, contra a violência e as lutas gerais da Classe trabalhadora contra o modelo neoliberal. Trabalhar para que cada vez mais possamos conquistar nossa autonomia, organizando as finanças de nosso movimento (PAIM; GASPARETTO, 2007, p. 232-233).

Figura 1: Oeste de Santa Catarina, região onde se deu início o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) e posterior Movimento das Mulheres Camponesas (MMC)



Fonte: Google Maps, 2022. Disponível em:

<https://www.google.com.br/maps/@-26.934216,-52.7583407,9.75z/data=!5m1!1e1>

Cabe enfatizar que a adoção nacional do termo camponês atribuiu uma identificação social às forças que se unificaram e às lutas políticas das mulheres do campo. A escolha do termo foi alinhada com as perspectivas de lutas e concepções dos movimentos da Via Campesina, os quais esclareceram que a adoção do conceito de campesinato representava um exercício político. Assim, do ponto de vista teórico, “o conceito de camponês ainda tem pertinência como fio condutor para pensar as mudanças em curso nas pequenas comunidades, bem como para compreender os grupos sociais tradicionalmente excluídos na sociedade rural, como as mulheres e os jovens” (STROPASOLAS, 2002, Apud GADELHA, Renata R. et. al, 2007, p.132).

Segundo Valdete Boni,

Para discutir o conceito de camponês utilizado pelos movimentos sociais temos que ir para além do conceito clássico ou do conceito acadêmico do termo. Neste sentido, parto da ideia de que a resignificação do conceito, elaborado pelo MMC, serviu para que se conseguisse abranger a diversidade de participantes, já existentes ou potenciais, dentro do movimento. Essa mesma resignificação foi realizada pela Via Campesina para justificar a pluralidade dos movimentos que a compõem e para dar um caráter mais político à rede formada (BONI, 2013, p.72).

A Via Campesina, por sua vez, é uma organização de âmbito mundial que

reúne camponeses e camponesas articulados/as em redes (de demandas e de atuações), promovendo formações direcionadas à compreensão da sociedade num contexto global, especialmente, em relação ao modelo dominante de produção, implementado na maioria dos recantos do mundo (MENEGAT; SILVA, 2019, p. 131)

É de responsabilidade dessa organização não só promover a discussão, mas também mobilizar ações que visem a questionar os limites do modelo de produção predominante no campo, sobretudo no que diz respeito à produção de alimentos. Conforme a Via Campesina, a produção deve estar em consonância com as particularidades de cada região e contemplar os conhecimentos e as vivências dos indivíduos encarregados da produção, a fim de fornecer alimentos saudáveis e que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população. Logo, “recusam o pacote mercadológico, porque é tecnológico e de hegemonia, organizado em um único modelo, que controla tudo: a posse da terra, as relações de trabalho, o alimento e a vida” (STROPASOLAS, 2002, Apud GADELHA, Renata R. et. al, 2007, p. 132).

Com essa perspectiva, a Via Campesina se expandiu global e atualmente possui presença em 81 países, com a adesão de 182 organizações sociais populares de camponeses e camponesas. No Brasil,

a Via Campesina é composta por Movimento dos Atingidos por Barragens/MAB, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) (MENEGAT; SILVA, 2019, p. 132).

De acordo com Isabela Costa da Silva, a origem do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) decorre de um processo de mobilização iniciado nos anos 80 por vários movimentos de mulheres camponesas no Brasil, impulsionado por articulações políticas e lutas. Entretanto, o debate em torno da criação do movimento intensificou-se a partir de 2002, culminando na realização de um encontro com 50 lideranças de 16 estados em 2003, onde se discutiu e planejou a consolidação do MMC ao nível nacional. Em março de 2004, ocorreu o 1º Congresso Nacional do MMC em Brasília, com a presença de 1.500 mulheres, e nessa ocasião unificaram-se os movimentos de mulheres camponesas autônomas, consolidando a Via Campesina como instância de articulação do movimento (SILVA, 2013, p. 96).

Foi avaliado que a unificação dos movimentos consolidaria e fortaleceria a luta

das mulheres e da classe trabalhadora. O congresso, realizado em 2004, foi um momento de afirmação da fundação do MMC Brasil, com uma significativa participação de todos os estados na construção da simbologia e dos aspectos que unificavam os movimentos, reafirmando o caráter feminista e camponês do movimento.

Entre 2004 e 2005, os Movimentos Autônomos dedicaram tempo para a reorganização interna de seus próprios movimentos, seguindo a visão do MMC, e conseguiram estabelecer um movimento que se baseava na luta feminista e popular, com raízes socialistas e agroecológicas, que propunham a compartilhar saberes “superando a dominação, a opressão, a exploração e a violência, cultivando o respeito e preservação entre os seres humanos e deste com a biodiversidade e a natureza” (PAULILO; BONI; ROSSO; BAUERMANN, 2008, p. 83). As mulheres participantes do movimento visavam ser protagonistas na luta contra o capitalismo estrutural e questionar os paradigmas e cultura opressora que as colocavam em uma situação secundária na produção de seus próprios lares, assumindo, na verdade, a linha de frente.

Contudo, no início do processo que deu origem ao MMC, houve uma dificuldade em compreender o conceito de feminismo que deveria ser aplicado dentro do movimento. De acordo com Boni, embora as mulheres camponesas tivessem uma prática e postura feministas, essas ideias não eram claramente refletidas em seus discursos e materiais de formação. Foi somente durante a 11ª Assembleia Estadual do MMC, realizada em agosto de 2010 na cidade de Xaxim, região Oeste de Santa Catarina, que a identidade feminista passou a ser adotada com mais ênfase. Nessa época, a Teologia da Libertação já havia aberto espaço para o debate sobre Teologia Feminista³⁰. A partir desse momento, o vínculo com o feminismo tornou-se evidente nas mudanças estruturais que ocorreram nas relações sociais e na postura que precisava ser assumida em relação aos espaços coletivos dos movimentos, na prática. O objetivo era lutar contra todas as formas de violência

³⁰ A Teologia da Libertação é uma corrente cristã apartidária que nasceu na América Latina depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín. Ela parte da premissa de que a leitura do Evangelho e dos ensinamentos de Jesus Cristo deveriam libertar as pessoas de injustas condições sociais, políticas e econômicas. Já a Teologia feminista é um movimento encontrado em várias religiões, como budismo, cristianismo e judaísmo, que reconsidera as tradições, práticas, escrituras e teologias dessas religiões a partir de uma perspectiva feminista.

e opressão que afetavam as mulheres do campo. Assim,

as mulheres já não se sentem intimidadas ao se assumirem como feministas, e da mesma forma que resinificam o conceito de camponês, também adotam um feminismo com características particulares, voltado para a agroecologia, produção de alimentos saudáveis, luta contra o agronegócio, bandeiras estas que contribuem para o que considero como a postura eco feminista do MMC (PAULILO; BONI, V. 2009, p. 81).

Além disso, o feminismo camponês não é resultado apenas das teorias, dos debates acadêmicos ou dos discursos presentes na política. Segundo Seibert:

ele nasce das experiências das mulheres camponesas por transformações concretas na vida delas, do campesinato e da classe trabalhadora. [...] Mas é, sobretudo, na ação concreta da militância, na organização das mulheres, na mobilização, na resistência, em sua identidade camponesa e no enfrentamento das relações patriarcais e capitalistas no campo, pensadas e elaboradas, que se forja uma consciência militante feminista de mulheres camponesas, fundamentando o pensamento político de um feminismo camponês popular (SEIBERT, 2019, Apud MEZADRI, Adriana Maria. 2020, p. 27).

Logo, as reivindicações por igualdade das mulheres dentro do MMC têm origem nas desigualdades vivenciadas no âmbito familiar, onde predominam as relações patriarcais. Conscientes de que seus papéis são muito mais amplos do que simplesmente desempenhar tarefas domésticas e cuidar dos filhos, as mulheres passaram a se engajar ativamente no movimento. Esse anseio despertou a adesão de diversas lideranças, que incorporaram suas demandas aos congressos e decisões que pautavam o rumo do movimento. Como afirmou o jornal Sem Terra, "sem a luta das mulheres, as conquistas ficam pela metade" (SILVA, 2003, p. 194). Nesse contexto, as trabalhadoras do campo chegaram ao consenso de que a combinação entre gênero e classe é fundamental para a construção de um projeto de sociedade democrático e popular. Desse modo,

isso se contrapõe a práticas autoritárias e machistas de muitas organizações da classe trabalhadora e àquela ideia de que as reivindicações das mulheres são justas mas para depois... Por outro lado, quando as mulheres têm consciência de suas discriminação, muitas vezes geram conflitos que, quando resolvidos politicamente, contribuem para o avanço da luta de classe. Sem o componente de gênero a luta fica pela metade (Ibidem, p.194).

Ademais, cumpre destacar que a participação ativa das mulheres nos movimentos sociais traz inúmeros benefícios, tanto em âmbito social quanto político. Em uma entrevista concedida a Paulilo, Adélia Schmitz, uma das lideranças do movimento, explicou o funcionamento da organização deste: "a discussão sempre

inicia na comunidade, na base, depois passa para a Assembleia Municipal, seguida da Regional, Estadual e, por fim, da Nacional” (PAULILO; SILVA, 2007 p. 399 apud GADELHA, Renata R.; et. al, 2017, p.191). Dessa forma, segundo Dona Adélia:

o MMC se reconhece como um movimento democrático, popular, classista, feminista, autônomo, de mulheres que trabalham no campo. Nossa causa é a transformação da sociedade. Por isso nós lutamos por direitos sociais, garantia de uma Previdência pública universal e solidária, salário-maternidade. Foi uma conquista nossa a aposentadoria da mulher com 55 anos e homem, 60. [Lutamos por] saúde pública integral com atendimento humanizado para todas e todos, SUS, um direito conquistado em lei; fim da violência contra as mulheres da classe trabalhadora; por uma agricultura camponesa com políticas públicas na agricultura, produção de alimentos saudáveis, soberania alimentar e reforma agrária, crédito especial para as mulheres, que é uma luta também; defesa, preservação, multiplicação e conservação da biodiversidade, e com monocultura a biodiversidade vai desaparecendo; acesso e garantia de documentos pessoais e profissionais, bloco de notas de produtora rural em todos os estados do Brasil, campanha nacional de nenhuma trabalhadora rural sem documentos (SILVA, 2003, p. 191).

A partir de todas as demandas que o MMC empreendeu ao longo de sua trajetória, é imprescindível reconhecer que as mulheres camponesas possuem demandas específicas, decorrentes das suas condições de vida e da realidade que enfrentam. Por esse motivo, é essencial que se compreenda de forma mais aprofundada as suas experiências e as razões pelas quais algumas lutas são tão cruciais para garantir a dignidade e a continuidade do seu legado.

3.2 AS CONDIÇÕES DE VIDA NO CAMPO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

Apesar de o feminismo não ser uma novidade para a sociedade contemporânea, há ainda muitos setores que persistem em educar indivíduos a acreditarem que as mulheres deveriam ocupar posições de inferioridade, incapacidade e fragilidade, como se essas condições fossem inerentes ao seu gênero. Independentemente das transformações sociais, muitas mulheres carregam consigo uma herança histórica que tenta marcá-las física e psicologicamente como seres inferiores, com capacidades e potencialidades reduzidas em comparação aos homens. No entanto, essa condição só se torna possível por ser adquirida ao longo da vida, mediante uma construção lenta e histórica. Na sociedade capitalista em que

vivemos, além das diferenças biológicas e de gênero, as mulheres são exploradas no mercado de trabalho, muitas vezes desempenhando funções tanto no ambiente laboral quanto no ambiente doméstico, mantendo viva a ideologia patriarcalista que permeia o sistema. No caso das mulheres que vivem em áreas rurais, essa questão é ainda mais acentuada, tendo em vista que seu trabalho está ligado ao seu corpo.

Sob esse ponto de vista, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) atua como um agente transformador da sociedade ao buscar a inclusão das mulheres em diversos âmbitos sociais e estimular a luta contra as estruturas patriarcais e capitalistas. Nesse contexto, o movimento promove a formação de novas relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Embora as mulheres participem ativamente do MMC, a percepção de que elas são agentes políticos em sua plenitude só se tornou evidente quando passaram a ocupar espaços públicos, participando de manifestações, passeatas e outros eventos que desafiaram tanto as autoridades quanto suas próprias famílias. Só após se apropriarem mais profundamente das questões do movimento,

as mulheres perceberam que a igualdade de gênero, como tantos outros aspectos, não existe, conforme o propagado por muitos setores da sociedade. Observamos que no MMC elas falam e escrevem, nos vários materiais elaborados, sobre a busca pela equiparação com os homens, afirmam não quererem ser iguais a eles, pois não o são. Querem ter o direito de pensar diferente e de serem respeitadas na diversidade e, inclusive, no direito de travar lutas específicas. (CONTE; JANH, 2011, p. 28).

Ademais, é possível afirmar que as raízes históricas da propriedade privada e da supremacia masculina estão interligadas. Conforme Gadelha et al. (2017, p.181) afirmam, o capitalismo e o patriarcado são dois sistemas de dominação que atuam de forma inseparável nas esferas social, cultural, política e econômica. Nesse sentido, os princípios patriarcais foram perpetuados com a chegada do monoteísmo judaico-cristão. Dessa forma, no âmbito das relações capitalistas, os homens são responsáveis pela produção de valor de troca, enquanto as mulheres são responsáveis somente pela produção de valor de uso, por meio de trabalhos não remunerados no âmbito privado, como o cuidado dos filhos e a preparação de alimentos, por exemplo. Como consequência, o trabalho masculino é valorizado, enquanto o trabalho feminino torna-se invisível e desvalorizado, negligenciando-se a importância dos trabalhos reprodutivos.

No tocante às mulheres camponesas, sua ausência em espaços públicos, como sindicatos e assembleias, é frequentemente devida ao acúmulo de tarefas domésticas e ao desempenho de jornadas duplas, e às vezes até triplas. Conseqüentemente, o MMC

tem refletido e politizado o trabalho das mulheres por meio de processos formativos e lutas diversas, visando potencializar o reconhecimento das mulheres como sujeitos tanto no âmbito de suas famílias como nos demais setores da sociedade (CONTE; JANH, 2011, p.26).

As mulheres rurais enfrentam desafios adicionais para se envolverem na tomada de decisões relacionadas aos recursos e aos investimentos das suas famílias, mesmo quando as suas contribuições são significativas para a renda familiar, já que muitas vezes suas atividades são consideradas meras "ajudas" e não recebem o devido valor. Essas mulheres frequentemente trabalham em empregos informais e temporários, dependendo dos ciclos de plantio e colheita, e aquelas que buscam especialização em atividades comerciais geralmente precisam se envolver em outras funções para garantir trabalho durante o ano todo³¹. No entanto, a venda dos produtos derivados dessas especializações geralmente ocorre em pequena escala, diretamente aos consumidores, devido à falta de investimentos e infraestrutura adequada.

A participação em atividades de geração de renda, embora resulte em um ganho financeiro modesto, é um elemento importante na busca pela independência econômica das mulheres, o que contribui para sua maior visibilidade nos círculos sociais que frequentam e para o desenvolvimento de sua sociabilidade. Além disso, a participação nessas atividades proporciona experiências que transcendem a rotina, como a participação em feiras e viagens. No entanto, é importante destacar que a reação dos núcleos familiares nem sempre é positiva, visto que essa mudança dos espaços privados para os públicos pode afetar as divisões de trabalho no âmbito doméstico e impactar a gestão dos recursos financeiros obtidos, o que pode abalar as estruturas patriarcais às quais as famílias estavam habituadas.

É um fato que as desigualdades sociais existem, mas no contexto rural essas desigualdades assumem um papel ainda mais negativo do que nas áreas urbanas, especialmente nas regiões mais pobres do país. Além das condições precárias de

³¹ Alguns exemplos dessas atividades são os serviços artesanais, como o crochê e os serviços alimentícios, como a produção de queijos e seus derivados e compotas.

vida, a falta de acesso às políticas públicas e a infraestrutura inadequada exacerbam a vulnerabilidade das mulheres. Essa situação é particularmente preocupante, pois as mulheres são frequentemente responsáveis pela administração dos lares e são afetadas de forma desproporcional pelas más condições socioeconômicas.

Menegat e Silva apontam que

a invisibilidade da atuação das mulheres no campo brasileiro está associada ao tardio reconhecimento de sua condição como trabalhadoras, visto que no Brasil as mulheres conquistaram juridicamente esse direito com a Constituição de 1988, momento em que lhes foi assegurado o direito à aposentadoria aos 55 anos, bem como à licença maternidade (2019, p. 133).

Contudo, além de cuidarem dos lares, as mulheres rurais também se encarregam dos afazeres agrícolas e de atividades nos arredores das residências, como a criação de hortas e roças para consumo próprio e comercialização, bem como o trato de animais, especialmente os de pequeno porte. Apesar de ocuparem-se diariamente dessas tarefas, elas não são consideradas trabalho e não são incluídas na soma das rendas mensais, o que faz com que as atividades agrícolas executadas por elas sejam vistas apenas como uma extensão do trabalho doméstico. Em muitos casos, as mulheres e seus filhos acompanham os maridos em trabalhos assalariados, mas o pagamento é direcionado ao chefe da família, que muitas pessoas ainda consideram sendo o homem. A falta de reconhecimento dessas atividades como uma profissão reflete nos números, uma vez que

uma parcela das mulheres rurais pode não ter se declarado como ocupada na agricultura provavelmente por não considerar suas atividades como “trabalho”. Situação que tem reflexo nos números. Apesar de as mulheres representarem 48% da população rural, são apenas 33% do total da população ocupada na agricultura (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p.110).

Ainda que as mulheres sejam as principais responsáveis em produzir alimentos, não necessariamente são elas que decidem como e o que produzir. Para Nalu Faria e Miriam Nobre, “[...] as mulheres executam 2/3 do trabalho realizado pela humanidade, recebem 1/3 dos salários e são proprietárias de 1% dos bens imóveis. Dos quase 1,3 bilhão de miseráveis no mundo, 70% são mulheres” (FARIA; NOBRE, 1997 Apud MENEGAT; SILVA, 2019, p. 132).

Os movimentos sociais, sobretudo aqueles com origem ou atuação direta na zona rural, têm sido os principais agentes na tentativa de reduzir as disparidades entre as zonas rurais e urbanas. Para alcançar tal objetivo, esses movimentos

concentraram seus esforços na luta por direitos e acesso a políticas públicas, que até então eram praticamente inexistentes nessas regiões.

A promulgação da Constituição de 1988 representou um momento histórico para os trabalhadores rurais, pois foi a primeira vez que políticas públicas destinadas a esse segmento da população foram implementadas ao nível nacional, após intensas reivindicações feitas pelos movimentos sociais durante o processo de reabertura democrática da Constituinte. Todavia, foi somente nos anos 2000 que os movimentos sociais do campo obtiveram maiores conquistas, já que o governo da época demonstrou interesse em abordar as suas demandas e criar programas e ações governamentais para a promoção da equidade de gênero nesses movimentos. Nesse sentido, em 2003, durante o primeiro mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, posteriormente elevada à categoria de Ministério³². A partir daí, as mulheres passaram a exigir políticas públicas que contemplassem suas necessidades, além de reivindicar reconhecimento como trabalhadoras e residentes rurais, lutando pelo acesso à documentação, à terra, ao crédito e à assistência técnica. Por esses motivos, de 2003 a 2009

as ações governamentais foram coordenadas pelo Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do mesmo Ministério (Ppigre), que centrou sua atuação na revisão da legislação e dos mecanismos regulatórios dos programas existentes, com vistas a um melhor atendimento das demandas das mulheres. O Ppigre coordenou ainda a elaboração e a implementação de uma série de novos programas voltados para o apoio às atividades produtivas realizadas pelas trabalhadoras rurais. Na prática, o Ppigre funcionou como uma assessoria de gênero àquele Ministério, buscando facilitar o acesso das mulheres rurais ao conjunto de políticas existentes e promovendo um diálogo permanente com os movimentos de mulheres (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011, p.188).

É válido salientar que em 2000 ocorreu a primeira edição da Marcha das Margaridas, promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), com o intuito de homenagear a trabalhadora rural e líder sindical Margarida Maria Alves, assassinada em 1983 enquanto lutava pelos direitos

³² Cabe destacar que o Ministério das Mulheres foi criado, com estatuto de ministério, durante o Governo Lula, como forma de assegurar que as políticas públicas voltadas às mulheres recebessem maior atenção. Durante o governo Jair Bolsonaro se tornou uma pasta que dividia seus recursos orçamentários enquanto Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), cuja atribuição era estabelecer políticas públicas para a melhoria da vida de todas as mulheres, pessoas LGBTQTs, indígenas, pessoas negras etc., do Brasil. Em 2023, ao assumir um novo mandato como presidente, Luiz Inácio Lula da Silva voltou a separar os ministérios, retornando com o Ministério das Mulheres de forma autônoma.

dos trabalhadores na Paraíba. Essa iniciativa ocorre anualmente no dia 12 de agosto, e a primeira edição, realizada em Brasília, contou com a participação de mais de 20 mil mulheres de áreas rurais, incluindo agricultoras, quilombolas, indígenas, pescadoras e extrativistas de todo o país. A partir da marcha e dos acontecimentos que a originaram, o direito à terra passou a ser a segunda demanda mais relevante do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), ficando atrás somente do direito à documentação básica (BARSTED; PITANGUY, 2011, p. 218).

Em 1997, a ANMTR lançou a Campanha Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, com o intuito de sensibilizar órgãos públicos, sindicatos e organizações não governamentais para a importância da documentação para as mulheres do campo. Para o MMC, a falta de documentação representava a negação do direito de ter direitos. A campanha gerou uma série de materiais educativos e mutirões de documentação em todo o país, os quais permitiram a emissão de documentos e serviram como espaço de reflexão e orientação sobre os direitos das mulheres e a desigualdade de gênero. Entre 1997 e 2011, a campanha pela documentação foi a reivindicação mais importante do movimento, e o governo era constantemente pressionado a se engajar nesse trabalho. Em resposta a isso, o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural foi criado em 2004, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Incra, organismos federais, secretarias de segurança pública e prefeituras municipais.

A inclusão do nome das mulheres na documentação, especialmente nas relacionadas à propriedade da terra, é fundamental para garantir seus direitos em situações de separação, abandono ou morte do marido, ou companheiro. É comum que homens, sendo os titulares da terra geralmente, permaneçam nas propriedades após divórcios, obrigando mulheres e filhos a procurar outras moradias, muitas vezes retornando à casa dos pais. Com a titularidade compartilhada, é assegurado que esses acontecimentos não ocorram. Além disso, no caso de solicitação de empréstimos ou transferência de propriedade, os homens não podem agir sem o consentimento de suas companheiras, que precisam aprovar tais medidas. Além disso,

o movimento de mulheres considera que a propriedade da terra pesa na capacidade das mulheres influenciarem as decisões econômicas da família. A titulação conjunta dos lotes, ou a chefia dos mesmos, auxilia ainda na comprovação da situação de “trabalhadoras rurais” das mulheres

assentadas, facilitando seu acesso aos benefícios da Previdência Social (DEERE, 2004; BRUMER ; ANJOS , 2010. Apud SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. 2011, p.196).

Outro programa de extrema importância e que considerou a posição das mulheres dentro das famílias foi o Programa Bolsa Família (PBF). Ele é um programa de transferência direta de renda que visa atender às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil, visando ajudá-las a superar a vulnerabilidade socioeconômica. O programa tem um grande reconhecimento por eleger as mulheres como titulares dos benefícios, permitindo que estas tenham controle sobre a renda por meio de uma senha pessoal. Tal medida foi adotada devido à premissa de que as mulheres são as que mais sofrem com problemas relacionados à falta de recursos materiais, especialmente em virtude das barreiras de gênero no acesso a direitos básicos. Além disso, acredita-se que as mulheres possuem maior capacidade para gerir os recursos em prol do bem-estar de sua família, sem que seus interesses pessoais se sobressaiam. Embora o programa tenha sido alvo de críticas por parte de alguns grupos sociais, atualmente atende mais de 12 milhões de famílias no país, sendo que as mulheres representam 94% dos beneficiários. É importante destacar que se estima que um em cada quatro brasileiros receba o benefício do programa (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011, p. 214)³³.

A necessidade de políticas públicas específicas para o enfrentamento à violência contra as mulheres rurais foi uma pauta importante nas três primeiras edições da Marcha das Margaridas (2000, 2003, 2007). Em 2007, com a promulgação da lei n. 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, a marcha teve como lema “Contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, o que permitiu aos movimentos sociais, inclusive o MMC, levar o tema da violência para o contexto agrário, destacando a violência nas lutas pela terra, melhores condições de vida e contra a violência doméstica, de gênero e familiar. Em resposta às manifestações, o governo federal instalou, no mesmo ano, o Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, culminando na criação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BARSTED; PITANGUY,

³³ Em 2021, o programa foi rebatizado como Auxílio Brasil pelo governo do presidente Jair Bolsonaro. Ao vencer as eleições de 2022 e voltar ao governo, Lula assinou Medida Provisória que fez o programa voltar ao antigo nome de Bolsa Família.

2011, p. 212).

Quando se trata de violência contra mulheres, é necessário considerar que aquelas que residem em áreas rurais apresentam particularidades que requerem medidas específicas, distintas daquelas aplicáveis em ambientes urbanos. No entanto, mesmo diante de sua importância, esse tema ainda recebe pouca atenção e a falta de políticas públicas eficazes para enfrentar tais problemas é evidente em todas as regiões do país. Em um depoimento, uma representante do Conselho Nacional de Seringueiros ilustrou a situação das mulheres rurais afirmando que "na roça ninguém ouve o grito de socorro da mulher, a mulher não tem como buscar ajuda, não tem transporte, o povoado fica distante 40, 50 km. Não há delegacia, não há nada" (SILIPRANDI; CINTRÃO, op. cit., p. 219)³⁴.

Dessa forma, a participação em movimentos sociais pode ser vista como um mecanismo que contribui para a prevenção, punição e erradicação da violência contra mulheres em áreas rurais. Esses movimentos promovem o empoderamento feminino e fornecem informações úteis sobre como agir em situações de violência. Além disso, a presença do feminismo nesses movimentos, sindicatos e pastorais exerce um papel fundamental na desconstrução dos comportamentos de subordinação e aceitação, afirmando a importância da politização e do reconhecimento da mulher como um ser que não deve se submeter a ninguém simplesmente pelo fato de ser mulher.

A vida das mulheres no campo é marcada por desafios que vão além das questões comuns enfrentadas por mulheres nas áreas urbanas. A falta de acesso a serviços essenciais, a desigualdade de gênero e a violência doméstica são apenas alguns exemplos desses desafios. É essencial que as políticas públicas reconheçam essas diferenças e trabalhem para atender às necessidades específicas das mulheres rurais.

A criação de políticas públicas que abordem essas questões pode ter um impacto significativo na vida das mulheres no campo. As cooperativas de mulheres,

³⁴ Cabe lembrar também o exemplo dos povos Yanomamis, cujos relatos apontam 30 casos de jovens grávidas vítimas de abusos cometidos por garimpeiros em Roraima, descobertos apenas em fevereiro de 2023, devido ao difícil acesso ao local em que essa população vivia.

os programas de saúde específicos e outras iniciativas podem oferecer às mulheres rurais oportunidades de se empoderar, de obterem mais independência financeira e de melhorarem sua saúde e bem-estar. Além disso, essas políticas podem ajudar a mudar a cultura em torno da igualdade de gênero e combater a violência doméstica.

Em última análise, a melhoria das condições de vida das mulheres no campo não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma questão de direitos humanos. As políticas públicas devem se esforçar para garantir que todas as mulheres, independentemente de onde vivam, tenham acesso a serviços básicos, educação e oportunidades de empoderamento. Dessa forma, podemos construir uma sociedade mais justa e equitativa, onde as mulheres rurais possam viver com dignidade e ter uma vida plena.

3.3 PATRIARCADO, VIOLÊNCIAS E MASCULINIDADES: A RELAÇÃO TÓXICA ENTRE PODER E OPRESSÃO

A relação entre patriarcado, violências e masculinidades é um tema que desperta cada vez mais interesse na sociedade atual. A construção social das identidades de gênero, baseada em estereótipos e papéis rígidos, tem sido apontada como uma das principais causas da violência contra as mulheres, bem como da opressão de outros grupos marginalizados. O patriarcado, sistema social que valoriza a figura masculina como detentora do poder, tem sido um dos principais responsáveis pela manutenção dessa dinâmica tóxica. Nesse sentido, é importante compreendermos as conexões entre patriarcado, violências e masculinidades, a fim de identificar formas de combater esse sistema e promover relações mais igualitárias e saudáveis entre os gêneros. Para conceber o objetivo central deste trabalho, precisamos investigar a relação complexa e problemática entre patriarcado, violências e masculinidades, visando interpretar como o poder e a opressão estão intrinsecamente entrelaçados nesse contexto.

Nossa sociedade naturaliza a dominação masculina e perpetua a ideia de que os homens são superiores às mulheres. Diante dessa realidade, torna-se fundamental aprofundar a compreensão sobre os mecanismos sociais que perpetuam essa dominação e opressão masculina. Um ponto importante nessa

discussão é a pluralidade das masculinidades, que não se resumem a um único padrão hegemônico no Brasil. A compreensão dos processos sociais de construção e manutenção da dominação masculina exige uma análise profunda da constituição das masculinidades e seus desdobramentos na sociedade. O sociólogo Pierre Bourdieu, em seu livro "A Dominação Masculina" (1998), ressalta a importância de considerarmos os padrões inconscientes das estruturas históricas da ordem masculina que permeiam nossa sociedade. A organização da sociedade e a visão que a sustenta são construídas a partir das divisões entre masculino e feminino, reforçando e naturalizando essa dicotomia. Ainda segundo o sociólogo, a força masculina dispensa justificativas, uma vez que

a visão androcêntrica se impõe de forma neutra, de maneira que a concebemos como natural, não havendo necessidade, assim, de legitimá-la. A ordem masculina é favorecida pela confirmação constante do funcionamento da sociedade, que constrói o corpo como uma realidade sexuada, seguidora de princípios de divisão sexualizante. Isso quer dizer que o corpo é construído socialmente; é a concepção sexuada do mundo que transfere ao corpo a diferença entre os sexos, que edifica a segmentação entre os gêneros a partir de uma visão mítica ancorada na relação arbitrária de dominação masculina sobre as mulheres (BOURDIEU, 1998, p.16)³⁵.

A desigualdade de gênero não é algo inato, mas sim uma construção imposta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder e pelos agentes envolvidos nas relações sociais. As relações entre homens e mulheres são marcadas por essa desigualdade, que não é pré-determinada, mas sim construída. Dessa forma, as relações de violência entre indivíduos do mesmo gênero ou entre gêneros distintos podem se configurar como violência de gênero e se estender a outros tipos de violência. No entanto, devido a fatores culturais, a violência de homens contra mulheres é a mais difundida quando se trata de violência de gênero.

A violência contra a mulher é um fenômeno histórico, social e multifacetado, que envolve relações entre agressão e vitimização. Além disso, há a violência estrutural, que tem como fonte geradora as relações econômicas e sociais. Sob uma perspectiva política, a violência pode ser compreendida como uma relação de poder desequilibrada ou abusiva exercida por um indivíduo, ou grupo sobre outro.

³⁵ Apud LAZDAN, Alessandra Munhoz; REINA, Fábio Tadeu; MUZZETI, Luci Regina; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **A Dominação Masculina de Pierre Bourdieu: Críticas e reflexões a partir da psicologia analítica.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 2014, pp.471-472.

O patriarcado se desenvolve por meio da formação da construção social de gênero, na qual as mulheres são ensinadas a adotar características de fragilidade, submissão e passividade, enquanto os homens são encorajados a adotar traços de masculinidade violenta, agressiva, poderosa e dominante. Essas ideias têm suas raízes na estruturação da família patriarcal. Em decorrência desse cenário, as mulheres frequentemente se tornam vítimas de violência de gênero, ao passo que os homens são incentivados a agir como agressores, utilizando-se da violência para reforçar esses comportamentos estereotipados de gênero.

O conceito de patriarcado tem sido amplamente difundido na academia e nas redes sociais como uma ferramenta para descrever a hierarquia de gênero que prevalece em nossa sociedade. O conhecimento desse conceito fundamental das ciências humanas é imprescindível para a compreensão das dinâmicas de poder vivenciadas em nosso mundo e de como elas afetam a vida das mulheres, em particular no que se refere às violências de gênero.

Quanto a origem da palavra,

ela se origina da combinação das palavras gregas pater (pai) e arkhe (origem, comando). A expressão refere-se a uma forma de organização familiar e social em que um homem, o patriarca, submete os outros membros da família ao seu poder. Um dos estudos mais conhecidos sobre o patriarcado é *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, publicado por Frederich Engels, em 1884, reunindo reflexões suas e de Karl Marx baseadas nas obras de Bachofen (1861), Lewis H. Morgan (1877) e Mac Lennan (1886) (LIMA; SOUZA; 2019, p. 578).

No entanto, há divergências quanto às hipóteses que tratam do momento de criação do patriarcado. Segundo Gerda Lerner,

o período do “estabelecimento do patriarcado” não foi um “evento”, mas um processo que se desenrolou durante um espaço de tempo de quase 2.500 anos, de cerca de 3100 a 600 a.C. Aconteceu [...], em ritmo e momento diferentes, em sociedades distintas (2019, p. 32-33).

Ele é um sistema social e cultural que hierarquiza os homens no topo e mantém as mulheres em posições subordinadas. Esse sistema gera desigualdades de poder entre homens e mulheres, e é um dos principais fatores que contribuem para a violência de gênero. Ele naturaliza a violência contra as mulheres e a legítima como uma forma de controle e dominação, visto que as mulheres são frequentemente vistas como propriedade dos homens, com seu valor medido pela sua capacidade de satisfazer as necessidades e desejos masculinos.

Ademais, ele promove uma cultura de masculinidade tóxica, que incentiva os homens a adotarem comportamentos agressivos, dominantes e controladores, além de considerar a violência como um indicador de força e virilidade. Essas normas culturais também desencorajam os homens a expressarem emoções e vulnerabilidades, o que pode resultar em comportamentos violentos e abusivos. Dessa forma, a relação entre o patriarcado e a violência é profunda e complexa.

A violência de gênero, por sua vez, é um termo que descreve a violência direcionada a uma pessoa com base em seu gênero, sendo composta por diversos tipos de violência, sendo elas: física, sexual, psicológica e econômica, bem como comportamentos abusivos, como assédio sexual, abuso doméstico e coerção reprodutiva. A violência de gênero é um fenômeno complexo e histórico, que afeta milhões de pessoas em todo o mundo e viola seus direitos humanos. É importante destacar que essa violência é geralmente perpetrada por homens contra mulheres, embora possa afetar pessoas LGBTQ+ e homens também.

Sob uma perspectiva sociológica, a violência de gênero é uma transgressão das normas sociais, que envolve a agressão e vitimização de mulheres. Além disso, há a violência estrutural, com origem nas desigualdades sociais e econômicas. Em um contexto político, a violência pode ser interpretada como uma relação de poder desigual entre indivíduos ou grupos, onde ocorre o abuso de poder por parte de um indivíduo ou grupo em relação a outro indivíduo, ou grupo. É fundamental compreender essas dimensões da violência de gênero para implementar políticas públicas eficazes de prevenção e combate à violência de gênero.

A família patriarcal, como fenômeno histórico, não pode ser caracterizada por um único modelo de organização familiar. Embora apresente variações ao longo do tempo e do espaço, mantém sempre a predominância e o poder do patriarca em relação aos demais membros. Essa hegemonia masculina não se restringe ao ambiente doméstico, mas permeia a estrutura da sociedade em geral. A violência perpetrada pelos homens contra as mulheres é consequência direta desse modelo patriarcal de sociedade, onde as relações pessoais e afetivas são construídas com base em conceitos de posse, controle e dominação sobre a mulher. Tal concepção permite que o homem se sinta no direito de violentar a mulher, considerando-a sua propriedade. No contexto do sistema capitalista patriarcal, as diversas formas de violência manifestam-se em todas as esferas da vida das mulheres, reproduzindo-se

diariamente como algo naturalizado. Essa naturalização da violência implica o domínio masculino sobre todos os aspectos da vida e do corpo da mulher, que é tratada apenas como um objeto subordinado aos homens.

A violência é uma realidade complexa e multifacetada, abarcando distintas formas de manifestação. Dentre elas, a violência física representa toda conduta que cause danos à integridade corporal de uma mulher. De modo recorrente, esse tipo de violência é perpetrado por parceiros ou cônjuges, no contexto da violência doméstica, que se desenvolve no âmbito privado/simbólico. Essa modalidade de violência tem sua origem nas desigualdades estruturais da sociedade capitalista e patriarcal, que naturalizam as relações de poder. Vale salientar que a violência doméstica é muitas vezes utilizada como sinônimo de violência familiar e de gênero, dados os vínculos de afeto, posse e controle que a sustentam.

A violência sexual se manifesta com qualquer ação que constranja uma mulher a praticar contato sexual, físico ou verbal, por meio do uso de força, intimidação, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou quaisquer outros meios que restrinjam a vontade pessoal da vítima. Essa forma de violência pode ser perpetrada por indivíduos conhecidos ou desconhecidos, sendo mais comum entre pessoas próximas. Ela está intrinsecamente ligada à concepção de masculinidade na sociedade contemporânea. Os homens são socialmente condicionados a ver o sexo como uma forma de conquista, uma prova de sua virilidade e uma forma de exercer domínio sobre as mulheres. No entanto, essa perspectiva é uma das principais contradições, já que a liberdade sexual masculina os aprisiona em uma luta constante para demonstrar sua masculinidade. Na esfera doméstica, o ato sexual se torna uma das formas mais eficazes de estabelecer uma relação de poder e domínio entre homens e mulheres (NADER; CAMINOTI, 2014).

A violência psicológica é uma forma de agressão intencional que busca exercer controle sobre os comportamentos, crenças e decisões das mulheres. Ela pode ser perpetrada via ameaças, intimidações, humilhações, agressões, privação de liberdade, danos a objetos pessoais, animais de estimação e pessoas próximas. Essas ações podem causar danos significativos à saúde mental da vítima e, em casos mais graves, podem levar ao desenvolvimento de transtornos psicológicos.

A violência patrimonial e econômica é uma forma frequente de violência que se manifesta mediante ações ou omissões que resultam em danos, perdas, destruição ou retenção de bens, valores, objetos e documentos pessoais. Essa modalidade de

violência pode incluir a destruição, venda ou furto de pertences da vítima, de seus instrumentos de trabalho, documentos pessoais ou de seus filhos, a venda, aluguel ou doação de imóveis pertencentes à vítima, ou ao casal sem sua autorização, entre outras práticas. É importante ressaltar que o trabalho é um elemento central na construção da identidade masculina e a atividade laboral geralmente realizada fora do espaço doméstico é fundamental para a construção da respeitabilidade masculina na sociedade. Segundo Sócrates Nolasco, "o trabalho - que para os homens não está ligado à escolha e sim a fatalidade - está misturado à afetividade e sexualidade masculina e, com elas, forma o tripé da masculinidade" (Nolasco, 1995, p. 70). A perda do emprego pode desencadear sentimentos de diminuição da masculinidade, não apenas para o próprio homem, mas também para sua companheira e filhos³⁶.

A violência moral é uma forma de agressão que se caracteriza por ações que visam caluniar, difamar ou injuriar a honra, ou reputação da mulher. Similarmente à violência psicológica, a violência moral procura afetar a autoestima da vítima, que pode ser submetida a agressões verbais, humilhações, ameaças e comparações. A sutileza desse tipo de violência pode dificultar a reação da mulher, que muitas vezes resigna-se e aceita como natural essa forma de agressão. É comum que as violências física, sexual e moral ocorram em conjunto. No entanto, as violências moral e emocional estão sempre presentes.

Refletindo sobre a violência no estado que faz parte do recorte desta dissertação, cabe destacar que em 2002, um estudo conduzido pelo então MMA-SC, cujo objetivo era observar as violências praticadas contra as mulheres agricultoras de Santa Catarina, aplicou quinhentos questionários, abarcando uma amostra de mulheres de quinze regiões distintas do estado³⁷. O grupo de entrevistas na época não foi composto apenas por integrantes do Movimento, e suas faixas etárias variaram entre 15 e mais de 50 anos, das quais 71% eram casadas ou viviam em união estável, enquanto 2% eram divorciadas, 16,55% eram solteiras e 7,64% eram viúvas.

³⁶ Alguns estudos apontam que o desemprego pode ser uma das causas da violência doméstica e do alcoolismo, inclusive.

³⁷ As regionais que compuseram a pesquisa foram: Regional de Descanso, Regional de São José do Cedro, Regional de Xanxerê, Regional de Tangará, Regional de Joaçaba Regional de Concórdia, Regional de Chapecó, Regional de Pinhalzinho, Regional de Maravilha, Regional Sul, Regional das Pescadoras, Regional de Lages, Regional de Rio do Campo, Regional de Campo Erê, Regional de Quilombo.

Naquele momento, a pesquisa adotou um questionário pré-estabelecido que deveria ser rigorosamente seguido pelas entrevistadoras, não permitindo analisar dados qualitativos para além dos números obtidos na época. Mesmo assim, alguns dados obtidos são interessantes e perpassam temas abrangidos nesta dissertação. O primeiro dado a ser considerado é que a pesquisa realizada em 2002 apontou que, não bastasse o controle sobre diversas ações que os homens possuíam sobre as mulheres, 84% delas ainda se viam obrigadas a solicitar autorização para tomar decisões próprias. Não obstante, situações em que as mulheres podiam decidir algo sem necessitar de aval alheio eram raridades, como pode ser visualizado na figura abaixo:

Figura 2: Quadro referente às decisões que as mulheres podiam tomar sem pedir autorização em 2002

QUE TIPO DE DECISÕES PODE TOMAR SEM PEDIR LICENÇA?	
Ir na cidade passear	11
Fazer compras	31
Atividades da escola	17
Trabalho de casa	20
Ir à missa	9
Decisões mais leves	5
Sair na vizinha	4
Visitar doente	3
Alguma coisa	3
Reuniões	3
Ir na roça	3
Total	109

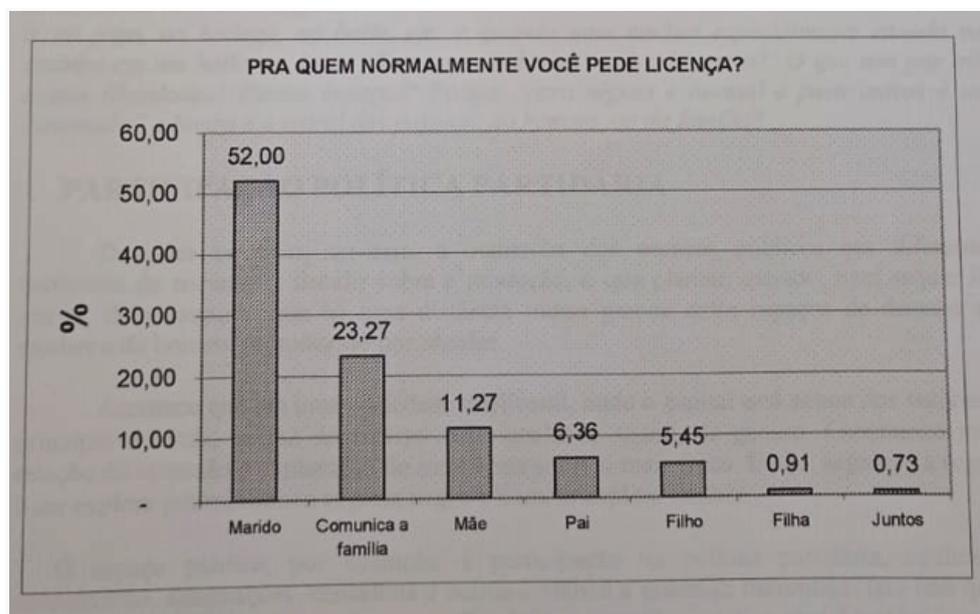
Fonte: Pesquisa realizada pelo MMA no ano de 2002³⁸.

Esses dados, infelizmente, possuem algumas semelhanças com o que foi relatado por algumas das entrevistadas atuais, que nos relataram não contar com a aprovação de seus cônjuges no que se refere à participação no Movimento, tal como será apresentado posteriormente. Ainda em 2002, 52% delas ainda se viam obrigadas a solicitar permissão dos maridos para realizarem até mesmo atividades cotidianas, tais como fazer compras e frequentar cultos religiosos, sendo que somente 0,73% mencionaram decidir conjuntamente com seus parceiros acerca das

³⁸ A referida tabela encontra-se na página 20 da pesquisa.

escolhas a serem feitas.

Figura 3: Para quem as mulheres normalmente pediam licença para saírem de casa?



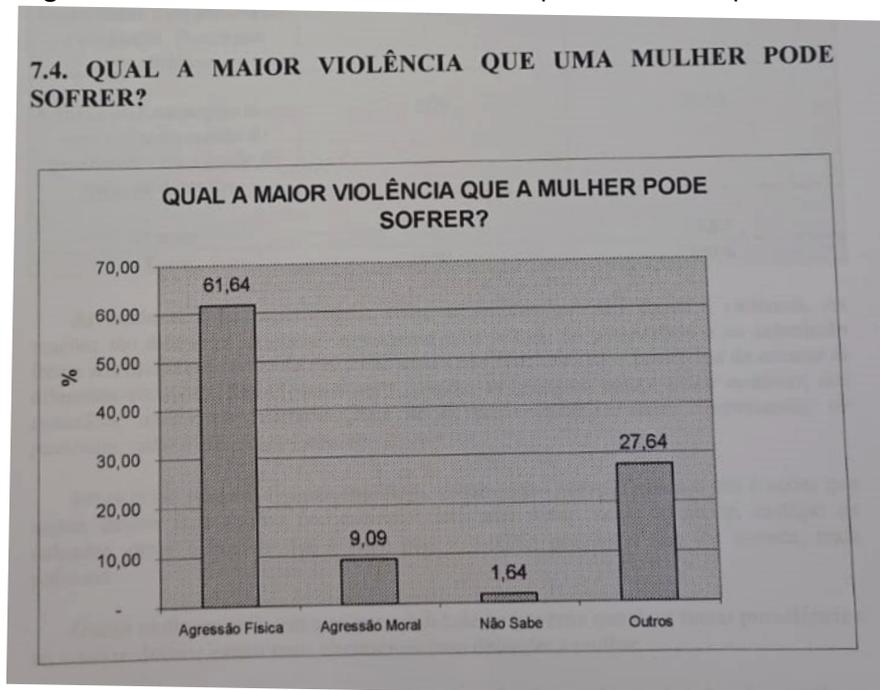
Fonte: Pesquisa realizada pelo MMA no ano de 2002³⁹.

As disparidades de gênero em questão estão intrinsecamente ligadas às violências que as mulheres sofrem em seus relacionamentos conjugais. Essa conexão é estabelecida mediante uma construção social que legitima, de forma inata, a posição de submissão da mulher em relação ao homem, resultando em um conjunto de disparidades e discriminações fundamentadas no espectro de gênero. Essa associação já vem sendo analisada há tempos e, inclusive, foi o foco da pesquisa realizada pelo MMA em 2002.

Ao serem indagadas acerca da forma mais severa de violência que uma mulher poderia enfrentar, 61,64% das entrevistadas mencionaram a agressão física, enquanto 9,09% apontaram a agressão moral. Adicionalmente, 1,64% declararam não possuir conhecimento a respeito, e 27,64% assinalaram outras formas de violência como sendo as mais graves.

³⁹ O referido gráfico encontra-se na página 21 da pesquisa.

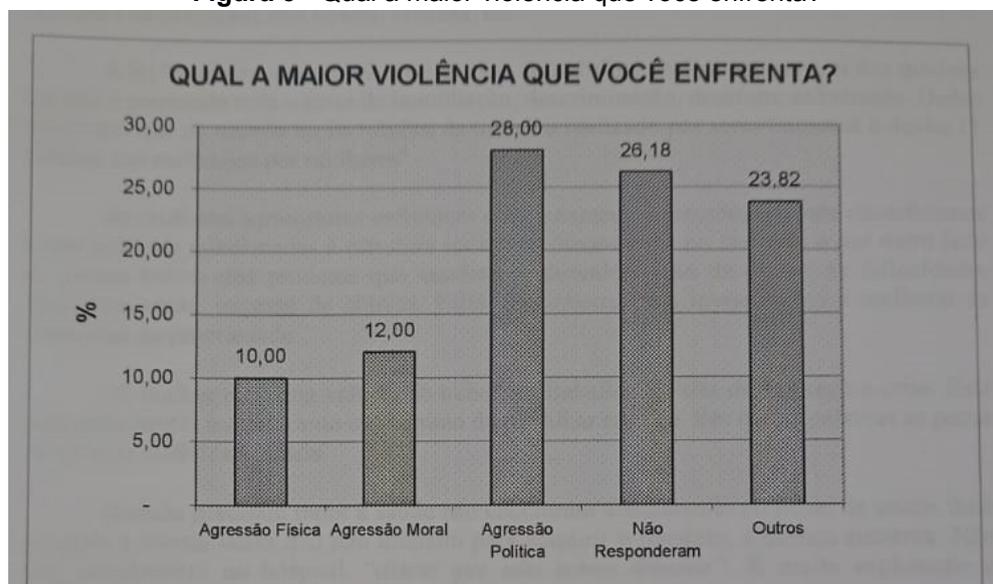
Figura 4 - Qual a maior forma de violência que uma mulher pode sofrer?



Fonte: Pesquisa realizada pelo MMA no ano de 2002⁴⁰.

Contudo, um aspecto chamou a nossa atenção quando as entrevistadas responderam a outra questão que se relacionava com a anterior. Ao serem questionadas sobre as formas de agressão que enfrentavam, observou-se que a agressão física representou apenas 10% das respostas, sendo considerada a menos frequente. Por outro lado, a agressão moral alcançou 12%, enquanto a violência política foi relatada por 28% das participantes. Ademais, 26,1% não souberam responder, e 23,81% indicaram outras formas de violência que extrapolavam as mencionadas previamente, como é possível visualizar na figura 5.

⁴⁰ O referido gráfico encontra-se na página 14 da pesquisa.

Figura 5 - Qual a maior violência que você enfrenta?

Fonte: Pesquisa realizada pelo MMA no ano de 2002⁴¹.

Embora a agressão física seja uma forma grave de violência contra a mulher, é importante lembrarmos que não é a única que pode ocasionar danos para as mulheres. Outras formas de violência, como a agressão moral, psicológica, sexual e patrimonial, também podem acarretar consequências graves e persistentes na vida dessas mulheres, podendo ser até mesmo mais difícil de lidar do que uma agressão física.

Por sua vez, essas práticas de violências cometidas por homens contra mulheres é influenciada por construções sociais e culturais que estabelecem papéis de gênero diferenciados. Consequentemente, quando a masculinidade e virilidade são questionadas ou quando a mulher tenta se afastar do "padrão ideal", a violência pode ocorrer. Nesses casos, o homem acredita conseguir dominar, controlar e punir o corpo feminino. Em outras palavras, a violência é uma forma de exercer poder e apresenta duas faces: a da potência e a da impotência. As mulheres são familiarizadas com a última, mas os homens costumam acreditar que, ao praticar a violência, estão sob o efeito da impotência (SAFFIOTI, 2004, p.51).

De acordo com Bourdieu, as instituições sociais desempenham papéis específicos e articulados na reprodução da dominação masculina. Até recentemente,

⁴¹ O referido gráfico encontra-se na página 12 da pesquisa.

três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola, trabalhavam juntas de forma objetiva e atuavam sobre estruturas inconscientes. A Família, sem dúvida, tem o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas. É nesse ambiente que ocorre a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. Quanto à Igreja, marcada por um antifeminismo profundo, ela inculca ou costumava inculcar explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e, principalmente, pelo dogma da inata inferioridade das mulheres (TEDESCHI, 2019, p.85)⁴².

Existe a possibilidade de que a educação seja um dos elementos que contribuem para estabelecer disparidades de gênero, o que resulta na adoção por parte dos meninos de papéis prejudiciais de dominação e violência. Bourdieu (2002, p.480)

pontua as disposições atuais nas quais a dominação se constitui e constrói um mundo hierarquizado, neste momento, de forma invisível, camuflada e inquestionável. As premissas dominantes estão inscritas, segundo o sociólogo, no ambiente familiar – que se opõe entre o universo público masculino, reconhecido pelos encontros nos bares e clubes, e o privado feminino, abreviado no ambiente doméstico. Estas disposições se ampliam na divisão do trabalho, na escolha das profissões, assim como na hierarquia destas e de suas funções. Por exemplo, a escolha por cargos que exigem submissão e necessidade de segurança, são executados pelas vítimas da dominação de forma a se sentirem satisfeitas com tal tarefa, uma vez que naturalmente possuem qualidades de submissão, gentileza, docilidade, devotamento e abnegação.

O autor indica que as principais bases que mantêm e reproduzem o poder masculino e contribuem para a manutenção da violência são a Igreja, o Estado, a família e a escola. Por um longo período, essas instituições deixaram de lado as relações de dominação masculina e as condições das mulheres na História. A família é conhecida por reforçar a visão masculina e a divisão do trabalho, a Igreja mantém uma perspectiva negativa em relação ao feminino, influenciando de maneira simbólica as estruturas inconscientes, e as escolas transmitem as características da cultura patriarcal (BOURDIEU, 2002, p. 484)⁴³.

⁴² In: COLLING, Ana Maria Colling; TEDESCHI, Losandro Antônio. **Dicionário crítico de gênero**. 2. ed – Dourados, MS :Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019, p. 578-582.

⁴³ No nosso tempo presente, observamos o surgimento de novas tendências fascistas que podem ser adicionadas aos pilares que servem como fundamentos para a manutenção da opressão das mulheres, tratando-as como seres inferiores e negando-lhes o respeito que merecem.

Além disso, segundo a historiadora Gerda Lerner, essas

são ideologias que nos ensinam que as mulheres são naturalmente inferiores. Foi, por exemplo, por meio do patriarcado que se estabeleceu que o trabalho doméstico deve ser exercido por mulheres e que não deve ser remunerado, sequer reconhecido como trabalho. Trata-se de algo visto de modo tão natural e instintivo, que muitas e muitas de nós sequer nos damos conta (LERNER, 2019, p.21) .

No entanto, de maneira otimista, podemos lembrar que o patriarcado é um sistema social construído historicamente, que tem demonstrado sua incapacidade de atender às necessidades de homens e mulheres. Sua associação indissociável com o militarismo, hierarquia e racismo representa uma ameaça à existência de vida no planeta. Embora ainda não saibamos qual será a estrutura que irá substituí-lo e servir de base para formas alternativas de organização social, estamos vivendo em uma era de mudanças sem precedentes e em processo de formação. É importante destacar que, neste percurso, as mulheres desempenham um papel fundamental, uma vez que possuem uma perspectiva única sobre a vida, livre das amarras patriarcais. Segundo Gerda Lerner:

enquanto homens e mulheres considerarem “natural” a subordinação de metade da raça humana à outra metade, será impossível conceber uma sociedade na qual as diferenças não signifiquem dominância ou subordinação. [...] Uma visão de mundo feminista permitirá que mulheres e homens libertem a mente do pensamento patriarcal, e também de sua prática, para enfim construir um mundo livre de dominação e hierarquia, um mundo que seja verdadeiramente humano (LERNER, 2019, p. 280).

Em suma, é inegável que as mulheres têm se levantado com força e determinação, exigindo o direito de serem ouvidas e reconhecidas como agentes de mudança na sociedade. Ao pensar para além do patriarcado, elas podem trazer novas perspectivas, ordem e soluções para os processos de transformação social. É importante que essas vozes sejam ouvidas e valorizadas, para podermos avançar em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. O caminho ainda é longo, mas a luta das mulheres mostra que é possível alcançar mudanças significativas e que essas transformações são fundamentais para a construção de um futuro mais justo e igualitário.

4 EXISTIMOS PORQUE RESISTIMOS⁴⁴

No presente capítulo, nos aprofundaremos na seção metodológica desta pesquisa, na qual serão analisadas as narrativas oferecidas pelas próprias integrantes do Movimento das Mulheres Camponesas. Essas narrativas estarão relacionadas com bibliografias que tratam do assunto, visando compreender as experiências vivenciadas por estas mulheres junto aos seus pares masculinos. Além disso, examinaremos como o Movimento se organiza a fim de combater a violência decorrente de um padrão de masculinidade que flerta com o machismo.

4.1 VOZES DA LUTA: A UTILIZAÇÃO DA HISTÓRIA ORAL COMO METODOLOGIA PARA COMPREENDER AS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES CAMPONESAS

Enquanto o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) se aproxima do quadragésimo aniversário de sua existência, a organização está se preparando para comemorar suas conquistas e, ao mesmo tempo, estabelecer novas estratégias para suas lutas. Considerando os objetivos principais desta dissertação, os últimos meses foram dedicados à observação cuidadosa das atividades do movimento, seus programas de formação e suas militantes, obtendo informações mediante conversas com ativistas de diferentes regiões de Santa Catarina. Especificamente, a pesquisa concentrou-se nas cidades de Chapecó e Xaxim, onde informações importantes foram coletadas sobre a experiência das militantes nessas localidades e suas perspectivas em relação ao futuro do movimento.

A análise das entrevistas coletadas permite refletir sobre a importância da história oral e da análise de entrevistas como metodologia para a compreensão da atuação do MMC e dos desafios enfrentados pelas mulheres camponesas em suas lutas. Além disso, as entrevistas como meio de coleta de depoimentos se tornam oportunas para esta análise, uma vez que não havia registros que discutissem os possíveis impactos nas masculinidades causados com o surgimento do Movimento.

Contudo, a História oral nem sempre foi bem vista. Segundo Philippe Joutard, a história

a partir do século XVII constituiu-se cientificamente, em oposição à tradição

⁴⁴ Palavras de ordem do Movimento em comemoração aos seus 40 anos.

oral. A reintrodução da história oral acontece no decorrer do século XX, mais especificamente nos Estados Unidos, quando grupos de historiadores constituíram suas próprias instituições, lançaram revistas e realizaram vários seminários. Esse método se desenvolveu mais amplamente a partir do advento do gravador, ainda nos anos de 1950, nos Estados Unidos, e logo se difundiu pela Europa. Em outros países a história oral não possuía a mesma força que nos Estados Unidos dos anos de 1950, utilizada com o intuito de somente reunir materiais para os futuros historiadores (MATOS; SENNA, 2011, p. 98)

Em comparação com outras áreas da história, a história oral apresenta maior proximidade com o presente, uma vez que se baseia na memória "viva" e em relatos já realizados anteriormente. Essa prática tornou-se mais popular entre os historiadores há cerca de 25 anos, como mencionado por Matos e Senna (2011, p.100). Contudo, o desenvolvimento da história oral na América Latina não pode ser dissociado das escolas britânica, norte-americana e francesa, que buscavam uma abordagem metodológica renovada para uma história total. Esse desenvolvimento também foi influenciado por fatores sociais, como o crescente interesse pela história das mulheres, dos marginalizados e de outros temas, os fenômenos migratórios, bem como pelo reencontro da história oral com a história geral, em torno dos estudos da memória, conforme explicado pelos autores citados.

Por esses motivos, a utilização da história oral e da análise de entrevistas tem se mostrado uma metodologia importante e cada vez mais comum na pesquisa acadêmica. Com o intuito de compreender fenômenos sociais e culturais, pesquisadores têm recorrido à história oral para dar voz e visibilidade a grupos marginalizados e pouco representados na história oficial. Além disso, a história oral permite o resgate de memórias individuais e coletivas, contribuindo para a construção de narrativas plurais e complexas sobre o passado. A análise de entrevistas, por sua vez, é uma técnica que consiste na interpretação e sistematização de informações coletadas por meio de entrevistas realizadas com pessoas que vivenciaram determinados eventos ou fenômenos. Essa técnica pode ser utilizada em conjunto com a história oral, permitindo a coleta de dados mais aprofundados e precisos sobre experiências vividas e perspectivas individuais. A combinação dessas duas metodologias apresenta diversas possibilidades para a pesquisa em ciências humanas e sociais. A história oral possibilita a inclusão de vozes subalternizadas e a análise de entrevistas permite a compreensão dos significados e sentidos que os entrevistados atribuem às suas experiências e

vivências.

Nesse sentido, é importante percebermos que

a coisa mais importante no trabalho com fontes orais, no trabalho de campo, é que não se trata de trabalhar com papéis, ou com coisas, ou com animais, mas de trabalhar com seres humanos, com cidadãos, com nossos iguais. É um trabalho relação e, como todos os trabalhos, levanta questões políticas e questões éticas (PORTELLI, 2010, p.2-3).

Portanto, a história oral

pode ser entendida como um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica,...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989, p. 52).

Cabe destacar que, como procedimento metodológico, a história oral busca registrar - portanto, perpetuar - impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos.

Uma grande referência da história oral no Brasil aponta que ela possui algumas características específicas, tais como que

a história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos (ALBERTI, 1989, p.4).

Portanto, outro elemento crucial para o trabalho que adota a metodologia da História Oral como princípio é a valorização da memória no processo de incentivar os sujeitos a revisitar o passado, mesmo que seja algo recente. Segundo Alessandro Portelli (apud MATOS; SENNA, 2011, p.101), as fontes orais constituem uma importante fonte de revelação das intenções, crenças, mentalidades, imaginário e pensamentos subjacentes às experiências vividas. Embora possam não ser dotadas de precisão, as fontes orais frequentemente contêm informações que não se encontram nos documentos escritos. Em virtude disso, revelam-se como elementos primordiais para a compreensão e o estudo do tempo presente, uma vez que somente através delas é possível conhecer os sonhos, anseios,

crenças e lembranças do passado de pessoas anônimas e humildes, destituídas de qualquer status político ou econômico.

Compreender a importância dos documentos escritos implica reconhecer que a escolha de trabalhar com fontes orais não implica necessariamente em abandonar os documentos escritos, mas sim em combiná-los de forma integrada. É frequente que a história oficial apresente uma versão reducionista e unilateral dos fatos, deixando de lado aspectos relevantes e nuances que somente podem ser apreendidos por meio de experiências pessoais, as quais nem sempre estão documentadas. Por isso, a utilização conjunta de fontes escritas e orais pode permitir uma abordagem mais completa e abrangente do passado, possibilitando a reconstrução de narrativas mais precisas e detalhadas. A complementaridade entre as duas formas de registro histórico pode contribuir para o enriquecimento e aprofundamento da pesquisa,

Considerando a opção pela história oral como metodologia, a abordagem utilizada neste estudo foi de natureza qualitativa, tendo como base os relatos de sete militantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Através desses depoimentos, foram exploradas as experiências de vida dessas mulheres ao longo de sua trajetória no MMC.

A pesquisa qualitativa, no entanto, deve ser bem planejada, pois segundo Maria Cristina Santos de Oliveira Alves,

vários autores da HO têm destacado a importância da qualidade da relação que se constrói entre pesquisador e pesquisado. O êxito da entrevista começa antes mesmo de ela acontecer, quando é feita a preparação para realizá-la e quando há o contato e um compartilhamento da realidade a ser enfocada entre pesquisador e o sujeito a ser entrevistado (2016, p.4).

Além disso,

há algumas qualidades que o entrevistador bem-sucedido deve possuir: interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles, e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar (THOMPSON. 1998, p. 254).

Logo, para o desenvolvimento desse estudo, visamos conhecer melhor a história de vida e participação no MMC das setes mulheres entrevistadas em seus respectivos municípios. A partir disso, almejamos examinar as maneiras pelas quais os debates sobre gênero, violência e masculinidades permeiam essas trajetórias,

gerando conflitos com membros masculinos de suas famílias e, por conseguinte, ocasionando um aumento na incidência de violências

4.2 O QUE AS MULHERES CAMPONESAS NOS DIZEM: RELATOS E REFLEXÕES A PARTIR DE ENTREVISTAS

As relações de violência são uma questão complexa e multifacetada, que envolve a interação entre diferentes fatores sociais, culturais e históricos. Para compreendermos melhor essas dinâmicas, é importante explorarmos as experiências e perspectivas de diferentes grupos sociais e comunidades, bem como o papel que as instituições sociais e governamentais desempenham nesses processos.

Nesse sentido, utilizaremos entrevistas realizadas pela própria pesquisadora entre setembro de 2022 e abril de 2023 e bibliografias publicadas sobre as temáticas transversais que perpassam nosso trabalho, na tentativa de observarmos as relações de violência em diferentes contextos sociais e períodos históricos. Por meio dessas, podemos explorar as experiências das camponesas que foram vítimas de violência, bem como essas experiências afetaram suas vidas e suas relações com suas famílias, comunidades e instituições governamentais.

Ao analisarmos essas entrevistas, podemos observar padrões e tendências comuns em relação à violência de gênero, como a persistência de estereótipos de gênero e como os padrões de masculinidade hegemônica podem influenciar essas ações. Também podemos identificar diferenças significativas nas experiências de mulheres em contextos rurais e urbanos, como o acesso limitado a serviços de apoio e a pressão para manter a privacidade e o silêncio em comunidades rurais mais fechadas.

Portanto, a análise das entrevistas realizadas pela pesquisadora pode nos ajudar a compreender melhor as complexas dinâmicas das relações de violência de gênero e a identificar estratégias e políticas eficazes para enfrentar essa questão urgente e importante em nossa sociedade.

No estudo conduzido nesta dissertação, devido ao critério espacial adotado, que se limitou aos municípios de Chapecó e Xaxim, foram aplicados sete questionários, direcionados a integrantes ativas do MMC, cujas idades oscilavam entre 38 e 73 anos, onde se constatou que dentre as participantes, quatro eram casadas, duas eram separadas e uma era solteira.

É importante salientarmos que os métodos utilizados tiveram uma abordagem mais flexível, por meio de um roteiro de entrevistas adaptável, a fim de possibilitar uma escuta mais aberta e aprofundada das entrevistadas, buscando investigar também aquilo implícito nas respostas⁴⁵.

Outro fator que cabe ser destacado concerne às faixas etárias das pessoas entrevistadas, tendo em vista que não foi viável obter participantes mais jovens do que aquelas presentes na amostra final. Embora essa situação possa ser interpretada como uma lacuna na investigação, ela também possibilita a formulação de algumas hipóteses, tais como a diminuição do engajamento das jovens no Movimento.

Outra hipótese que poderia responder tal questionamento pode estar relacionado com o momento em que as entrevistadas conheceram o Movimento, uma vez que ao serem indagadas sobre como tomaram conhecimento do MMC e quando iniciaram a participação no mesmo, elas relataram que ingressaram na organização logo em sua fundação ou em razão da presença de familiares engajados em outros Movimentos Sociais, ou devido à Igreja⁴⁶, somando até mais de 40 anos de seu envolvimento. Apenas duas mencionaram ter iniciado a participação no MMC tardiamente, embora já tivessem ouvido falar sobre ele em diversas ocasiões.

Após as primeiras perguntas que abordaram aspectos mais fundamentais, tais como estado civil, grau de instrução e número de filhos, adentramos em indagações que exploram diretamente a temática de gênero que fundamenta a pesquisa, objetivando apreender elementos que possibilitem a visualização de

⁴⁵ É possível observar um esboço do roteiro norteador das entrevistas no apêndice.

⁴⁶ Várias relataram ter conhecido Movimentos Sociais enquanto o Bispo Dom José Gomes, Bispo Católico Brasileiro que esteve à frente da luta pela liberdade no período da ditadura no Brasil, era o responsável pela Diocese de Chapecó. Ele foi o responsável por trazer pautas importantes para os camponeses da região, os quais passaram a discutir pautas relacionadas à conquista de direitos e a importância da mulher, fundamentada pela Teologia da Libertação.

expressões decorrentes da masculinidade.

Nossa intenção inicial consistia em ir além do que foi realizado no trabalho de 2002, o qual se resumiu a ouvir apenas o que as mulheres tinham a dizer naquele momento⁴⁷. No entanto, ao tentarmos ampliar os estudos de gênero em um Movimento composto apenas por mulheres, mas que convivem com homens no seu dia a dia, tínhamos o desejo de ouvir o que os homens tinham para dizer sobre os temas norteadores de nossa pesquisa, contudo, deparamo-nos com uma barreira imprevista: os próprios homens. Mesmo que, em conversas informais, eles afirmem não ser machistas e não possuírem quaisquer restrições e resistências ao MMC, preferiram não responder a questionamentos que poderiam desnudar suas verdadeiras experiências. Apenas um indivíduo participou, mas a sua participação se deu de modo não planejado.

Uma vez abandonada a ideia de ouvirmos os homens, seguimos com as histórias que o público feminino tinha para nos contar. Após termos compreendido as motivações que levaram cada entrevistada a aderir ao Movimento, indagamos sobre quais foram as reações de seus respectivos companheiros e familiares ao tomarem conhecimento de tal decisão e, foi a partir desse ponto, que a imagem de um castelo de vidro, que os homens afirmavam existir, começou a ruir.

Não houve relatos de apoio recebido pelas participantes da pesquisa em sua adesão ao MMC. Pelo contrário, todas mencionaram ter enfrentado situações adversas, que variaram desde desconfortos passageiros até conflitos mais acentuados. Um exemplo de situação passageira pode ser visto nas falas de Dona Fátima e Catarina⁴⁸, que responderam respectivamente:

Fátima: No início ele apoiava e depois com o passar do tempo ele começou a implicar. Porque daí eu saía bastante porque tinha que, às vezes, ficar uma semana porque a gente ficava fazendo os cursos e tudo mais e aí ele começou a implicar, implicar, implicar e dava muita briga.

Catarina: Ah, aquele beijo, aquela coisa...hoje você vai sair de novo, no fim de semana... Mas isso eu sempre levei de boa. Ficava uns dois, três dias assim, depois voltava ao normal.

No entanto, no caso da entrevistada Magali, a situação foi um pouco além, pois a desaprovação segue até o presente. Segundo relatos dela:

⁴⁷ O referido trabalho é o mencionado no capítulo anterior, realizado pelo MMA-SC.

⁴⁸ Os nomes das participantes são fictícios, preservando anonimato, conforme as recomendações sobre ética em pesquisa com seres humanos.

[...] Na realidade o meu companheiro não aceita a minha participação no Movimento. Quando eu comecei ele dizia que era pra eu parar, mas eu gosto daquilo e me faz bem. Muitos saem, vão jogar bola, vão passear e eu deixava de fazer isso e ia para o Movimento, porque era onde eu me sentia bem. Até que um dia a gente teve uma conversa séria porque eu cheguei em casa e ele estava muito bravo comigo. Ele queria saber se era ele ou eu quem mandava. E eu sempre determinei que nenhum dos dois mandava, pois nós precisávamos trabalhar juntos e, no fim das contas, acabamos discutindo muito sobre isso e, a partir dali, ele não disse mais que eu não poderia ir. Eu tinha 40 anos e sei lá o que ele imaginava a meu respeito, acho que ele achava que eu não tinha condições e, aí eu afirmei para ele que eu tinha 40, que eu sabia o que eu queria, que eu queria continuar no Movimento e que isso não afetaria nós dois, pois eu tinha discernimento o suficiente para saber lidar com tudo isso. [...]. E eu afirmei várias vezes que eu tinha meus sonhos, minhas vontades e desejos e que eu precisava colocar isso para fora porque isso me incomodava. Então a gente teve uma discussão muito ferrenha; eu até diria que eu nunca tinha visto o capeta de saia até aquele dia [...].

Todavia, houve reações que emergiram durante as entrevistas que podem ser consideradas ainda mais alarmantes, visto que a experiência de Dona Aurélia atingiu patamares ainda mais extremos, envolvendo, inclusive, sua progenitora.

Aurélia: Eu lembro que a minha mãe dizia que quando eu ia participar, eu deixava as crianças em casa e quando eu chegava estava tudo bagunçado. E ela não gostava disso, ela achava que a mulher tinha que estar com todas as coisas bem servidas, tudo bem feitinho, então, ela dizia para o meu marido que ele precisava pôr as rédeas em mim, porque não pode deixar eu sair desse jeito, porque eu saia muito e que não era para deixar sair. [...] Ela falava isso porque ela foi educada para a mulher ficar em casa, a mulher não podia sair, ficava feio, para ela era feio isso, ela tinha medo que eu ia ficar mal falada. E ele não gostava também, porque ficava ruim mesmo, porque ele tinha tudo as piazadas⁴⁹ para orientar, porque quando estão novos, tem que estar dando orientação, e daí eu não estava ali presente. Quando comecei a participar mais das reuniões, e principalmente depois das viagens, eu comecei a sair bastante. Aí eu ia, por exemplo, fazer uma oficina com as mulheres lá da região sul, e como nós não tínhamos muito dinheiro para gastar para ir lá e voltar e depois ir de novo, a gente aproveitava e ficava uma semanada às vezes, ficava três, quatro dias lá fazendo reunião. Um dia nós fazíamos num município, outro dia em outro. Isso era pior, porque daí era de dia e de noite sem estar presente em casa junto com a família. Então eu ouvia sempre um xingão, ficava, às vezes, meio emburradinho, mas depois eu tentava explicar que não era por causa de mim, era por causa da organização, que era para buscar benefícios para todo mundo, mas não era fácil para entender, então, foi bem difícil porque eu tinha que entender também o lado dele, porque ele foi criado assim, a mãe dele não ensinou ele a ser doméstico, ensinaram ele a trabalhar na roça, nos outros serviços, mas não em casa, e daí, ele via que não conseguia dominar aquele trabalho de casa e se sentia mal porque ele não sabia. Quando ia tentar fazer uma comida, não saía comida boa, ia fazer outra coisa, não dava, mas ele não tinha culpa, então, a gente tinha que ir conversando e se entendendo, o que vale bastante nesse caso é o diálogo.

⁴⁹ Expressão informal muito utilizada no oeste catarinense cujo significado pode ser compreendido como “grupo de crianças”.

Verifica-se, no entanto, um fato peculiar. Na pesquisa realizada em 2002 e citada no capítulo anterior, notou-se que a proporção de mulheres que requeriam a permissão de seus filhos para realizar suas atividades era insignificante, contudo, um depoimento em particular chamou a nossa atenção quando consideramos essa informação em relação às entrevistas mais recentes. Quando questionada se o marido havia mudado de atitude quanto à sua participação no MMC, Dona Aurélia relatou que sim, que essa questão não era mais um problema entre eles, mas que agora quem implica com ela são seus filhos. Segundo ela:

[...] são os meus filhos que me questionam o porquê eu fico andando de um lado para o outro agora que eu estou mais velha. Perguntam se falta alguma coisa para mim. [...] eles achavam que eu ia me aposentar e ficar quieta em casa. Eles dizem que agora que estou aposentada, eu não precisaria sofrer, porque eles acham que a gente sofre. E a gente sofre um pouco, as viagens até são cansativas mesmo, principalmente quando estávamos no processo do plano nacional, que infelizmente foi perdido, e aí demandou viagens para Brasília com mais frequência e era mais perigoso. Mas eu sempre disse pra eles que se eu ficasse em casa eu não seria a mesma, porque com a formação que a gente tem a gente não consegue mais ficar. Enquanto eu tiver saúde, eu vou ir. Quando não conseguir mais, vou passando para as novas gerações que já estão participando. Mas enquanto eu puder ir, eu vou.

Constata-se, a partir de algumas declarações, que um dos principais argumentos utilizados para se opor à ausência das mulheres no momento em que estas precisassem participar de atividades relacionadas ao Movimento é a alegação de que elas estariam negligenciando suas responsabilidades domésticas, como se isso fosse uma incumbência naturalmente atribuída exclusivamente a elas. Essa discussão, inclusive, foi revisitada durante o curso de formação em que participei. Uma integrante, enquanto relatava algumas dificuldades e conquistas que vivenciou ao longo de sua participação no MMC, afirmou que um tempo atrás as mulheres não podiam sair de casa, pois tinham a responsabilidade de cuidar dos filhos, que costumavam ser em um número maior e que, agora, mesmo possuindo filhos já adultos ou possuindo um número menor, também são julgadas por se ausentar de seus lares, pois uma vez que alguém não está presente, o restante do grupo familiar não tem capacidades o suficiente para lidar com o necessário para manter o funcionamento de um lar. Em face disso, surgiu um questionamento acerca da distribuição das tarefas domésticas, visando compreender o impacto que a ausência das mulheres causaria nesse âmbito, já que aparentemente as tarefas só são realizadas se elas estão presentes.

Compreendemos que a divisão desigual do trabalho doméstico ainda é uma realidade presente em muitas sociedades ao redor do mundo, e é comum que a maioria das tarefas relacionadas à manutenção do lar recaia sobre as mulheres. Essa é uma questão que envolve fatores culturais, históricos e sociais que reforçam a ideia de que as mulheres são naturalmente mais aptas para as tarefas domésticas, o que, por sua vez, contribui para a perpetuação da desigualdade de gênero.

Logo, Dona Aurélia nos relatou que sempre ensinou seus filhos, tanto homens quanto mulheres, a desempenhar tarefas domésticas e que as atividades eram bem divididas. Entretanto, em relação ao seu marido, ela afirmou que ele só realiza essas tarefas se ela não estiver em casa, pois nesses momentos ele não vê outra alternativa. Além disso, para justificar o fato de não realizar tarefas domésticas na presença dela, ele utiliza o argumento de que ela está presente, então ele não precisa fazer (Aurélia, 2023).

No caso de Glória, além do fato de ela ter descrito que trabalhava em múltiplas jornadas enquanto residia com seu pai e irmãos, ela afirma que não percebeu qualquer alteração na situação após o casamento, o qual ocorreu quando tinha apenas 18 anos. Em suas próprias palavras, ela afirma que esposo não presta praticamente nenhuma ajuda nos afazeres domésticos, pois compreende que deve se dedicar ao trabalho, reforçando a ideia errônea que gerir um lar não é considerado trabalho e, essa função é exclusiva das mulheres.

Catarina, uma mulher solteira que divide a guarda de suas filhas com os respectivos pais, também discorreu acerca da dinâmica dessa divisão durante o período em que residia com eles.

É, eu acho que sempre o ideal tá bem longe do que acontece na prática. E isso não é diferente pra gente que vive na direção de um movimento. Então, o ideal é aquilo que a gente defende que seja. Mas quando tem uma relação concreta com filhos, com trabalho, com pessoas que não têm a mesma criação familiar que a gente tem, é sempre um desafio. E não foi diferente nos meus relacionamentos. Então, várias vezes eu me pegava fazendo todos os papéis de dona de casa e o meu companheiro estava lá assistindo, tomando a cerveja dele. Saber que a gente trabalhou o dia todo junto, eu num espaço, ele no outro. [...] indiretamente o meu trabalho não era valorizado porque eu trabalhava com política, eu trabalhava com o movimento. Ele questionava: você vai de novo lá e quem vai pagar esse teu dia de trabalho? Essa cobrança, ela vem muito presente.

Situações como essa foram compartilhadas por Adelaide também, que afirmou que a divisão das tarefas não chega a causar problemas em sua relação, mas que

às vezes tem que chamar atenção (de seu marido). Infelizmente, na minha casa, ou felizmente, o papel de quem comanda a casa sou eu. Essa coisa do direcionamento, do vamos fazer isso, vamos fazer aquilo, sempre partiu de mim. E para ele sempre foi confortável.

No entanto, ao ser questionada se ela sente que acaba fazendo mais funções do que ele dentro de casa, ela respondeu que não, mas logo em seguida deixou claro que não está contente com a situação. Em suas palavras

a gente cansa de mandar. Quando eu falo isso, é que há 16 anos eu estou na frente, certo? E de um tempo pra cá isso tem me incomodado. Eu gostaria de chegar em casa e não ter que pensar no que eu vou fazer de janta. Eu gostaria de chegar em casa e ter as coisas organizadas. Não precisa estar a jantar servido, mas de mais atitude dele. Eu acabei tomando sempre esse espaço. Não dei espaço pra ele. Então tem uma meia culpa minha, obviamente. Mas também pra ele, ele se acomodou nesse espaço. Entende? Então o que eu tenho provocado ele nesse último ano, um ano e meio, é isso. Eu quero que tu tenha mais atitude. Eu preciso que ele tenha mais atitude. Ter mais decisão. Não decide nada. Entende? Porque eu sempre fui aquela que ia lá e fazia. E meio que nem pedia opinião, às vezes eu fazia por conta. Eu ia tratorando as coisas. Então não tenho como jogar em cima dele toda a responsabilidade. Porque também em algum momento eu fui egoísta. Então assim, um ano, um ano e meio pra cá, eu tenho cobrado mais isso dele. Preciso que ele tome mais atitude, mais a frente das coisas. Porque eu tenho saído mais.

Esse cansaço citado por ela pode ser bastante desgastante para as mulheres, que frequentemente se encontram sobrecarregadas com a responsabilidade de gerenciar as tarefas domésticas e familiares. Além do esforço físico envolvido em realizar essas tarefas, há um peso psicológico envolvido no planejamento e na organização de todas as atividades do lar, bem como na delegação de responsabilidades para os outros membros da família.

Felizmente, na última entrevista que realizamos, a entrevistada Magali relatou que seu companheiro divide as tarefas de maneira equitativa. E ela justificou isso do seguinte modo:

Eu costumo dizer que somos um casal bem diferente dos outros casais. A gente mora junto, é casado, mas, cada um tem a sua vida bem específica e dividida. Os dois trabalhamos fora. Eu passo a maior parte do tempo com a minha filha, porque eu fico com ela de manhã, principalmente. Mas, assim, desde a roupa dele, ele lava. Então, a casa eu limpo porque é aquela questão. Tô em casa, então não me custa fazer. Mas, quando eu não tô em casa, ele limpa. Então não existe uma divisão. Existe uma cultura, que eu digo que a gente cultuou dentro de casa, que, assim, é meu ambiente, é meu dever mantê-lo limpo.

Em suas palavras, embora sem intenção, a entrevistada se posiciona em uma posição singular, visto que a dinâmica de divisão de tarefas que ela vive vai de encontro às narrativas que frequentemente escuta. Tal observação levanta uma questão de suma importância, a normalização da ideia de que as responsabilidades domésticas devem ser assumidas pelas mulheres.

Essa sobrecarga de trabalho doméstico, no entanto, pode ter impactos negativos para a vida das mulheres, como a limitação de suas oportunidades de trabalho fora do lar, a falta de tempo para o lazer e o descanso, e até mesmo a sobrecarga física e emocional que pode resultar em problemas de saúde. Além disso, essa desigualdade de gênero na divisão das tarefas domésticas pode contribuir para a perpetuação da desigualdade econômica entre homens e mulheres, uma vez que as mulheres muitas vezes têm menos tempo e oportunidades para investir em sua carreira e desenvolvimento profissional.

Diferentemente da pesquisa apresentada no capítulo anterior, das entrevistadas atuais, apenas uma delas reportou ter experimentado violência física perpetrada por seu parceiro. Por outro lado, todas as participantes mencionaram incidentes que se relacionam à violência psicológica e moral⁵⁰. É, ainda, imprescindível reconhecer que a violência contra a mulher não se restringe somente à agressão física, e que todas as formas de violência podem causar danos significativos e duradouros na vida das mulheres. É fundamental que estejamos conscientes disso para podermos identificar a violência quando ela ocorre e não a minimizarmos como "incidentes isolados".

Como bem sabemos, estes "acidentes" podem culminar em resultados muito piores do que possamos imaginar. Um exemplo disso pode ser visto no relato que Catarina nos deu:

Na minha primeira separação teve um episódio de violência. Ele foi único porque foi na briga final. Ele acabou me empurrando e eu estava com a

⁵⁰ É de suma importância ressaltar as diferenças no método de condução das entrevistas. Em 2002, as entrevistadoras mencionaram as formas de violência presentes no questionário, e as entrevistadas selecionavam uma das opções fornecidas. Por outro lado, na pesquisa atual, foi solicitado que as entrevistadas relatassem se já haviam experienciado alguma forma de violência e, em seguida, que descrevessem o tipo de violência vivenciada, deixando que elas expressassem que violências acreditavam ter sofrido.

neném no colo. Eu já estava em um processo de dizer que eu estava grávida, mas aí eu disse: “não, deu, porque desse empurrão só vai vir violência maior”. Eu estava de três meses e foi onde busquei força para dizer não. Depois ele tentou voltar, mas eu disse não. Então, que eu recorde, esse foi o único momento que eu me senti vítima de violência física.

Completando sua fala, ela nos alerta que, apesar de não ter passado por mais nenhuma experiência de agressão física, já passou por várias outras ao longo de sua vida, destacando uma que as demais entrevistadas não nos apresentaram

[...] outras violências, essas sim, essas até hoje a gente sofre, né? Um exemplo é a violência política. Como hoje eu estou numa função também de presidente de um partido, a gente sente muito isso. Que (a política) é feita por homens, mas também é feita por mulheres em posições hierárquicas maiores. E que isso resulta no impedimento de assumir funções, a todo momento questionam a sua capacidade. Será que tem capacidade disso ou não tem capacidade daquilo? E a gente sente que pra nós, mulheres, temos que ter muito mais experiência para assumir cargos. E a gente sente bem presente isso. A política é um espaço que me mostrou, política partidária e tal, me mostrou que é muito mais presente. E no movimento de mulheres esse tipo de violência a gente também tem que ter cuidado, porque é uma violência que ela está tão impregnada no patriarcado, mas que ela também é feita de mulheres para mulheres, né? E que a gente sempre tem que estar buscando a gente se disciplinar para não cometer violência, Mas também nos permitir ou refletir com as companheiras quando a gente se sente violentada por algumas posições. Então, isso foi muito presente na minha vida. E está sendo ainda⁵¹.

E essas não foram as únicas formas de violência relatadas pelas participantes da pesquisa. Dona Emília compartilhou conosco que, aos 23 anos, optou por voltar aos estudos e, em menos de dois anos, concluiu o Ensino Fundamental e Médio, além de se inscrever em um vestibular como forma de se desafiar e testar seus limites. Todavia, seu marido zombou de sua iniciativa e afirmou que ela seria incapaz de passar no vestibular. Dona Emília também compartilhou conosco que seu ex-marido, por sua vez, possui duas graduações, em Economia e Direito, e três especializações em Direito Penal, além de ter realizado uma pós-graduação em Direito, todas elas conquistadas após o casamento. De maneira intrigante, mesmo

⁵¹ A violência política, apesar de pouco citada pelas entrevistadas, se encontra em um momento de grande expansão. Inclusive, um evento recente e muito próximo às cidades onde ocorreram as entrevistas aconteceu: Em 6 de fevereiro de 2023, A Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, em Santa Catarina, cassou o mandato da vereadora Maria Tereza Capra (PT) por quebra de decoro parlamentar. Foram 10 votos a favor da cassação e apenas um contra –o da própria legisladora. A cassação ocorreu porque a ex-vereadora se posicionou contra um grupo de bolsonaristas que, em 2 de novembro (de 2022), fez uma saudação nazista enquanto bloqueavam uma rodovia para questionar o resultado da eleição que derrotou Jair Bolsonaro.

com todo esse conhecimento acadêmico, ele não conseguia compreender as razões que levaram Dona Emília a querer se graduar também.

Além disso, para agravar a situação, o comportamento do marido de Dona Emília pode ser considerado uma forma de violência psicológica, cujo objetivo é diminuir a autoestima e autoconfiança da vítima. Infelizmente, a situação não parou por aí, como ela nos relatou:

eu precisava pagar a universidade, porque estudei em uma instituição que era comunitária e, portanto, não era gratuita, sendo a mesma universidade em que ele estudou. E muitas vezes eu tirava do meu salário, pois teve uma época que eu recebia mais que ele. E quando eu cheguei nos últimos seis meses de universidade, ele não pagou mais para mim e essa dívida foi aumentando e eu tenho dificuldades com isso até hoje. Então, enquanto eu trabalhava junto, cuidei da casa, dos filhos, da família, dos pais doentes, trabalhei fora de casa para ele estudar e ter tudo isso, estava tudo beleza. Quando chegou a minha vez, ele só falava que eu não ia passar nem no vestibular. Eu chamo isso de pressão psicológica, de violência psicológica. Mas eu tenho uma boa convivência com ele e com meus filhos, porque muitas dessas violências eu guardei para mim, eu escondi, porque eu queria que os meus filhos tivessem continuidade desse amor, desse carinho pelo pai, desse respeito por ele, porque as brigas eram entre ele e eu, e eu consegui trabalhar eles até uma certa altura. [...] E daí quando começou a cair a minha ficha, passei a casa que era herança de meu pai para os meus filhos na separação. Ele aceitou isso e eu passei a casa para eles com direito a usufruto para mim e ele não possui direito nenhum sobre esse imóvel, que era a única herança que nós tínhamos.

Quanto às violências moral e psicológica, estas foram relatadas de forma unânime pelas entrevistadas. Embora tenham sido identificadas juntamente com outras formas de violência em algumas ocasiões, em outros momentos, elas foram mais evidentes e ocorreram de maneira singular.

Dona Fátima, que é atualmente divorciada, enfrentava uma situação agravante, uma vez que seu marido sofria de alcoolismo, o que tornava as violências que ela sofria ainda mais intensas e agressivas. Segundo ela, a frequência das brigas eram grandes e os xingamentos a deixavam extremamente abalada.

Ele fazia sempre, todo final de semana, quando ele tomava, nunca me agredia, nunca me encostava a mão, mas com as palavras eram direto. Daí as baixarias, né? Porque daí eles te humilham, te chamam de tudo, dizem que você vai pra rua, vai pro movimento para “dar” para os outros. Sabe aquelas baixarias que eles costumam falar...

As injúrias e termos chulos aos quais a entrevistada foi submetida por um longo período objetivam primordialmente humilhá-la, causando-lhe dúvidas quanto à sua integridade moral.

Magali, por sua vez, relatou que as suas experiências não foram tão constantes, destacando uma em específico que a fez refletir sobre essa condição:

Eu estava morando em São Paulo e, quando engravidei da minha filha, a gente resolveu vir morar pra Chapecó por causa da questão da cidade menor, maior qualidade de vida. E aí, quando eu voltei pra cá, eu estava sem emprego, grávida. Nem fui pro mercado de trabalho. Quem trabalhava era ele. Então, quem mantinha a casa era ele. E dentro disse, muitas vezes, ouvi falas machistas, do tipo: que era ele quem colocava comida na mesa. E aí, a gente tem que sentar e conversar, explicar. [...] E esses são aqueles momentos em que a gente para pra pensar que, se comigo, que tenho todo o estudo, às vezes passo por isso, imagina as outras mulheres.

Outra que também refletiu sobre a situação e, posteriormente, assumiu uma postura diferenciada e que colocou o agressor em um local de desconforto foi Glória. Rindo da situação durante a entrevista ela nos disse o seguinte:

O meu marido é muito de dar gelo. Porque ele perde a língua lá no trabalho dele falando com todo mundo e, quando chega em casa, ele fica mudo. Então às vezes eu tento conversar, puxar assunto e ele não responde, ele dá um gelo. E quando ele tá bravo contigo, ele dá um gelo e não conversa nada. No início até, eu ficava chateada e me perguntava o que que eu fiz, o que que eu tinha que mudar e fiz várias mudanças no meu comportamento, no meu jeito de ser. Depois de um certo tempo, eu comecei a entender que eu tinha que fazer diferente, porque eu já tinha mudado várias vezes e nada dava certo. Então eu inverti a situação. Eu fui também em vários cursos e no próprio movimento também. Eu entendi que eu tinha que levar mais na esportiva. E também entendi que o que tem pra se dizer, tu diz na hora da situação. Se não, você se cala e pronto. Porque ele procurava sempre me dizer as coisas na frente das pessoas. Então isso me humilhava. É uma forma de violência. Daí eu inverti mais ainda a história. Porque daí como ele começou a dizer as coisas na frente das pessoas, e aquilo me matava. Então eu inverti. Eu comecei a tirar como se fosse um deboche. Aí um dia ele chegou lá reclamando que não tinha pão, como se a responsabilidade fosse minha, né? Daí nessa situação eu tinha um cliente lá e ele falou grosso comigo. Eu dei uma risada e disse assim: “Pô, aí fica difícil, o cara anda com o dinheiro no bolso e quer que os outros vão comprar pão?” E eu falei calmamente: “Como é que eu vou pedir para você dinheiro se ontem você saiu a tarde toda?” E ele estava com o dinheiro no bolso. E acabei o assunto dando risada e dizendo que ele estava com uma cara de fome mesmo e que era para os clientes terem cuidado, porque ele estava perigoso. Então eu comecei a tirar sarro das situações e saí daquele lugar, porque ele é muito birrento e sempre tenta me atingir com essas birras dele. Mas antigamente eu me sentia muito insegura com essas coisas até eu me empoderar.

Já Dona Aurélia nos contou que a sua situação foi um pouco conturbada, a deixando triste e ofendida. Ela disse que

bater, não, mas aconteceu xingamento. E muita conversa. Muito choro. Porque teve vezes que ele desconfiava porque a gente chegava aquelas horas da noite, daí ficava desconfiado, ou ficava pensando: “eu aqui dormindo, eu aqui trabalhando, cuidando da família, e ela quem sabe saindo, traindo, né? Pensando, inclusive, que movimento era esse? [...] Eu disse para ele que nunca passou pela minha cabeça se separar dele ou ter outro, mas que eu queria que ele parasse de pensar isso, porque eu não aguentava mais. A gente chegou num ponto em que eu não aguentava mais que ele pensasse isso sobre mim, porque a gente também fica outra sentida, e é uma coisa que atinge a gente. E daí a gente teve muito diálogo nesse sentido, e fomos conversando e fomos se entendendo.

Durante a nossa conversa, a entrevistada compartilhou conosco diversas situações em que é possível perceber a ação insidiosa das violências. Em suas próprias palavras:

teve uma mulher que eu nunca esqueci que o dia que o marido dela morreu. Eu fui dar os pêsames para ela, porque ela tinha perdido o marido e ela olhou pra mim e disse: “graças a Deus que agora eu tô sozinha, agora eu vou poder fazer a minha vida como eu quero”. [...] Me falaram que ela era aposentada, mas quem cuidava do dinheiro dela era ele, então, ela só viu a cor do dinheiro o dia que ela ficou viúva, porque daí ela pôde pegar o dinheiro e fazer como ela queria. E acontece situações assim com as mulheres que participam das reuniões do MMC e a gente nota também. As mulheres que vão lá e, conforme vai chegando o fim da tarde, ficam ansiosas, fazendo com que a gente se pergunte os motivos delas estarem tão aflitas e, costumeiramente escutamos como resposta: “Se acontecer alguma coisa com o terneiro que eu deixei amarrado, eu sou a culpada. Se acontecer alguma coisa com a galinha, a culpa é minha. Se acontecer alguma coisa com os filhos, então, meu Deus...”, então ela não vai se perdoar, porque a culpada é sempre ela. Então, ela sai [de casa], mas ela leva nos ombros aquela carga.

Essa situação nos permite outro ponto de análise, pois mais de uma participante estava com suas filhas durante a formação em Chapecó. Magali, por exemplo, nos disse que é uma escolha sua levar sua filha consigo nos cursos de formação:

Ela sempre tá comigo. Só que daí, isso é uma questão também de escolha minha. Eu quero que ela esteja comigo, porque eu quero que ela visualize, que ela viva esse momento. Ela cresceu aqui dentro, e eu acabei de falar isso pra minha colega que trouxe a filha pela primeira vez. Ela falou assim: “meu Deus, que saco, ela não para”. Eu falei que com a Fabrícia era a mesma coisa quando eu trazia ela pequenininha pra cá. Só que elas vão crescendo aqui dentro, elas vão conhecendo a casa, elas vão conhecendo as pessoas do movimento, elas vão se enturmando. E aí, começa a ser uma rotina bem normal pra elas também.

Ao mesmo tempo que estarem com elas presentes tragam benefícios para o Movimento se formos pensar em sua continuidade, podemos pensar em algumas questões: estar com os filhos pequenos presentes permite que essas mulheres se dediquem ao estudo durante os cursos de formação? Elas realmente optaram por levar seus filhos consigo? Ser responsável sozinha pelo cuidado de uma criança durante um final de semana inteiro não acaba tirando a responsabilidade dos ombros do pai da criança? Esses questionamentos não foram contemplados durante as entrevistas pois a maioria das entrevistadas possuíam filhos adultos, no entanto, observou-se um grande número de mulheres que trouxeram suas filhas e filhos para estarem sob seus cuidados durante os dois finais de semana do curso de formação, gerando tais questionamentos.

Já Adelaide nos relata um conflito diferente que vive com seu marido e que demonstra um grau de complexidade ainda maior:

ao mesmo tempo que ele (seu marido) está feliz que estou buscando, que estou me conectando com gente, que estou indo para o mundo, ele questiona se eu vou passar um final de semana inteiro fora. Então não é uma violência, mas é um trauma e drama pra me botar uma pressão.

Esse relato deixa expresso como as violências agem de forma sorrateira e muitas vezes não são reconhecidas como tal pelas vítimas, inviabilizando a questão. Mas existem situações onde elas são percebidas e, não só isso, são questionadas na mesma hora em que ocorrem. Dona Emília, que já havia sofrido, no mínimo, duas formas distintas de violência a partir de seu ex-marido, vivenciou mais algumas situações em um emprego que teve como agente de pastoral na Catedral Santo Antônio, que é a Igreja Matriz de Chapecó⁵². Segundo ela,

quando houve uma mudança de padre na paróquia, o padre que entrou não queria mais o meu serviço. Ele me chamou em uma sala separada e me disse que era muito feio uma mulher separada estar na frente de lideranças e que por conta disso ele precisava me mandar embora. Ele não chegou a terminar a frase, porque antes dele terminar a frase eu perguntei se ele queria que eu fizesse o acerto com ele ou se deveríamos ir até o sindicato. Nesse momento eu já estava mais tranquila e tive uma decisão mais rápida, mas a gente sabe que têm vários padres por aí que tem filhos, que têm mulheres e que rezam a missa em cima do altar como se fossem santos, a gente conhece vários. Mas enfim, quando eu tive essa dificuldade, a própria igreja me olhava de forma diferente. A partir do momento em que eu não

⁵² Essa catedral é sede de uma Igreja Católica que, inclusive, é a Igreja sede da Diocese de Chapecó, que é formada por 80 municípios da região oeste de Santa Catarina.

estava mais sozinha, que eu passei a ter um companheiro do meu lado, as próprias lideranças me chamam de volta, me convidam, fazem umas coisas que a gente não tem nem como explicar.

O caso de Dona Emília não é um caso isolado de machismo dentro do contexto eclesial. Ela mesma vivenciou outra situação pouco tempo antes da conversa que culminaria na demissão por não estar nos padrões esperados para ocupar aquele espaço. Ela nos disse que

teve também um 8 de março antes da conversa que eu tive com esse padre que ele chegou na casa paroquial e deixou um bilhete em cima da mesa falando que as paroquistas⁵³ precisavam fazer uma faxina na casa, independentemente de qual cargo você assumisse. E eu até fui lá, mas eu estava toda preparada para ir para a rua e nós iríamos lutar pelos nossos direitos, inclusive contra a violência. Quando cheguei lá, até peguei o balde e a vassoura mas, ao chegar no meio da sala, olhei para a irmã e perguntei “se Jesus Cristo estivesse aqui hoje, ele estaria aqui faxinando a casa ou estaria lá na rua protestando com elas?” Após isso a irmã já me olhou e mandou que eu fosse para a rua, que ela faria as atividades, acobertando a atitude do padre. Isso aconteceu no dia 8 de março e, no dia 11, fui mandada embora. E eu realmente larguei o balde e o pano e já fui atrás de uma carona para chegar ao centro para participar.

Dona Emília, Dona Fátima, Adelaide, Catarina, Magali, Glória e Dona Aurélia nos apresentaram um fragmento de suas vidas e uma pequena parte das violências que enfrentaram ao longo de suas vidas e as que conseguiram recordar nos breves minutos que nos cederam suas entrevistas. Considerando suas histórias, podemos imaginar que elas possam ter enfrentado inúmeras outras além das que se sentiram confortáveis em nos contar. Em vista de todas as falas apresentadas por elas, foi possível compreender que as mulheres estão expostas a diversas formas de violência em seu dia a dia, seja ela física, psicológica, patrimonial, moral, entre outras. Essas violências são perpetradas tanto no espaço privado quanto no público, afetando a vida de todas, cada qual da sua maneira. No entanto, é importante destacar que a luta feminista, camponesa e popular tem sido fundamental para combater essas práticas e promover a igualdade de gênero.

Nos próximos subcapítulos, serão discutidas algumas das causas das violências, além de estratégias e ações que têm sido desenvolvidas pelo MMC para enfrentar a violência, bem como formas de ajudar as mulheres a garantir seus direitos.

⁵³ São as agentes de pastoral, a irmã que trabalhava na paróquia e as mulheres que trabalhavam no local

4.3 QUANDO A MASCULINIDADE É FRÁGIL: RELATOS E REFLEXÕES SOBRE OS COMPANHEIROS DAS MULHERES CAMPONESAS

Nos capítulos anteriores, foram abordados os conceitos de gênero, masculinidade e violência, com o propósito de compreender como esses elementos se relacionam e impactam a realidade das mulheres camponesas. Neste momento, adentraremos em uma nova etapa de nossa investigação, a qual consiste em ouvir as vozes das mulheres que sofreram violência em seus relacionamentos. O enfoque estará nas possíveis motivações que levaram seus companheiros a praticar tais atos ou terem certas atitudes consideradas violentas. É importante ressaltar que a presente discussão não tem a intenção de justificar ou minimizar a violência, mas sim de buscar uma análise mais aprofundada dos fatores que a influenciam, visando compreender como aspectos das masculinidades podem estar relacionados a esse fenômeno.

Durante as entrevistas, as entrevistadas foram questionadas sobre suas opiniões a respeito das violências praticadas pelos homens e se elas tinham alguma sugestão do porquê eles cometem tais atos. Foi notável uma diversidade de respostas obtidas, que refletiam as diferentes vivências e perspectivas dessas mulheres, sendo que alguns dos motivos apontados foram: o abuso de álcool, o ciúme, a insegurança, os julgamentos alheios e a reprodução de comportamentos aprendidos na família ou na sociedade em geral.

Dona Emília compartilhou que tem se dedicado a algumas leituras sobre o tema em questão. No entanto, em sua visão, as principais motivações para o comportamento violento de seu ex-companheiro estão intimamente relacionadas ao temor que ele sentia em relação ao destaque que ela passou a ter em locais públicos e a perda do poder que ele detinha sobre ela. Em suas próprias palavras:

eu acho que o que deixa o homem “emputecido” é quando ele está perdendo espaço, sabe? O que deixa o ex marido muito bravo é mostrar que a capacidade de passar no vestibular é tanto minha quanto dele. É mostrar que no grupo de amigos eu me destaco mais que ele. E da mesma forma acontece com o atual companheiro. Quando ele sente que você se sobressai, talvez ele não reprima ou use de uma violência mais leve, mas quando ele sente que está perdendo o terreno, que você está fazendo sombra, é realmente o patriarcado, é o medo de dizer que está perdendo a sua autoridade sobre a sua mulher.

Essa perspectiva também foi vista nas falas de Dona Fátima. Segundo ela, não

existe nada que faça os companheiros aceitarem que elas são iguais a eles, pois

eles acham que a gente tá fazendo concorrência com eles. Então eles acham que você está indo para a formação para querer mandar neles. Querer ser mais que eles. E eles, você sabe, que já pela formação tudo eles são os chefes, né? Eles não admitem de tu caminhar junto, não. Eles têm que sempre estar na frente.

Ela também afirma que é muito comum em seu grupo de conhecidas esse tipo de reclamação, onde as mulheres se queixam muito de seus maridos, reclamam de suas atitudes machistas e que eles,

quando percebem que ela começa a se destacar, eles já puxam a corda, puxam o freio, tipo, pra ela não se destacar. Ele quer se destacar. Desde uma entrevista que a mulher vai dar, conforme o que ela fala, ele toma peito e ele fala por ela, por exemplo. E eles são assim muito... Eu não sei, eu acho que eles são, em uma palavra bem simples, prevalecidos⁵⁴.

Durante a entrevista, ao destacar alguns pontos sobre a violência praticada pelos homens, questionamos a entrevistada sobre os motivos que levam a tal comportamento. Em resposta, ela sugeriu que o próprio sistema tem uma parcela de culpa nesse processo. A entrevistada destacou que, embora possamos acreditar que todos são iguais perante as leis do país, as leis tendem a facilitar comportamentos violentos nos homens, visto que muitos se sentem amparados por brechas ou falhas na sua execução. Em suas palavras, quando cometem violência, "eles pagam uma multa e ficam de boa. Precisa medida protetiva, eles assinam lá e depois não cumprem. Então, são as leis... Eles não executam as leis".

De fato, a perspectiva apresentada por Dona Fátima durante a entrevista encontra respaldo na realidade brasileira. Desde o ano de 2018, foram reduzidos os recursos destinados às políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher, como resultado da criação do Ministério da Família e dos Direitos Humanos, que tem priorizado uma visão familista em detrimento da compreensão de gênero como eixo orientador das políticas públicas. Essa visão enfatiza a família como um espaço natural de proteção social e responsável por cuidar de seus

⁵⁴ O adjetivo prevalecido é usado para indicar que alguém ou alguma coisa tem características superiores, prevalecendo sobre os demais, ou seja sobressaindo. Pode indicar também uma pessoa que se aproveitou de algo ou alguém.

membros, uma responsabilidade que, como bem sabemos, muitas vezes não é cumprida⁵⁵.

Apresentando um pouco mais de cuidado e seriedade com o assunto, o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, iniciou seu mais novo mandato retomando com o Ministério das Mulheres, como foi visto nos capítulos anteriores. Mas essa não foi a única medida tomada nesses primeiros meses de 2023. Em 03 de abril de 2023 foi sancionada a Lei 14.541/23, oriunda do Projeto de Lei 781/20, do senador Rodrigo Cunha (União-AL), que visa central determinar o funcionamento ininterrupto das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deam). O autor, senador Rodrigo Cunha (União - AL), destacou que a

legislação vai garantir às vítimas um atendimento por uma policial num local reservado nos momentos de maior incidência dos casos, a exemplo dos finais de semana. Nas cidades sem DEAMs, a delegacia existente deverá priorizar os casos de violência doméstica. Rodrigo Cunha ressaltou ainda que o Poder Público deverá assegurar ainda assistência jurídica e psicológica a partir do atendimento na delegacia (HAJE, 2023).

A proposta em questão estabelece que as delegacias de atendimento à mulher funcionem de forma ininterrupta, 24 horas por dia, todos os dias da semana, inclusive feriados, com atendimento preferencialmente realizado por policiais do sexo feminino em sala reservada. Para tanto, as policiais responsáveis pelo atendimento devem receber treinamento adequado para acolher as vítimas de forma humanitária e eficiente. Além de suas funções de atendimento policial especializado e polícia judiciária, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher devem prestar assistência psicológica e jurídica às mulheres vítimas de violência, por meio de convênios com a Defensoria Pública, órgãos do Sistema Único de Assistência Social e Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ou varas criminais competentes.

Sem sombras de dúvidas, as alterações na legislação são pontos positivos de avanço no combate a violência contra as mulheres, no entanto, ao analisar cada estado da união isoladamente, o panorama fica mais complexo. Segundo dados levantados pelo g1 em conjunto com os governos estaduais, constatou-se que “de 492 delegacias especializadas no atendimento à mulher no país, apenas 60 (ou 12,1%) funcionam 24 horas por dia” (BORGES, 2023).

⁵⁵

Segundo a mesma reportagem, em Santa Catarina, há apenas uma delegacia especializada no atendimento exclusivo às mulheres, a Delegacia de Polícia de Atendimento à Mulher, localizada na Diretoria Estadual de Investigações Criminais (DEIC) em Florianópolis. Embora a polícia civil afirme que essa delegacia já funcione 24 horas por dia e seja acionada para atender crimes mais complexos, o estado possui 32 delegacias que também recebem mulheres e investigam crimes contra idosos, adolescentes e crianças, sem ter como foco apenas as mulheres vítimas de violência. No entanto, para reforçar o atendimento, o governo dispõe de Centrais de Plantão Policial (CPP) que funcionam 24 horas e de uma unidade virtual (BORGES, 2023).

Após a promulgação da lei, a Polícia de Santa Catarina declarou que a falta de efetivo policial impede a efetivação das medidas estabelecidas, deixando de fornecer um cronograma para a regularização da situação. Infelizmente, essa realidade se replica em diversos outros estados brasileiros, todos eles com insuficiência de Deam. Portanto, Dona Fátima estava correta ao apontar a falta de efetividade na aplicação das leis, uma vez que a existência de legislações não é suficiente, se não forem devidamente cumpridas, criando brechas para o desrespeito às mesmas.

Mas além do Estado compactuar indiretamente com a perpetuação das violências, as entrevistadas elencaram outros motivos para as atitudes e comentários violentos de seus companheiros. Glória, nos disse que o problema com seu marido é no que tange os comentários alheios portanto

o problema deles não é o medo que eu vá encontrar outras mulheres. O problema é o que os outros vão dizer da tua mulher. Então, é esse também o grande significado. Porque tinha umas pessoas que iam lá e diziam: "Ih, mas de novo a tua mulher em volta. Ih, mas tu perdeu a tua mulher. Ih, mas não sei o quê". Então, assim... Aquilo pega neles. Isso atíça eles. Eles começam a perguntar onde eu estava indo, se eu estava mentindo.

Magali também corrobora com essa percepção acerca dos estereótipos de gênero que atribuem papéis específicos para as mulheres em seus relacionamentos. Ela afirmou que poderia mencionar inúmeros fatores que contribuem para a ocorrência de violências, no entanto, os principais estão ligados à cultura patriarcal da região em que reside. Segundo ela,

é aquela questão do que o pai ensina, que a mulher precisa ser ministra, que a mulher precisa ser a dona de casa, que a mulher precisa cuidar do quintal, que o quintal é o resto, né? Precisa cuidar das coisas que são sempre as sobras. E eu digo isso com base no que eu também vejo de pessoas. E da minha própria mãe. Meu pai, ele não tira o prato da mesa. E aí, quando a gente está lá, ele levanta da mesa e sai. Ele não tira nem o prato da mesa. Por que a mãe tem que tirar o prato dele da mesa? Se os dois são aposentados, se os dois têm uma renda, se os dois contribuem com a casa, por que só a mãe faz? Mas mesmo assim acontece. A mãe, pra não criar atrito, continua fazendo. Por mais que ela tenha toda essa vivência de movimento, que ela saiba o que é o machismo e tal. Pra não brigar com ele. Só que, tipo assim, às vezes a culpada disso foi ela. Que nunca se opôs em fazer isso. Ela sempre continuou reproduzindo aquilo que ela tinha aprendido lá na família dela. Lá na minha avó. Porque a minha avó criou ela assim. E ela sempre fala que a avó criou ela as filhas para serem esposas.

Esses comportamentos representam nada mais do que a masculinidade de seus cônjuges, uma vez que representam “um conjunto de atributos, valores, funções e condutas a serem seguidos pelo ser homem” (GOMES, 2008, p.239) e, conseqüentemente, ditam os que deveriam ser seguidos pelas suas esposas. Podemos notar em suas respostas que

as masculinidades são compostas e definidas por relações sociais, reguladas por regimes de poder-saber engendrados na cultura patriarcal e heteronormativa que nomeia e educa corpos, gêneros e sexualidades, de modo a distribuí-las na vida social. É no interior desta rede que relações de gênero calcadas no patriarcado e na heteronormatividade, definem um modo de ser e existir homem e mulher (ALVES; VOSS, 2021, p.6).

Para além das questões de como agir e expressar seus gêneros, a entrevistada Adelaide sugere que a força causadora das violências pode ser somado ao fator de insegurança, que está ligado à maneira como os homens se reconhecem, pois se eles

se olhassem como a gente se olha como mulher, eles iam ter outros valores. Eles iam olhar para a questão sexual e não ver um corpo, corpo no sentido do ato sexual. Eles iam olhar e entender a preciosidade que eles são. E a preciosidade que nós somos. E quando isso se junta, se torna algo maior. Agora, quando ele vem como um animal em cima de um pedaço de carne, seja num olhar, num comentário, numa atitude, violando sem a permissão, seja comigo ou qualquer outra realidade, para mim é total falta de segurança em si mesmo. É provar que é macho. E para homem provar o machismo dele é através do ato sexual. É meu ponto de vista. É através do sexo que ele prova que ele é homem. Eu não preciso do sexo para provar que eu sou mulher, o quanto eu sou uma mulher.

Segundo Maria Cecília de Souza Minayo

a concepção do masculino como sujeito da sexualidade e o feminino como seu objeto é um valor de longa duração da cultura ocidental. Na visão arraigada no patriarcalismo, o masculino é ritualizado como o lugar da ação,

da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material: é o “impensado” e o “naturalizado” dos valores tradicionais de gênero (2005, p.23-24)

Na sociedade brasileira atual, também se observa o medo da perda do poder pelos patriarcas. O Brasil possui uma história marcada por estruturas patriarcais arraigadas, onde homens ocuparam tradicionalmente posições de autoridade e controle nas esferas política, econômica e social.

As transformações sociais e as demandas por igualdade de gênero têm desafiado essas estruturas de poder. A desconstrução dos estereótipos de gênero e a busca pela igualdade têm avançado, mas ainda enfrentam desafios. O machismo e a misoginia ainda estão presentes em diversos setores da sociedade, dificultando o avanço na conquista de direitos e na ampliação da participação das mulheres em espaços de poder.

Além disso, a desconstrução dos estereótipos de gênero e a promoção da igualdade têm impactos diretos nas relações de poder dentro da família e da sociedade como um todo. Os patriarcas podem temer perder o controle sobre suas esposas, filhas e outras mulheres em suas vidas, à medida que elas ganham autonomia e independência.

Cabe destacar, por exemplo, que no Brasil, os crimes de honra eram lamentavelmente normalizados, em especial em certas comunidades rurais. A prática cultural de considerar a honra como um valor supremo muitas vezes resultava em uma série de violações graves dos direitos humanos, especialmente para mulheres. Nessas áreas, a honra era associada à reputação e conduta das mulheres, que, se consideradas “manchadas” ou desonradas, poderiam ser vítimas de violência física ou mesmo de assassinato. Esses crimes eram, em grande medida, tolerados ou até mesmo incentivados pela comunidade, perpetuando um ciclo de violência e opressão. A falta de conscientização, educação e aplicação efetiva da lei contribuíam para a normalização dessas práticas e dificultavam o acesso à justiça para as vítimas. Ainda para Maria Cecília de Souza Minayo

no caso das relações conjugais, a prática cultural do “normal masculino” como a posição do “macho social” apresenta suas atitudes e relações violentas como “atos corretivos”. [...] A associação da mentalidade patriarcal que realiza e re-atualiza o controle das mulheres e a rivalidade presumida entre homens estão sempre presentes nas agressões por ciúme (medo da perda do objeto sexual e social) cujo ponto culminante são os homicídios pelas chamadas “razões de honra”. No Brasil, “razão de honra” é uma categoria relacional forte e ao mesmo tempo provisória, pois sua existência,

culturalmente, depende do exercício de vários papéis masculinos: o de provedor, o de pai e, sobretudo, o de marido que precisa assegurar a fidelidade da parceira no desafio com outros homens. p.24

Porém uma contradição de termos pode ser observada nesse caso particular, já que o homem considerado "honrado" vive em constante alerta contra outro homem percebido como uma potencial ameaça ou agressor, gerando um ciclo vicioso e prejudicial em que os homens não confiam nem nas mulheres e nem em si, uma vez que são conscientes dos perigos que podem oferecer.

Compreendendo a posição e o status dos indivíduos do sexo masculino e feminino na sociedade ocidental contemporânea como um tópico de discussão, tem-se historicamente estabelecido uma definição de masculinidade em oposição à feminilidade, atribuindo à primeira ideias e práticas relacionadas à virilidade, força e poder inerentes à sua biologia sexual.

Pierre Bourdieu, ao falar sobre a relação entre virilidade e violência, destaca que os homens são prisioneiros e vítimas da representação dominante de que devem ser viris e poderosos, o que é entendido como uma realização de uma identidade constituída socialmente e transformada em destino. Essa pressão sobre os homens é considerada por Bourdieu como uma forma de violência simbólica, que se exerce de maneira sutil e insensível, pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento. Assim, a dominação masculina é vista como exemplo da submissão paradoxal decorrente da violência simbólica, que historicamente se mantém por meio de estratégias sutis de exclusão social incorporadas pelos dominados sem que sejam questionadas. Nesse sentido, a discussão sobre a posição e status de homens e mulheres na sociedade ocidental contemporânea é essencial, pois evidencia como ideias e práticas historicamente associadas à masculinidade são perpetuadas e mantidas por meio da violência simbólica (GOMES, 2008 p. 240).

De acordo com outro estudo de Gomes, o modelo de dominação masculina valoriza características como força, poder sobre os mais fracos (sejam mulheres ou outros homens), coragem, atividade (interpretada como o oposto de passividade, inclusive sexual), potência, resistência e invulnerabilidade, entre outras qualidades consideradas positivas (GOMES, 2008, p. 77).

Curiosamente, ao questionarmos as possíveis causas da violência para Dona Aurélia, além dela nos fornecer sua opinião, relatou uma situação onde esses temas se aplicam. Segundo ela, em uma sociedade pautada no patriarcalismo,

o pai não pode perder o mando. É ele que tem que ser a autoridade que manda. Então, primeiro vem na pessoa do pai, quando a menina tinha que obedecer o pai. Depois, se o pai falece, é o irmão ou, se não, o marido. Então, sempre tem que ter essa autoridade do pai para poder mandar. Porque dizem que a mulher não pensa, que a mulher não sabe pensar. A mulher trabalha, mas ela não sabe pensar e se dirigir aos demais. Tem que ter um chefe. Então, tem que ter um chefe da família... Esses dias chegou um senhor aqui e perguntou do chefe da família. Aí eu disse: "mas eu sou uma chefe da família". Daí ele olhou pra mim e perguntou: "a senhora é viúva?" e eu disse: "Não, eu tenho meu marido. Deus me livre, eu viúva. Mas é que eu também mando, eu também sou chefe". E eu comecei a dar risada, meio brincando. Mas é essa a história. Se você quer ser uma chefe, você tem que ser viúva. Porque se não, você não é chefe.

Segundo José Eustáquio Diniz Alves, a sociedade machista impõe que a mulher de sucesso seja também uma mãe e esposa bem-sucedida no lar, sendo que a segunda condição é mais valorizada do que a primeira. Enquanto as mulheres enfrentam conflitos constantes para conciliar suas tarefas profissionais e domésticas, os homens não vivenciam a mesma situação. Por isso, muitas mulheres renunciam a suas carreiras profissionais em nome do casamento ou optam por carreiras consideradas mais femininas para evitar comprometer sua vida privada e sua feminilidade (2004, p.19)

. Ainda, em relação ao mundo doméstico, o autor afirma que a mulher que se destaca no mundo público tende a perder no mundo privado, enquanto o homem que triunfa no mundo público tende a ganhar também no espaço doméstico. E, embora o mundo masculino seja considerado superior, atraindo as mulheres, o mundo feminino, ou seja, o doméstico, é visto como negativo e inferior, não sendo atrativo para os homens. Nessa mesma regra, "a esposa bem-sucedida nunca deve ofuscar o seu marido, ela deve se contentar com a sombra, por isso se diz que atrás de todo grande homem existe sempre uma grande mulher" (ALVES, 2004, p.20).

No âmbito do lar, é possível notar a manifestação da desigualdade de gênero sob diversas formas, que variam desde a injusta distribuição de tarefas e responsabilidades até a ocorrência de violência física, sexual e psicológica. É comum que a mulher seja imputada a responsabilidade pelo cuidado do lar e dos filhos, enquanto o homem é reconhecido como o provedor financeiro da família. Tal divisão desigual do trabalho pode acarretar um acúmulo de tarefas e

responsabilidades para as mulheres, o que pode ter um impacto negativo sobre sua saúde física e mental. Ademais, essa desigualdade pode se configurar como um gatilho para a violência, uma vez que, quando o homem sente-se ameaçado em sua posição de poder e controle - seja pelo fato de a mulher ter independência financeira, questionar suas atitudes ou simplesmente negar-se a obedecê-lo -, ele pode recorrer à violência para manter sua posição de dominação. Dessa maneira, as desigualdades de gênero e a violência contra a mulher encontram-se interligadas e retroalimentam-se, configurando um ciclo vicioso que só pode ser rompido por meio da implementação de medidas que visem à promoção da igualdade de gênero e à prevenção e combate à violência doméstica.

Pensando nisso, podemos adicionar os comentários feitos pelo Sr. Roberto, marido de Dona Aurélia, que estava próximo dela ao longo de sua entrevista e aceitou dar a sua explicação a respeito da perpetuação das violências causadas pela adoção dessa identidade do papel de homem a ser seguido. Segundo ele,

A gente foi criado num mundo machista, onde víamos muitas coisas que não eram certas, que eram contra a mãe da gente mesmo. Então a gente cedeu, mas sempre com aquela desconfiança, sai, vai para cá, vai para lá. Eu também fui do sindicato, mas não de ficar tanto fora, ia das reuniões, voltava, era só aqui, era mais leve. Mas chegou um momento em que eu disse: “olha, você é livre, faça o que quer”. Agora sobre a confiança dessa questão de traição, não adianta, se a mulher quer trair, trai aqui em casa também. Se ela quer trair, ela trai onde quer. E se não quer trair, ela pode sair que não vai fazer.

Podemos tomar como ponto importante da fala do sr. Roberto o fato dele destacar que foi criado em um mundo machista, pois machismo e patriarcado se reforçam de forma mútua. Todavia, a intenção do estudo das relações de gênero não é a de buscar culpados, mas de examinar como os processos de desigualdades, e por consequência, violências, se estabelecem de forma institucional e perpetuam as relações de gênero. De acordo com Durval Muniz de Albuquerque Jr., em sua contribuição para o Dicionário Crítico de Gênero, nós

Não nascemos sabendo que somos homens, nem o que significa ser um homem. O que se espera para que se mereça e se continue a merecer a designação de masculino, aprendemos em nosso processo de formação, através de nossas experiências e experimentações, que nos permitem subjetivar esses balizamentos de nossa existência. Somos desde a infância constrangidos a internalizar normas implícitas e explícitas para podermos ser considerados seres humanos e, mais do que isso, e principalmente homens e mulheres. Sendo assim a masculinidade se aprende em e está sujeita e mediada por dados contextos sociais, que ao se transformarem

também modificam os sentidos e as práticas identificadas como de masculinidade (ALBUQUERQUE JR., 2019, p. 493).

Gerda Lerner, apesar de produzir sua obra “A criação do Patriarcado” anteriormente a publicação de Durval Muniz de Albuquerque Jr., afirmava já nos anos 1980 a tendência de pensar que,

onde quer que exista a família patriarcal, o patriarcado renasce sempre, mesmo que as relações patriarcais tenham sido abolidas em outros âmbitos da sociedade. Independentemente da opinião que se tenha sobre isso, o fato é que, enquanto existir machismo como ideologia, as relações patriarcais podem ser restabelecidas com facilidade, mesmo que tenham ocorrido mudanças legais que as proscrevam. (LERNER, 2019 p. 324)

Portanto, é importante ressaltar que a luta contra o patriarcado e o machismo não é algo que se conquista definitivamente, mas sim um processo constante e ininterrupto. O fato de as relações patriarcais poderem ser restabelecidas com facilidade evidencia a necessidade de uma atuação contínua para que essas estruturas não sejam naturalizadas e perpetuadas. Nesse sentido, a exposição e disputa da masculinidade como indicativo de poder se torna uma ação importante no combate ao patriarcado, já que essa identidade é social e imaginariamente associada à força, mesmo sendo construída a partir de uma base biológica mais frágil do que a feminilidade. Por isso, a desconstrução da masculinidade tóxica e a valorização de outras formas de masculinidade se tornam essenciais na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

4.4 FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR: UMA ALTERNATIVA NA LUTA CONTRA AS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO

Ao longo de sua história, o movimento feminista trouxe à tona questões relevantes ao desafiar e problematizar o sistema patriarcal, denunciando a opressão sexista imposta às mulheres. No entanto, cabe questionar a respeito de quais mulheres se referiam as pautas do feminismo e se tais discussões eram inclusivas e representativas de todas as mulheres, independentemente de sua etnia, classe social ou orientação sexual.

É sabido que o feminismo hegemônico, em virtude de suas limitações teóricas e políticas, não conseguiu alcançar todos os setores populares urbanos e, tampouco, o ambiente rural. Isso se deve à incapacidade do movimento em representar as demandas e reivindicações dessas mulheres, e em permitir a diversidade dentro do próprio movimento. Conseqüentemente, no MMC a “primeira impressão do feminismo – e do que ele se propõe – acabou afastando essas mulheres, fazendo com que elas não se reconhecessem como feministas, mesmo tendo práticas visivelmente feministas” (CHEHAB; CARVALHO, 2020. pp. 166-167).

A partir dos discursos sobre interseccionalidade, começaram a surgir novas abordagens teóricas e políticas no âmbito do feminismo, que possibilitaram a visibilização de narrativas antes subalternizadas pelo próprio movimento. As mulheres rurais são um exemplo dessas narrativas, uma vez que possuem vivências e perspectivas próprias no contexto do campo, as quais diferem significativamente do contexto em que as mulheres urbanas estão inseridas. Segundo Isabelle Chehab e Giovana Carvalho,

é, portanto, nesse contexto de silenciamento das pautas e das particularidades dessas mulheres, que surgem organizações autônomas de mulheres camponesas, unidas pela luta contra um projeto de desenvolvimento capitalista e predatório, as quais se configuram como um dos catalisadores dos conflitos socioambientais. O Movimento de Mulheres Camponesas é um desses movimentos e é no seio desse movimento que se propõe forjar um feminismo, simultaneamente, popular e camponês (2020, p.162).

Contudo, levou certo tempo para o MMC se considerar como um movimento de base feminista, porém “não foi ninguém que buscou convencer as camponesas de que sua luta era feminista, foi a luta e análise da sua própria realidade que as levou a perceberem-se como parte de um instrumento maior de luta das mulheres” (CALAÇA; CONTE; CINELLI, 2018, p.1168).

Portanto, desde a consolidação do nome do Movimento em Movimento das Mulheres Camponesas, ele entende-se como autônomo, de base, de classe, feminista, camponês e popular.

É autônomo, na medida em que são as próprias mulheres que fazem parte do movimento e que decidem a sua agenda de luta. É de base, porque a organização dessas mulheres advém dos grupos de base constituídos nas comunidades rurais. É de classe, considerando que o movimento afirma ser pertencente também à classe trabalhadora. É feminista, já que incorpora no movimento a luta pelo fim das desigualdades de gênero. É camponês,

porque o movimento gira em torno da organização e luta das mulheres camponesas. Por fim, é popular, porque um dos projetos do movimento é a construção de uma sociedade socialista, na busca por um projeto popular de país (MMC, 2018⁵⁶).

Por mais que tenha sido a partir do ano de 2010 que o MMC passou a usar publicamente a denominação feminista, obviamente essa ação

não se trata de “datar” o feminismo do MMC, visto que o movimento tem toda a sua trajetória marcada por práticas que podemos considerar como feministas, mas sim de concluir que foi após o MMC assumir o caráter feminista de suas práticas políticas que se criou a necessidade de mais definições acerca do que representava para elas o feminismo (SANTOS; BETTO, 2021. p.9).

Desse modo, o MMC busca valorizar um modo de vida camponês que inclui aspectos da identidade social da mulher rural, tornando-se assim também uma identidade política, visando atribuir significado ao termo "camponês" com base no projeto de agricultura camponesa proposto pelo Movimento. Essa percepção reconhece a oposição ao modelo de produção do agronegócio como parte da luta feminista camponesa em defesa da vida, sendo, portanto, um feminismo que propõe alternativas agrícolas baseadas nas práticas cotidianas de produção e cuidado das mulheres camponesas, que foram historicamente desvalorizadas por serem consideradas “coisas de mulher”.

Segundo Santos e Betto,

essa concepção feminista assume uma função crucial ao conferir importância às organizações e movimentos sociais rurais, ao colocar em pauta a discussão sobre as relações de gênero nos processos de transformação social. Esse papel tem sido desempenhado pelo MMC desde sua fundação. O feminismo camponês e popular tem exigido das demais organizações do campo o entendimento de que a questão de gênero não se limita à luta das mulheres, mas diz respeito às relações sociais que constituem a sociedade em que vivemos (2021, p.10).

Ademais, o MMC foi pioneiro dentro da Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC/Via Campesina) ao se declarar como feminista, o que suscitou uma ampla discussão sobre a proposta de um feminismo fundamentado teoricamente e praticado nas experiências das mulheres camponesas (CHEHAB; CARVALHO, 2021, pp.158-159).

O Feminismo Camponês e Popular pressupõe o protagonismo das mulheres e a construção coletiva do espaço de produção, o que se apresenta como um desafio

⁵⁶ Apud CHEHAB; CARVALHO, 2020, p. 163.

considerável devido à presença do patriarcado enraizado nos costumes e tradições.

É diante disso que rompem com o lugar destinado às mulheres como sendo privado e submetido. Elas ousam e por isso se envolvem em conflitos, mas a partir deles obtêm avanços. Isso significa ser feminista na prática, mesmo que não se conheça tão bem a história do feminismo, sua teoria, seus escritos e, menos ainda, seu debate acadêmico. As tarefas relativas aos cuidados são politizadas e, por isso, um dos primeiros aprendizados no movimento é que precisam sair de casa para, inclusive, dividir tarefas do ambiente doméstico, tendo o seu trabalho reconhecido. A discussão na esfera das questões que foram historicamente colocadas às mulheres ocorre em relação à resignificação desse lugar imposto a elas (CHEHAB; CARVALHO, 2021, pp.167-168).

Dessa forma, as mulheres camponesas valorizam aquilo que historicamente lhes foi atribuído e que, por ser considerado "coisa de mulheres", foi desvalorizado, negado, amaldiçoado e odiado. Suas reivindicações geram uma política própria, feita por mulheres para toda a sociedade, que é o feminismo camponês e popular. Esse movimento continua em construção, mas já afirma como centralidade a busca por novas relações de gênero, livres de todas as formas de violência, novas relações de produção e com a natureza, para uma agricultura que valoriza o cuidado com a vida e que tem como base as práticas cotidianas do "modo de vida" das mulheres camponesas (SANTOS, BETTO, 2021, p.16).

Além disso, como o MMC aborda o feminismo é considerada uma construção embasada na educação popular, um método utilizado para a organização e luta feminista. Tal construção foi evidenciada por meio de minha participação em dois finais de semana de um curso de formação em andamento intitulado "Semeando conhecimento", ocorrido em Chapecó neste ano de 2023 e frequentado por camponesas de todo o estado de Santa Catarina, cujo objetivo é fortalecer a luta pelos 40 anos do Movimento. Durante o evento, pude observar como o conhecimento é construído de forma colaborativa, que vão desde a leitura e a discussão de todas as presentes de obras feministas marxistas, como a de Heleieth Saffioti, bem como da socialização de histórias de vida, considerando as vivências compartilhadas pelas participantes, que variavam de 14 a mais de 90 anos.

A força desses encontros pode ser traduzida em solidariedade e companheirismo mútuo com os processos de cada uma das mulheres presentes no MMC, contribuindo para que todas consigam compreender o que é o feminismo do Movimento e como ele acontece.

E, assim, se uma mulher vai avançando, leva as outras consigo e elas vão se compreendendo em meio a crises, ensaios e ousadias. Sem ousadia não há feminismo, e cada uma possui um jeito de ousar, de romper com normas patriarcais a partir de seu espaço familiar e comunitário, mas esses modos individuais precisam necessariamente se juntar em um coletivo. As ousadias e rebeldias são apreendidas e exercidas no coletivo, nas lutas necessárias (CALAÇA; CONTE; CINELLI, 2018, p.1171-1172).

Conforme evidenciado pelas lutas das mulheres camponesas, percebe-se que estas lutam contra várias lutas necessárias, porém, a primeira luta travada e vencida foi a de sair do ambiente doméstico e se fazer presente nesses espaços coletivos de ação. Nessas esferas, as mulheres ocupam posições de destaque em lutas feministas e se conectam com outras mulheres que possuem objetivos semelhantes, o que acaba por fortalecer suas identidades e a compreensão das práticas, crenças e valores que possuem em comum com suas companheiras. É importante destacar que a ocupação desses espaços não se trata apenas de um ato de presença, mas sim da luta por igualdade e justiça social, onde a atuação feminina é fundamental para transformar as estruturas opressoras presentes na sociedade, combatendo várias formas de violência de uma só vez.

Figura 6: Fotografia do resultado da mística realizada no 1º encontro do curso de formação Semeando Conhecimentos realizado no dia 11 de fevereiro de 2023 na cidade de Chapecó, SC.



Fonte: acervo pessoal.

Ao analisar as experiências e narrativas das feministas camponesas apresentadas em estudos acadêmicos e no convívio prático com elas, torna-se possível compreender que as lideranças e todas as participantes do Movimento têm construído, de maneira criativa e resiliente, um movimento de autonomia e

esperança através do seu feminismo camponês e popular. Mesmo enfrentando um cenário conservador que parece interminável e convivendo com várias formas de violências diariamente, as mulheres camponesas perseveraram em sua luta por conquistas, buscando novas formas de pensar e agir para transformar as relações de violência, poder e produção. Desde o início, suas propostas de luta e existência apresentam benefícios para toda a sociedade, buscando construir um futuro mais justo e igualitário para todos, tornando a vida muito mais digna e plena para todas as pessoas.

Embora nem todas as mulheres se autodeclarem como feministas, é evidente que elas desempenham um papel fundamental na construção de espaços que promovem maior liberdade, autonomia e reconhecimento político e familiar. Esse processo de construção de um feminismo camponês e popular, que emerge diretamente das práticas e experiências das camponesas brasileiras e latino-americanas, coloca as mulheres rurais em posição de destaque como agentes transformadoras da sociedade, que criam novas formas de relação entre homens e mulheres, superando a subordinação, a dominação e a exploração de todas as mulheres e criando uma sociedade mais justa e equitativa para todos, inclusive os homens, que poderiam passar a viver livres de padrões opressivos e inalcançáveis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com temáticas ligadas ao campo da História das Mulheres e dos debates sobre gênero requer que a pesquisadora adentre em um universo com muitas lacunas em aberto, apesar do número significativo de produções que vêm sendo desenvolvidas nas últimas décadas. O uso de entrevistas abrem um leque de possibilidades e caminhos a serem seguidos. No desenvolvimento dessa pesquisa se buscou abordar alguns destes.

Com base no objetivo geral, estabeleceram-se objetivos específicos que visavam refletir sobre as vivências das mulheres que haviam optado por se engajar no MMC nas cidades de Chapecó (SC), onde o movimento teve início, e Xaxim (SC), onde a pesquisadora reside; além de investigar como as identidades, lutas no campo e organizações públicas e privadas das mulheres camponesas se desenvolviam; examinar as desconstruções de papéis de gênero nas famílias das militantes e compreender as formas de violência enfrentadas pelas ativistas do movimento e outros indivíduos inseridos em seu contexto familiar. Tais objetivos podem ser justificados por sua contribuição para o desenvolvimento de estratégias mais efetivas para envolver homens no combate à violência de gênero, para compreender de maneira mais aprofundada como a luta por seus direitos afetava as relações pessoais e sociais das mulheres camponesas.

O recorte temporal adotado, compreendendo o período de 1983 até a contemporaneidade, é fundamentado nas décadas onde o contexto brasileiro proporcionou a formação dos movimentos sociais do campo, e em especial, o Movimento das Mulheres Camponesas.

No entanto, ao buscarmos compreender as masculinidades no contexto do MMC, encontramos desafios. Apesar da intenção de incluir os depoimentos dos companheiros das mulheres do movimento, nos deparamos com um silêncio revelador. Os homens, mesmo afirmando não serem machistas e apoiarem o MMC, não se sentiram confortáveis em compartilhar suas experiências. Esse silêncio revela a complexidade das questões de gênero e a resistência à reflexão sobre as masculinidades, que muitas vezes estão associadas a comportamentos violentos e opressivos.

Além disso, devido às circunstâncias e às medidas sanitárias adotadas durante a pandemia de Covid-19, não foi viável realizar um número significativo de entrevistas, nem visitar os locais onde são guardados documentos do MMC. Assim, este trabalho se baseou principalmente em fontes orais e na análise documental de um estudo produzido pelo próprio movimento, ao qual a pesquisadora teve acesso na reta final da pesquisa, além do material bibliográfico já existente sobre temas parecidos.

Ao longo do trabalho, foi possível identificar as diferentes formas de violência presentes desde a fundação do MMC até os dias atuais, e como essas violências impactaram as dinâmicas familiares das mulheres envolvidas. A autonomia e independência conquistadas pelas mulheres tiveram um papel fundamental na alteração da realidade das relações com seus familiares homens, especialmente seus companheiros e ex-companheiros. Essas transformações se mostraram cruciais para a formação e orientação das lutas do MMC, no intuito de superar os obstáculos que impedem uma sociedade justa e igualitária. Ao analisar as experiências das mulheres camponesas e suas transformações no contexto das relações de gênero, esta pesquisa contribui para ampliar o conhecimento sobre a violência de gênero e para fortalecer o Movimento das Mulheres Camponesas em sua busca por uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Os resultados obtidos podem servir como base para o desenvolvimento de estratégias e políticas que promovam a igualdade de gênero, a conscientização sobre as violências sofridas pelas mulheres e a promoção de mudanças efetivas na sociedade como um todo.

É importante ressaltar que os resultados obtidos nesta pesquisa não devem ser considerados como uma verdade absoluta, uma vez que representam apenas uma amostra limitada das experiências das entrevistadas. Além disso, é possível que muitas delas tenham enfrentado outras formas de violência sem reconhecê-las como tal, ou podem não ter se sentido confortáveis o bastante para compartilhar feridas mais profundas.

Os três capítulos presentes buscavam dialogar com todos os temas previstos nos objetivos centrais da pesquisa e os temas transversais que perpassam estas discussões. No que diz respeito ao primeiro capítulo, este foi uma introdução ao tema norteador da pesquisa, onde a partir da utilização principalmente de bibliografias, procuramos compreender a História das mulheres e do uso da

categoria gênero na historiografia, além de discutir sobre as desigualdades existentes entre homens e mulheres. Destacamos como os movimentos feministas tiveram um papel de protagonista na escrita da História bem como as diversas formas que a condição feminina assumiu ao longo do tempo e como as relações de gênero influenciaram a construção das identidades femininas e masculinas.

No segundo capítulo, aprofundamos nossa análise sobre as mulheres camponesas, com base nas reflexões apresentadas no capítulo anterior. Discutimos e analisamos o processo de formação do MMC e como os debates sobre gênero, poder, violência e feminismo são tratadas dentro dele. Nosso foco também se estendeu para as condições de vida enfrentadas pelas integrantes do Movimento, bem como para as políticas públicas direcionadas especificamente para mulheres. Ademais, examinamos os conceitos de patriarcado, violência e masculinidades, a fim de compreender como eles se relacionam e como isso afeta a vida das mulheres no MMC. Com base nessas análises, apresentamos um vislumbre sobre como essas mulheres se mobilizam para combater as estruturas sociais que perpetuam sua desigualdade e as fazem vítimas da estrutura patriarcal.

Por fim, no terceiro capítulo, dedicamos nossa atenção à abordagem metodológica da pesquisa, na qual investigamos os resultados das entrevistas realizadas com sete integrantes ativas do MMC e a análise de uma pesquisa realizada em 2002 sob a organização do MMA-SC que também tratava do tema das violências. Além disso, focamos em compreender as reações dos companheiros e demais membros da família das mulheres quando estas decidiram participar do Movimento. Buscamos analisar os discursos e as falas que se mostravam similares em mais de uma ocasião e refletir se isso e as demais falas feitas isoladamente poderiam estar relacionadas com a noção social da masculinidade hegemônica, onde seriam esperados certos tipos de comportamentos dos homens. A partir disso, visualizamos as relações entre as narrativas expressas pelas mulheres e essa noção de masculinidade arraigada no sistema patriarcal e como isso gera uma obrigação constante de vigilância sobre as ações femininas, impedindo que elas tenham ações que ultrapassem o que seus companheiros considerem como aceitável.

Diante das fontes analisadas e das discussões empreendidas nos capítulos desta pesquisa, conseguimos chegar a algumas conclusões sobre como o MMC, ao gerar maior independência em suas integrantes, acabam gerando desconfortos em seus companheiros. Desconfortos esses refletidos de diversas formas, sendo a mais usual a violência.

Heise (1994) apresenta uma relação dos pontos que remetem às violências contra as mulheres, sendo eles:

1. As mulheres estão sob risco de violência, principalmente por parte de homens conhecidos por elas;
2. A violência de gênero ocorre em todos os grupos sócio-econômicos;
3. A violência doméstica é tão ou mais séria que a agressão de desconhecidos;
4. Embora as mulheres também sejam violentas, a maioria das violências que resultam em lesões físicas é de homens contra mulheres, isto é, a violência sexual é exercida contra o gênero feminino;
5. Dentro de relações estabelecidas, a violência muitas vezes é multifacetada e tende a piorar com o tempo;
6. Em sua maioria, os homens violentos não são doentes mentais;
7. O abuso emocional e psicológico pode ser tão danificante quanto o abuso físico, sendo muitas vezes considerado pior, na experiência das mulheres;
8. O uso de álcool exacerba a violência, mas não é causa da mesma;
9. Existem sociedades onde a violência contra a mulher não existe (HEISE, 1994 pud GIFFIN 1994, p. 148).

Como forma de enfrentamento a essa situação, o MMC sugere o uso de seu próprio feminismo. Para Seibert e Rodrigues (2017), refletir sobre um feminismo que surge da organização dos movimentos sociais do campo da América Latina, a partir das experiências diárias das mulheres camponesas, é uma forma autêntica de compreender a diversidade existente no próprio movimento feminista. Essa perspectiva permite um pensamento decolonial e interseccional, dentro do feminismo, capaz de respeitar e reconhecer as diferenças entre as mulheres, abrindo espaço para uma maior inclusão de diferentes grupos e realidades. Essa abordagem possibilita a construção de um feminismo mais plural e representativo, que considere as múltiplas dimensões de opressão e exclusão que afetam as mulheres, e que busque promover uma transformação social mais ampla e justa (SEIBERT; RODRIGUES, 2017, p.169).

Nesse sentido, a partir das reflexões feitas no capítulo 3, podemos perceber que uma das percepções observadas no Movimento das Mulheres Camponesas é que o feminismo não é uma questão individual e que não pode ser desenvolvido isoladamente. Pelo contrário, há uma força no coletivo das mulheres em luta que as impulsiona e faz com que elas aprendam constantemente. Essa força coletiva se

baseia na união de mulheres com experiências, histórias e necessidades distintas, que se unem em torno de um objetivo comum: a luta pela equidade de gênero e o reconhecimento de seus direitos. Nesse contexto, a luta das mulheres camponesas é uma importante contribuição para um feminismo mais interseccional e que reconheça as diferenças entre as mulheres, aumentando o seu poder de manifestação.

As entrevistadas que participaram da pesquisa demonstraram isso em suas falas, ao destacarem que o Movimento não simboliza sentimentos individuais, mas sim uma construção coletiva de afeto, força e aprendizagem. Essa perspectiva pode ser vista, em especial, na resposta de Adelaide sobre o que o MMC representava em sua vida, no que ela respondeu:

Ah, o movimento... Eu sempre olho ele da maneira mais romântica. Ele é lindo, ele é base, ele preenche o meu coração. Quando eu olho essas senhoras e vejo a minha geração reclamando de lutar. Quando eu olho pra essas senhoras, dessa idade, vindo e ainda persistindo. É uma vida de luta, sabe? [...] Tantas mulheres que estão aqui e outras que já não estão mais aqui. Então, pra mim, o pouquinho que eu fizer vai ajudar. Uma frase que eu consegui usar dentro da família machista do meu marido e que leve um deles a refletir, vai ajudar. Dentro desse espaço de compreender que o grande movimento é importante. Mas o pequeno também é. Um passo de cada vez, o processo. E obviamente, pessoalmente. É você compreender cada vez mais quem você é. Quem eu sou. Quem é a Adelaide mesmo? É mulher? Não é mulher? Preciso me identificar? Para mim, não tenho como ver ele de uma forma mais amorosa, porque é o que ele me traz. Quando eu vejo uma mística, quando eu vejo o jeitinho delas uma com a outra, é uma vida que elas estão ali. Eu tô chegando agora. Mas é uma vida. Uma conhece a filha do outro que viu crescer, aí vem os netos. Então é uma vida que elas estão juntas dando os primeiros passos. [...] pra mim, o movimento das Mulheres Camponesas é referência, a minha estrutura, a minha base. E poder estar aqui agora, não só participando, mas poder estar aqui nesse processo de formação para amanhã depois eu poder trabalhar com outras pessoas, seja onde eu vivo, seja em outros lugares que a gente vai através delas, isso não tem preço, é uma coisa que não tem valor, não tem materialidade que paga, isso é o crescimento pessoal. Olhar para elas, as ruguinhas no rostinho delas, estudando o gênero. Fazendo um estudo que, às vezes, a gente que está na academia acha chato. Fica naquele vai, vem e volta. E puxa um e puxa outro. E elas estão ali fissuradas. Quem sou eu na ordem do dia para não acolher tudo isso? Esse é o caminho. Não tem outro caminho. Esse é o caminho. Estudar. É buscar. É ir atrás. Elas são referência, minha base.

Portanto, em suma, a investigação realizada nesta dissertação destacou a importância de compreender e combater as violências de gênero no MMC, ao mesmo tempo em que evidenciou a necessidade contínua de transformações nas concepções de masculinidades e nas relações sociais. Ademais, avaliando as produções já existentes sobre o Movimento das Mulheres Camponesas, ela se

destaca devido a estar voltado para a avaliação das masculinidades e no seu papel na constituição das violências, uma vez que ambas estão intrinsecamente relacionadas.

Chegamos à conclusão de que um movimento exclusivamente composto por mulheres suscita, de fato, desconforto em certos setores da sociedade, os quais o veem como desqualificado ou menos relevante em comparação a outros movimentos. Isso ocorre porque diversos segmentos sociais não estão preparados nem acostumados a testemunhar a organização e ocupação de espaços por mulheres que transcendem as escassas migalhas cotidianamente oferecidas.

É imprescindível que a sociedade reconheça a necessidade de políticas públicas que desempenhem um papel crucial no combate às desigualdades de gênero. Precisamos de políticas que reconheçam e deem visibilidade aos debates sobre gênero, além de adotar medidas de proteção e prevenção da violência baseada no gênero. O acesso à justiça também é essencial, garantindo que os sistemas legais sejam sensíveis às questões de gênero e ofereçam recursos adequados para proteger os direitos violados. Além disso, é fundamental promover mudanças culturais e sociais, desafiando estereótipos de gênero, normas discriminatórias e práticas prejudiciais. Por meio de campanhas de conscientização, educação e inclusão de temas de gênero nos currículos escolares, as políticas públicas podem contribuir para transformar as mentalidades e construir uma sociedade mais igualitária.

Indubitavelmente, há muito mais a ser discutido acerca do MMC, de suas integrantes e das estratégias que empregam para combater as violências. O nosso empenho durante essa pesquisa visava abordar aspectos menos explorados quando se trata de gênero no Movimento das Mulheres Camponesas. Esperamos que, a partir deste trabalho, o tema possa capturar a atenção de outras pesquisadoras. De qualquer forma, este trabalho é apenas um ponto de partida na qual seguiremos trabalhando, buscando refinar os pontos que ainda possam estar incongruentes e procurando renovar as perspectivas em busca de uma compreensão mais acertada de nosso passado, presente e futuro.

Ao trilharmos essa jornada, sonhamos com um futuro em que não dependamos constantemente do feminismo, pois uma vez que tenhamos êxito em dismantelar o patriarcado, sua relevância será reduzida. No entanto, até que esse momento se

concretize, é provável que o termo "feminismo" persista sendo utilizado de maneira pejorativa, quase como algo obscuro. Contudo, sempre nos recordaremos de que, desde o momento em que despertaram, as mulheres não mais aceitarão suportar as consequências advindas de decisões majoritariamente tomadas por homens em nossa sociedade, pois, conforme afirmado pelo próprio MMC, a existência das mulheres subsistirá precisamente por meio de sua luta incansável.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. “História oral: a experiência do CPDOC”. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 198
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Masculino/Masculinidade. *In*: COLLING, Ana Maria Colling; TEDESCHI, Losandro Antônio. **Dicionário crítico de gênero**. 2. ed – Dourados, MS :Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019, p. 489-495.
- ALVES, Eliada Mayara Cardoso da; VOSS, Dulce Mari da Silva. A caixa preta da violência de gênero: masculinidade(s) em deslocamentos. **REVES** - Revista Relações Sociais, Vol. 04 N. 03 (2021) Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/ojs/reves>> Acesso em 01/05/2023.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. **A Linguagem e as representações da masculinidade**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004.
- ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. **A importância da história oral como metodologia de pesquisa**. *Anais eletrônicos da IV Semana de História do Pontal/III Encontro de Ensino de História*. ISSN: 2179-5665. Universidade Federal de Uberlândia: Itulutaba, MG, 2016.
- ARRAZOLA, Laura Duque; ROCHA, Irene. Mulher, natureza, cultura: apontamentos para um debate. In: G. RABAY (Org.). **Mulheres e sociedade**. João Pessoa: UFPB/ Editora Universitária, 1996.
- ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra G. Unbehauum; MEDRADO, Benedito (Org.). **Homens e masculinidades**: outras palavras. São Paulo: Ecos: Editora 34, 1998.
- ARNO, Fernanda. **VIOLÊNCIA E MASCULINIDADE EM CHAPECÓ-SC (1958-1974)**. Dissertação de mestrado da UFSC. Florianópolis, 2015.
- AZEVEDO, Fernanda Maria Caldeira de. O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista. In: **Revista três pontos** - Dossiê Múltiplos Olhares sobre gênero, 2017.
- BALBINOTTI, Izabele. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. In: **Revista da Esmesc**, v.25, 2018.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BONI, Valdete. **Movimento De Mulheres Camponesas**: um movimento camponês e feminista. Chapecó: Revista Grifos, - n. 34/35, 2013.
- BONI, V; ROCHA, H.J. (Org.). **Pesquisas em Movimentos Sociais na Fronteira Sul**. 1ªed. Curitiba: CRV, 2019.
- BORGES, Clara Maria Roman; LUCCHESI, Guilherme Brenner. O machismo no banco dos réus: uma análise feminista crítica da política criminal brasileira de

combate à violência contra a mulher. In: **Revista da Faculdade de Direito** – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, v. 60, n. 3, set./dez. 2015.

BOTTON, Fernando Bagiotto. **As masculinidades em questão**: uma perspectiva de construção teórica. Revista Vernáculo, n. 19 e 20. Curitiba, 2007.

BORGES, Caroline. **SC diz não ter efetivo para manter abertas por 24 horas delegacias que atendem mulheres**. G1, 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/04/04/sc-diz-nao-ter-efetivo-par-a-manter-delegacias-que-atendem-mulheres-abertas-por-24-horas.ghtml>> Acesso em: 01/05/2023.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 21ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: N-1 edições, 2019.

CABRAL, 1995. In: LAZDAN, Alessandra Munhoz; REINA, Fábio Tadeu; MUZZETI, Luci Regina; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **A Dominação Masculina de Pierre Bourdieu**: Críticas e reflexões a partir da psicologia analítica. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 2014.

CALAÇA, M.; CONTE, I. I.; CINELLI, C. Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas. Rev. Bras. Educ. Camp., Tocantinópolis, v. 3, n. 4, set./dez., p. 1156-1183, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n4p1156>

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: CHAUÍ, Marilena; CARDOSO, Ruth; PAOLI, Maria Celia (Org.). **Perspectivas antropológicas da mulher**: sobre mulher e violência. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CHEHAB, Isabelle M. C. V; CARVALHO, Giovana N. Feminismo Camponês e Popular: a voz que vem do campo. **Revista Ártemis**, vol. XXIX nº 1; jan-jun, 2020. pp. 157-171.

CNJ. Formas de violência. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-aco-es/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia>>. Acesso em: 23 maio 2018.

CONNELL, R. e MESSERSCHMIDT, J. W. **Masculinidade hegemônica**: repensando o conceito. Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1) 241-282, janeiro-abril, 2013.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2015.

CONNELL, R. W. Masculinities. 2ª ed. Berkeley: University of California Press, 2005.

CONTE, Isaura Isabel; JANH, Elisiane de Fátima. Educação para o ser mais no Movimento de Mulheres Camponesas. In: **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 10, p. 23-28, jan./dez. 2011.

COUTO, Márcia Thereza. Masculino...? Não, masculinidade! In: **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, 1998.

DAVIS, Natalie. In: SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1995.

DEERE, 2004; BRUMER ; ANJOS , 2010. In: SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. **As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 2011.

EVANGELISTA, Marcela Boni. Ser mãe ou não ser: Afinal, qual é a questão? História oral desvendando o mito do amor materno. In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **História Oral e História das mulheres**: rompendo silenciamentos. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

FOUCAULT, Michel. Sujeito e poder. In: DREYFUS Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault – uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 242.

GADELHA, Renata R.; RODRIGUES, Sandra M. R; MARQUES, Siomara A.; ANDRIOLI, Antônio I. **História das Origens do Movimento de Mulheres Camponesas do Paraná (1981-2016)**. Revista Ártemis, Vol. XXIII nº 1; jan-jun, 2017.

GOMES, Romeu. A Dimensão Simbólica da Violência de Gênero: uma discussão introdutória. **Athenea Digital** - num. 14: 237-243, 2008. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2736191.pdf>> Acesso em: 01/05/2023.

GOMES, Romeu. **Sexualidade masculina**. Gênero e Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GLUCK, S.B. O que há de tão especial sobre as mulheres? História oral das mulheres. In: ARMITAGE, Susan H.; HART, Patricia; WEATHERMON, Karen. (Eds.) **História oral das mulheres**: The “Frontiers” Reader. Lincoln : University of Nebraska Press, 2002, p. 5.

HAJE, Lara . Lei determina funcionamento de delegacias da mulher 24 horas todos os dias. **Rádio Senado**, Brasília, 2023. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/04/04/sancionada-lei-de-funcionamento-de-delegacias-de-mulheres-24-horas>> Acesso em 01/05/2023.

HARNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: editora Brasiliense, 1981.

HEISE, L. Violence Against Women: The Hidden Health Burden, 1994. Apud GIFFIN Karen. Violência de Gênero, Sexualidade e Saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 10 (supplement 1): 146-155, 1994.

HEREDIA Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Revista Nera, Ano 9, nº8, 2006.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. **As lutas camponesas no Rio Grande do Sul e a formação do MST**. São Paulo: Revista Brasileira de História – Estruturas Agrárias e Relações de Poder, 1991.

LAZDAN, Alessandra Munhoz; REINA, Fábio Tadeu; MUZZETI, Luci Regina; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **A Dominação Masculina de Pierre Bourdieu: Críticas e reflexões a partir da psicologia analítica**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 2014.

Lerner, Gerda. **A Criação do Patriarcado**: História da Opressão das Mulheres pelos Homens. Brasil: Editora Cultrix, 2020.

LAUCHZER, Angela Cristina. **Gênero no Movimento das Mulheres Camponesas: A questão da masculinidade e da violência em um movimento feminino**. Trabalho de conclusão de curso em História, Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, 2020.

LIMA, Daniel Costa; BÜCHELE, Fátima; CLÍMACO, Danilo de Assis. Homens, Gênero e Violência Contra a Mulher. In: **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.17, 2008.

LIMA, Lana Lage da Gama; SOUZA, Suellen André de. Patriarcado. In: COLLING, Ana Maria Colling; TEDESCHI, Losandro Antônio. **Dicionário crítico de gênero**. 2. ed – Dourados, MS :Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019, p. 578-582.

LOPES, Maria de Fátima; BATISTA, Alexandro Borges; SILVA, Patrícia Fernanda Gouveia da; SILVA, Alice Inês de Oliveira. **Gênero e Masculinidade: um estudo sobre a construção do jovem militar-Viçosa MG**. In: 28º Encontro Anual Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais-ANPOCS, 2004.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Práticas e estudos de pesquisa na história oral contemporânea. In: DE MORAES FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 8 ed, 2006.

LUZ, Milton Pereira da. **Educação e gênero: a re-significação da masculinidade**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2009.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. *Historiæ*, Rio Grande, 2 (1): 95-108, 2011. < Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2395> >

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge; AZEVEDO, Mariana; BRASILINO, Jullyanne. **Homens e masculinidades: práticas de intimidade e políticas públicas**. Recife:

Instituto PAPAI, 2010.

MEDRADO, B.; LYRA, J. Nos homens, a violência de gênero. In: **BRASIL**. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Programa de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher – Plano Nacional. Brasília, DF, 2003. p. 68.

MENEGAT, Alzira Saete; SILVA, Sandra Procópio. Mulheres camponesas em movimentos: análises da atuação feminina na via campestre, na caminhada para a soberania alimentar. In: Revista Movimentação, Dourados, 2019.

MEZADRI, Adriana Maria; CIMA, Justina Inês; TABORDA, Noeli Welter; GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth; COLLET, Zenaide (organizadoras). **Feminismo camponês popular**: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência **Ciência & Saúde Coletiva**, 10(1):18-34, 2005.

MMC BRASIL. **Movimento de Mulheres Camponesas**. 2010. Desenvolvido por MDA Comunicação Integrada. Disponível em: < <http://www.mmcbrazil.com.br/site> >. Acesso em: 01/05/2023.

Movimento de mulheres camponesas. **MMC/SC**: Uma história de organização, lutas e conquistas. Chapecó, SC: Gráfica Rota, 2008.

NADER, Maria Beatriz; CAMINOTI, Jacqueline Medeiros. **Gênero e poder**: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-RJ. 2014.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral de. Relações de gênero. In: COLLING, Ana Maria Colling; TEDESCHI, Losandro Antônio. **Dicionário crítico de gênero**. 2. ed – Dourados, MS :Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019, p. 630-633.

NOLASCO, Sócrates. **A desconstrução do masculino**: uma contribuição crítica à análise de gênero. In: _____.(Org.). A desconstrução do masculino. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

NOLASCO, Sócrates. **O Mito da Masculinidade**. Rocco: Rio de Janeiro, 1993.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. **Discursos sobre a masculinidade**. In Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 6 (1) 1998.

PAIM, Elison Antonio; GASPARETTO, Sirlei Antoninha Kroth. **Aspectos da construção histórica do Movimento de Mulheres Camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em Santa Catarina**. Cadernos do CEOM - Ano 20, n. 27 - Lutas pela terra, 2007.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAULILO, Maria Ignez Silveira ; BONI, Valdete. ; ROSSO, K. ; BAUERMANN, L. . **Agricultura e maricultura familiares**: um recorte de gênero. In: 3º Encontro da

Rede de Estudos Rurais, 2008, Campina Grande. Anais do 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2008.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 249-272 - 2006.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In: **Revista História**. São Paulo, v.24, N.1, P.77-98, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

PINHEIRO, Larissa Souza. **Movimento de mulheres camponesas: uma análise das relações de classe, raça e sexo na construção do feminismo camponês popular**. In: 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília, 2019.

PORTELLI, Alessandro. História oral e poder. Conferência no XXV Simpósio Nacional da ANPUH, Fortaleza, 2009. In: **Mnemosine**, Vol.6, nº2, 2010, p. 2-13

PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

RIBEIRO, Aldry Sandro Monteiro. **Macho, adulto, branco, sempre no comando?** 189 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) – UNB, Brasília, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão popular, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher da sociedade de classes: mito e realidade**. 2ª ed. Petrópolis: Editora vozes, 1979.

SALVAROA, Giovana Ilka Jacinto. Camponesas em lutas pelo fim da violência contra as mulheres e pela produção de outras formas de existência. In: **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, 2018.

SANTOS, Iolanda Araújo Ferreira dos; BETTO, Janaina. MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS E FEMINISMOS: percursos e diálogos na construção do feminismo camponês e popular. **Caderno C R H**, Salvador, v. 34, 2021.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1995.

SCOTT, Joan W. **Os Usos e Abusos do Gênero**. São Paulo, Projeto História, n. 45, Dez. 2012.

SEIBERT, Iridiani. RODRIGUES, Sandra. Aproximação teórica entre o feminismo camponês e popular e o marxismo latino-americano. In: **SINGA**, Curitiba. Anais do SINGA, 2017.

SILVA, Cristiani Bereta da. **As fissuras na construção do “novo homem” e da “nova mulher” - Relações de gênero e subjetividades no devir MST - 1979/2000.** Tese de doutorado da UFSC. Florianópolis, 2003.

SILVA, Isabela Costa da. **Movimento de mulheres camponesas na trajetória feminista brasileira:** uma experiência de luta por direitos e liberdade. Dissertação de mestrado da UFJF. Juiz de Fora, 2013.

SILVA, Sérgio Gomes da. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. In: Revista Psicologia, ciência e profissão, 2000.

STEARNS, Peter. **História das relações de gênero.** São Paulo: Contexto, 2007.

STROPASOLAS, 2002, p.10. In: PAIM, Elison Antonio; GASPARETTO, Sirlei Antoninha Kroth. **Aspectos da construção histórica do Movimento de Mulheres Camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em Santa Catarina.** Cadernos do CEOM - Ano 20, n. 27 - Lutas pela terra, 2007.

SOIHET, Rachel; COSTA, Suely Gomes. Interdisciplinaridade: história das mulheres e estudos de gênero. In: **Revista Gragoatá.** Niterói, n. 25, p. 29-49, 2. sem. 2008.

TÁBOAS, Ísis. **Viver sem violência doméstica e familiar:** a práxis feminista do Movimento de Mulheres Camponesas. Dissertação. (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos e Cidadania do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil 2014.

TEDESCHI, Losandro Antônio. História das mulheres e as representações do feminino. Campinas: Curt Nimuendajú, 2008 apud FARIAS, Marcilene Nascimento de. A história das mulheres e as representações do feminino na história. In: **Estudos Feministas.** Florianópolis. Set./Dez. 2009.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado.** Tradução de Lólio Lorenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

WOLFF, Cristina Scheibe; SALDANHA, Rafael Araújo. Gênero, sexo, sexualidades: Categorias do debate contemporâneo. In: **Revista Retratos da Escola,** Brasília, v. 9, n. 16, p. 29-46, jan./jun. 2015.

APÊNDICE A

Roteiro utilizado para as entrevistas⁵⁷:

- 1 Qual é o seu nome?
- 2 Qual é a sua idade?
- 3 Qual é o seu estado civil?
- 4 Tem filhos?
- 5 Qual é a tua formação escolar?
- 6 Conte-me um pouco sobre a sua trajetória no MMC.
- 7 Por que você decidiu participar do Movimento?
- 8 Tem alguma pauta específica do Movimento que você se identifica mais?
- 9 O que o seu companheiro acha da sua participação no Movimento? Ele te apoia a participar?
- 10 O que seus filhos acham da sua participação no Movimento? Eles a apoiam?
- 11 Algum deles conhece o Movimento ou tem interesse nele?
- 12 No seu ambiente doméstico, como é a divisão de tarefas?
- 13 Como é organizada a renda do lar de vocês?
- 14 Você precisa pedir autorização do seu companheiro para participar das atividades do Movimento?
- 15 Em algum momento, você já deixou de participar de algo para evitar uma briga ou por algo que seu companheiro poderia falar?
- 16 Você já sentiu que passou por alguma situação de violência?
- 17 O seu companheiro já foi violento contigo?
- 18 Você conhece alguém do Movimento que já tenha vivido alguma experiência que envolva alguma forma de violência?
- 19 Por quais motivos você acha que os homens reproduzem comportamentos violentos?
- 20 O que o MMC significa para você?

⁵⁷ O roteiro não era fixo e foi alterado de acordo com as respostas e especificidades de cada entrevistada, como é possível observar nas transcrições das entrevistas.

ANEXO A

Link de acesso para ler as entrevistas na íntegra:

https://docs.google.com/document/d/1qNDgbwzcXmH3E9HMSdY_zSPjzfv1YhZUFP1gIMFEySU/edit?usp=sharing